



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GABRIELE PONCIANO DA SILVA

**O SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: DESDOBRAMENTOS E
TENDÊNCIAS NO PÓS ANOS 1980**

JUIZ DE FORA

2019

GABRIELE PONCIANO DA SILVA

**O SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: DESDOBRAMENTOS E
TENDÊNCIAS NO PÓS ANOS 1980**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Faculdade de Serviço Social, Área de Concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social” da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Duriguetto.

JUIZ DE FORA

2019

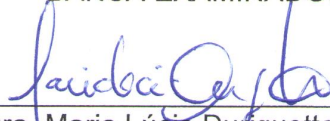
GABRIELE PONCIANO DA SILVA

O SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: DESDOBRAMENTOS E TENDÊNCIAS NO PÓS ANOS 1980

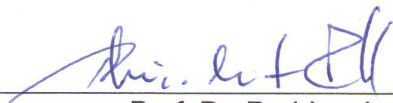
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 14 / 04 / 2019

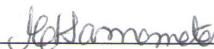
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Marilda Villela Iamamoto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aos meus pais Luciana e Djair.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até aqui foi marcado por muitos desafios, do acesso à permanência no mestrado não foram poucos os obstáculos, desde a ausência de bolsa no primeiro ano do curso, a falta de uma política de assistência estudantil voltada para os/as pós-graduandos/as bem como a sensação de “não lugar” nesse espaço historicamente elitizado. Mas enfrentamos tais desafios e continuaremos enfrentando, abrindo caminhos para que outros e outras possam acessar, permanecer e concluir.

Assim, nesse caminho tão tortuoso trilhado em tempos da disseminação do ódio, da propagação da intolerância a diversidade e da captura da fé pelo capital, me permitirei a dizer que sou grata a um Deus não seletivo e que contempla a diversidade humana, e em quem eu pude depositar a minha fé cotidiana em tempos tão duros.

Agradeço aos meus pais, Luciana e Djair, sem o apoio e o incentivo de vocês tudo seria ainda mais difícil. Obrigada por admirarem o meu voo, respeitarem os meus sonhos e, principalmente, por serem meu refúgio em meus momentos de desespero e desesperança. Agradeço, a minha querida irmã Danielle, contar com o seu apoio e torcida foi fundamental. Agradeço, especialmente, ao meu querido companheiro Wellington, obrigada pelo companheirismo, afeto, apoio, força, encorajamento, escuta, acolhida e paciência.

Chegar em Juiz de Fora sozinha e distante da família foi algo extremamente desafiador, mas que me rendeu muitos encontros que levarei para vida. Assim, agradeço a minha querida amiga Daniela Carvalho, sua acolhida, amizade e companheirismo foram fundamentais para minha permanência no mestrado; agradeço, também, a minha querida amiga Jéssica Adriele, com ela dividi a maior parte das disciplinas e pude compartilhar afeto, lágrimas, revoltas e muitas risadas. Também sou muito grata por poder construir laços de amizade com Jéssica Duboc, Júlia, Marcela, Lailah, Anderson, Paulo, Nelson, José Amilton e Raphael.

Agradeço aos meus queridíssimos amigos Tales Fornazier, Letícia Rodrigues e Mércia Gonçalves, mesmo a distância se fizeram presentes nessa trajetória, apoiando, escutando, torcendo, chorando e celebrando, o nosso quarteto é fortalecedor!

Agradeço as minhas amigas e professoras Leslieane Caputi, Rosana Arantes e Tais Freitas, gratidão pelo incentivo, apoio e ensinamentos.

Agradeço a todos/as integrantes do GEFEPSS/UFTM pelas trocas em nossos momentos de estudo, por todos espaços de reflexões e compartilhamento, como são nossos Seminários anuais.

Agradeço a todas/os camaradas do Coletivo Minervino de Oliveira/Uberaba, construir esse coletivo com vocês é fortalecedor e necessário para avançarmos na luta antirracista e anticapitalista.

Agradeço aos professores Felipe Abranches Demier e Rodrigo de Souza Filho, a contribuição de ambos no processo de qualificação foi fundamental para avançarmos em nossa pesquisa.

Agradeço ao professor Rodrigo de Souza Filho e a professora Marilda Villela lamamoto por se disponibilizarem a avaliar minha dissertação e participar da defesa da mesma.

Agradeço especialmente a minha querida orientadora Maria Lúcia Duriguetto, por seu compromisso, generosidade e paciência. Ao longo desse processo suas leituras atentas, observações e apontamentos me possibilitaram muitos aprendizados e me instigaram/estimularam a ultrapassar minhas limitações e inseguranças, e, sobretudo, me fortaleceram para prosseguir nessa trajetória desafiadora e contínua que é construção do conhecimento.

Agradeço ao corpo docente do programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social/UFJF e demais servidoras/es dessa unidade de ensino que mesmo diante de tantos ataques as Universidades públicas é um exemplo de resistência e defesa do ensino público, estatal de qualidade e laico.

O conhecimento é assim: ri de si mesmo e de suas certezas. É meta da forma, metamorfose, movimento, fluir do tempo que tanto cria como arrasa a nos mostrar que para o vôo é preciso tanto o casulo como a asa.

Mauro Iasi.

RESUMO

A pesquisa realizada nesse trabalho concentrou-se na investigação do processo histórico do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro a fim de apreender os seus desdobramentos e tendências na contemporaneidade. O processo de investigação valeu-se de um resgate histórico e teórico sobre a questão do Estado burguês e as suas formas de dominação a partir das elaborações presentes no pensamento marxiano e na “tradição marxista”. Assim, pudemos apreender o Estado moderno considerando a sua natureza de classe, mas também as incidências dos acirramentos dos antagonismos em seu bojo expresso pelas variados regimes políticos que surgiram/surgem no processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista.

O acesso às elaborações de Marx (por vezes em conjunto com Engels), Lênin e Gramsci, bem como Poulantzas e Mandel, mas também de outros analistas vinculados a “tradição marxista”, nos permitiu aproximarmos aos elementos determinantes sobre a questão do Estado burguês e suas formas de dominação. Esse resgate histórico e teórico, foi fundamentalmente importante para avançarmos em nossa investigação. Ao aproximarmos da experiência brasileira, considerando nossa formação sócio histórica, pudemos identificar os aspectos que garantem a particularidade da constituição do Estado brasileiro e as nuances que residem no desenvolvimento das formas de dominação que operaram e operam no país.

Verificamos que a base de sustentação do Estado brasileiro é marcada pelos elementos autocráticos, autoritários. Aqui, a convivência entre o arcaico e o novo atravessam todas as formas de dominação que emergiram no bojo da República, configurando uma *democracia restrita típica* (Fernandes, 2006) que chegou a se transformar/metamorfosear em *democracia de cooptação* (Iasi, 2012), mas que em tempos de aprofundamento de crise do capital sob égide neoliberal contrarreformista alcança seu nível máximo de restritividade evidenciando uma democracia blindada, a qual implica a imunização do Estado em face a presença a controles populares (Demier, 2017).

Palavras-chave: Estado, Modo de Produção Capitalista; Regimes Políticos, Democracia.

ABSTRACT

The research carried out in this work concentrated on the investigation of the historical process of the development of the Brazilian democratic system in order to apprehend its unfolding and tendencies in the contemporaneity. The process of investigation was based on a historical and theoretical rescue on the question of the bourgeois state and its forms of domination from the elaborations present in Marxian thought and in the "Marxist tradition". Thus, we were able to apprehend the modern state considering its class nature, but also the effects of the antagonistic intensities in its bulge expressed by the varied political regimes that arose / arise in the process of development of the Capitalist Mode of Production.

Access to the elaborations of Marx (sometimes in conjunction with Engels), Lenin and Gramsci, as well as Poulantzas and Mandel, but also of other analysts linked to the 'Marxist tradition', allowed us to approach the determining elements on the question of the bourgeois state and their forms of domination. This historical and theoretical rescue was fundamentally important to advance our investigation. As we approach the Brazilian experience, considering our socio-historical formation, we were able to identify the aspects that guarantee the particularity of the Brazilian State constitution and the nuances that reside in the development of the forms of domination that have operated and operate in the country.

We verified that the base of support of the Brazilian State is marked by the autocratic, authoritarian elements. Here, the coexistence between the archaic and the new crosses all forms of domination that have emerged in the bulge of the Republic, configuring a typical restricted democracy (Fernandes, 2006) that came to transform / metamorphose into a democracy of cooptation (Iasi, 2012) but that in times of deepening of the crisis of capital under a neo-liberal counter-reformist aegis reaches its maximum level of restrictiveness evidencing an armored democracy, which implies the immunization of the State in the presence of popular controls (Demier, 2017).

Keyword: State, Capitalist Mode of Production; Political Systems, Democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. A QUESTÃO DO ESTADO E SUAS FORMAS DE DOMINAÇÃO: UM RESGATE DAS ELABORAÇÕES E ANÁLISES NA “TRADIÇÃO MARXISTA”	17
1.1. A QUESTÃO DO ESTADO: ELABORAÇÕES E ANÁLISES NA “TRADIÇÃO MARXISTA”	17
1.2. NOTAS SOBRE REGIMES POLÍTICOS A PARTIR DA “TRADIÇÃO MARXISTA”	52
II. A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E DOS REGIMES POLÍTICOS NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA	64
2.1. CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: ESTADO E FORMAS DE DOMINAÇÃO ENTRE 1930-1964.....	64
2.2. DITADURA CIVIL MILITAR: SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES	88
III. “NOVA REPÚBLICA?”: DESDOBRAMENTOS E TENDÊNCIAS DO REGIME POLÍTICO QUE EMERGE NO PÓS ANOS 1980	107
3.1. “NOVA REPÚBLICA?”: ENTRE PERMANÊNCIAS E ACIRRAMENTOS.....	108
3.2. DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: TENDÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	147

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto – abordado preliminarmente por Marx no ensaio “Sobre a questão judaica” – que o Estado moderno é síntese das contradições históricas que atravessam a sociedade burguesa, e não uma abstração que poderia promover o bem comum entre os homens, tal como os pensadores que subsidiaram o pensamento liberal conceituaram. Assim, o Estado burguês (considerando a sua natureza de classe), bem como suas formas de dominação – caracterizadas pelos variados regimes políticos que emergiram em distintos processos e particularidades sócio-históricas – refletem as relações de produção que emanam do processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista – MPC.

É mediante a assertiva supracitada que a dissertação que apresentamos tem como tema *o processo histórico do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro e seus desdobramentos e tendências na contemporaneidade, tendo em vista a constituição do Estado burguês brasileiro a partir da particularidade histórica de país de capitalismo dependente, que experimentou uma revolução burguesa “não clássica” e que evidencia historicamente a relação dialética entre o arcaico e o novo* (Mazzeo, 2015). Posto isto, faz-se necessário apresentarmos o nosso processo de aproximação e delimitação do tema que elucidamos na presente dissertação.

Inicialmente, nos debruçamos ao estudo da política social na sociedade brasileira, a fim de apreendê-la no curso do desenvolvimento do MPC nesta realidade, abordando seu aspecto contraditório vinculado ao Estado burguês bem como sua particularidade, elemento fundamentalmente importante para a compreensão de seu desenvolvimento na realidade nacional.

Uma parte significativa do processo de apreensão e aproximação do desenvolvimento e particularidade da política social no Brasil deu-se ao longo da trajetória acadêmica durante a graduação em Serviço Social, a qual possibilitou (mais especificamente) por meio das disciplinas Questão Social, Política Social e Gestão Social, reflexões acerca das contradições históricas do MPC, a compreensão do caráter eminentemente contraditório das políticas sociais bem como os desmontes das árduas conquistas da classe trabalhadora por meio da implementação das políticas de ajuste neoliberais na contemporaneidade.

Devemos destacar outro aspecto complementar ao nosso processo de apreensão e aproximação ao estudo da política social no Brasil, que refere-se à experiência de estágio supervisionado no Centro de Referência em Assistência

Social (CRAS), em um município de pequeno porte. Considerando a política de Assistência Social como uma importante e recente política social em desenvolvimento no país e a partir das apreensões e aproximações propiciadas ao longo da formação, propusemos aprofundá-las e adensá-las por meio da construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que teve como objetivo analisar as construções e as contradições colocadas no âmbito da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em um município de pequeno porte, especialmente ao que tange à participação e controle social, ao financiamento, recursos humanos e infraestrutura.

Os estudos nos permitiram uma aproximação a um panorama crítico do desenvolvimento histórico da política social no Brasil, e que por meio da ênfase na política de assistência social, tivemos a possibilidade de apreender as construções e as contradições bem como as lacunas que imperam no processo de implementação e consolidação desta política. Considerados estes elementos, nos propomos a dar continuidade ao estudo vinculado à política de assistência social. O mesmo foi sistematizado em um projeto de pesquisa, que tinha como objetivo analisar a relação público/privado na constituição da rede e serviços sócio-assistenciais a partir da implementação do SUAS, o qual foi apresentado e aprovado no processo de seleção para o mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (Faculdade de Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora) vinculado à linha de pesquisa Políticas Sociais e Gestão Pública.

Todavia, ao longo do mestrado, cursamos disciplinas que nos possibilitaram aproximarmos em alguns debates, a destacar ao que tange o desenvolvimento do Estado moderno, suas contradições fundantes e seus desdobramentos na contemporaneidade. Este processo nos permitiu revisitar constantemente nosso objeto inicial e, a partir de incessantes indagações, fomos redirecionando nossa abordagem, que se deslocou da ênfase na análise da constituição da rede de serviços sócio-assistenciais do SUAS para a análise do processo histórico do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro.

Tal objeto conformou nosso projeto de pesquisa intitulado “O sistema democrático brasileiro: desdobramentos e tendências pós anos 1980”. O mesmo apresentava como objetivo geral analisar o sistema democrático brasileiro pós anos 1980, em particular os elementos que vêm conferindo a ‘blindagem’ ou o caráter “restrito” da democracia. A atual conjuntura política e econômica do país foi

fundamentalmente significativa para o redirecionamento do nosso estudo, em que destacamos o golpe do ano de 2016, que consolidou mudanças por dentro da democracia liberal brasileira e que possibilitou acelerar a aprovação de medidas neoliberais, culminando na efetivação da “blindagem” da democracia e do Estado brasileiro aos tensionamentos e conflitos sociais postos pela luta de classes, processo este que vem sendo possível, também, por meio da intensificação da repressão e da criminalização das lutas sociais. Ou seja, é a máxima “imunização do Estado em face da presença e controle populares”, potencializando seus mecanismos coercitivos frente às reivindicações populares (DURIGUETTO e DEMIER, 2017, p.14).

A partir da nossa banca de qualificação, pudemos avançar em nossa delimitação e refinamento do objetivo preliminar, de modo que optamos por prosseguir nossa investigação com *a sistematização teórica das abordagens interpretativas sobre o regime político brasileiro contemporâneo, isto é, o regime que derivou da transição política pós-ditadura civil-militar*. Acreditamos que a relevância da tematização, ora aludida, se faz em razão de dar a devida atenção à análise histórica do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro, com destaque a seus desdobramentos e tendências na contemporaneidade tendo em vista, também, o avanço do conservadorismo/reacionarismo vinculado a uma nítida tendência fascista em curso no país, a qual tem como expressão máxima a chegada de Jair Bolsonaro ao governo federal em 2018.

Nesta direção, Demier (2017) nos chama atenção para a questão que há uma predominância de estudos centrados na análise nos governos de plantão, sem considerar as mudanças que modificaram a democracia liberal brasileira. Segundo o autor, esta predominância acaba por reforçar as “possibilidades” da democracia liberal representativa, ou seja, se restringe em análises que reforçam as perspectivas de mudanças focadas em governos e distancia-se do aspecto contraditório inerente ao Estado burguês. Deste modo, nossa investigação se sintoniza com as perspectivas que objetivam evidenciar a contradição inerente ao desenvolvimento do Estado burguês a partir da particularidade brasileira e a necessidade de superação do mesmo.

Buscamos fazer uma sistematização de análises históricas em uma perspectiva de totalidade, a qual nos permitiu aproximarmos e apreendermos os principais processos políticos que atravessaram/atravessam a formação econômico

social brasileira, com ênfase na constituição do Estado e as implicações de uma revolução burguesa “não clássica” pautada no desenvolvimento desigual e combinado do MPC e marcada por formas de dominação em que o elemento coercitivo e restritivo sempre esteve em evidencia. Assim, os três capítulos que se complementam e constituem a presente dissertação sintetizam esse processo de aproximação e apreensão do objeto em estudo, ou seja, o sistema democrático brasileiro.

Em nosso primeiro capítulo, *A questão do Estado e as suas formas de dominação*, fizemos um resgate das elaborações e análises presentes no pensamento marxiano e na “tradição marxista”. Recorremos às elaborações de Marx, Lênin e Gramsci, as mesmas consubstanciam as principais abordagens teóricas e políticas sobre o significado do Estado moderno na “tradição marxista”. Também resgatamos as análises elaboradas por Poulantzas e Mandel, que retomam essas elaborações basilares, mas avançam por terem acesso a novos elementos históricos decorrentes da complexificação do processo de acumulação e reprodução do capital.

A aproximação a essas abordagens nos possibilitou verificar a natureza de classe do Estado moderno – sendo este reflexo direto das relações de produção que emanam do processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista – MPC – bem como suas formas de dominação caracterizadas pelos variados regimes políticos que emergem em distintos processos políticos, os quais destacamos a democracia parlamentar burguesa, formas de ditaduras militares, bonapartismo, fascismo ou mesmo a combinação entre tais formas.

Verificamos, também, que guardadas as particularidades históricas de cada formação social, a intervenção do Estado burguês tende a se expressar em um duplo movimento: a partir da coerção e/ou a partir do consenso por meio da integração das reivindicações presentes nas lutas da classe trabalhadora. Em ambos, o Estado intervém sob a direção do capital tanto pelo uso aberto da violência e da repressão, como através do desenvolvimento de direitos sociais, trabalhistas e da oferta de serviços sociais públicos, como enfatiza Marques (2015, p. 29). Em suma, é o equilíbrio ou desequilíbrio entre coerção e consenso que evidenciam a diversidade dos regimes políticos que emergiram/emergem no bojo do Estado moderno, sobretudo na fase do capitalismo monopolista. Tal processo é

condicionado pela correlação das forças antagônicas em disputa na sociedade burguesa.

Em nosso segundo capítulo, *A constituição do Estado e dos regimes políticos na formação sócio histórico brasileira*, particularizamos nosso resgate teórico aos processos políticos que se evidenciaram na formação econômico-social brasileira e que conformaram e conformam a base constitutiva do Estado e de seus regimes políticos. O capítulo é constituído por dois itens que se complementam e que abrangem os principais processos políticos entre as décadas de 1930 e 1980. A aproximação às elaborações de Alves (1985), Coutinho (1992), Oliveira (2003), Demier (2012), Santos (2012), Lemos (2014), Paulo Netto (2014) e Marques (2015) foi fundamental para a nossa apreensão de tais processos e que foram sistematizados no referido capítulo.

A partir desta retomada, verificamos que os regimes políticos que se desenvolveram no Brasil são permeados pelos aspectos contraditórios que conformam a sua estrutura econômica, bem como a superestrutura nacional e que se expressam na conformação das correlações de forças entre as frações das classes dominantes no âmbito estatal. Identificamos a incorporação paulatina de elementos de cunho democrático em algumas modalidades de regimes políticos ao longo do nosso processo histórico, no entanto, estes se constituíram como altamente restritivos e sempre conviveram com os elementos autocráticos que atravessaram e atravessam toda constituição do Estado burguês brasileiro.

Podemos afirmar, que é o desequilíbrio entre consenso e coerção que marca as formas de dominação do Estado brasileiro no lastro temporal entre 1930 (pós república velha) e 1985 (“Nova República”). O que pode ser constatado nas duas experiências de ditaduras que se expressaram nesse período, configuradas por regimes políticos de tipo bonapartista Demier (2012). Ainda que guardadas as suas distinções e especificidades, demonstram a incapacidade/dificuldade do Estado brasileiro em incorporar/ampliar mesmo as bases democráticas burguesas. Esse processo foi marcado por vários golpes aos setores subalternizados, aos quais foram levados a conviver com as diversas intempéries de um país marcado pela concentração do poder, da renda e profundamente desigual.

Em nosso terceiro capítulo, *“Nova República?”: desdobramentos e tendências do regime político que emerge no pós anos 1980*, apresentamos as análises interpretativas sobre o regime político brasileiro contemporâneo. Resultante de uma

mudança “pelo alto”, o regime político que ascende da transição é atravessado tanto por permanências autocráticas e autoritárias quanto pelo acirramento das lutas sociais, que já vinham se fortalecendo desde o final da década 1970 e perpassou a década de 1980 com o protagonismo do movimento operário que se aglutinou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A atuação dessas frentes no curso do governo da “Nova República” foi significativa no sentido de pautar a questão democrática no país em detrimento dos aspectos autocráticos, autoritários e restritivos que atravessam a constituição do Estado burguês brasileiro. Esse processo de acirramento cristalizou-se na Constituição Federal de 1988.

Nessa direção, ao aproximarmos às análises de Paulo Netto (2014), verificamos que o processo de transição da ditadura civil-militar se revelou por ser uma “transição truncada” expressa, sobretudo, no movimento em torno da constituinte que consagrou a CF-1988. Nessa mesma direção, Behring e Boschetti (2010) caracterizam o texto constitucional como uma “espécie de híbrido entre velho e o novo”, ao passo que avança ao incorporar direitos sociais expressos, por exemplo, na conquista da Seguridade Social, direitos civis e políticos. Contudo, permanece a tutela militar bem como a centralidade do poder Executivo com a institucionalização da Medida Provisória que cumpre a mesma função dos decretos-leis utilizados ao longo dos regimes ditatoriais que atravessaram o país. Diante disso, Lemos (2014) considera que a CF-1988 combinou traços de cariz liberal-democrático e democrático-autoritários.

Ao combinar esses traços supracitados, o texto constitucional tem um efeito duplo e contraditório, pois resguardou os interesses autoritários e autocráticos das frações da burguesia mas, concomitantemente, incorporou traços democráticos que, em certa medida, foram funcionais para o avanço do acirramento dos antagonismos no bojo da “Nova República”. Esse cenário permitiu que Fernandes (1985; 1990) e Coutinho (1979), ainda que guardadas as suas especificidades analíticas, considerassem aquele momento como propício para o aprofundamento da luta democrática encampada pelos segmentos subalternizados, a qual criaria as condições para incidir na dominação da autocracia burguesa, ou seja, uma revolução socialista. De acordo com Iasi (2012) tais elaborações, no contexto de transição da ditadura civil militar, contribuíram para a confluência da Estratégia

Democrático Popular. Mesmo que o objetivo não fosse este, as mesmas foram profícuas para consolidação dos pressupostos que constituíram tal estratégia.

Verificamos que a atuação do PT bem como do desenvolvimento da EDP, possuem relevância no cenário de disputa que atravessou a década de 1980. Sendo o PT produto direto do avanço organizativo da classe trabalhadora, ao longo da referida década, tornou-se o principal partido que encampou a luta vinculada aos interesses desta classe. A tarefa preliminar do partido consistia na organização da classe trabalhadora enquanto sujeito político e, destaca-se nesse processo, a formulação da EDP, em que se apontava para a necessidade do fortalecimento da classe trabalhadora a fim de disputar e conquistar a hegemonia política ante o Estado burguês.

Contudo, sob a égide neoliberal que passa a vigorar no país na entrada dos anos 1990 com a chegada de Collor ao governo federal – Duriguetto (2007); Coutinho (2010) e Oliveira (2010) – apontam que esse cenário de acirramento sofre significativa alteração, que reflete na concepção e ação do movimento que vinha se consolidando no final da década de 1970 e 1980. Destaca-se, nesse processo, a renúncia a formas de disputa, tais como as greves tidas como um importante instrumento de luta que tensionava as contradições vinculadas ao desenvolvimento desigual e combinado do MPC no contexto brasileiro e, observa-se também, o impacto na luta democrática encapada pelos segmentos subalternizados e que foi aglutinada nas frentes representativas majoritárias naquele momento, isto é, CUT e PT.

Estava em curso o processo designado por Iasi (2012) de *transformismo* do PT bem como da EDP, o qual alcançou o seu ápice com a chegada de Lula/PT ao governo federal em 2003, conformando, o que também foi apreendido pelo autor, uma *democracia de cooptação*, possibilidade levantada por Fernandes (2006) ao considerar o projeto de autorreforma do regime ditatorial, mas descartada pelo mesmo ao se deparar com a atuação do movimento operário ao final da década 1970. Verificamos que o transformismo que perpetrou no PT e o redirecionamento da EDP, nos marcos do neoliberalismo no Brasil aliado ao refluxo das lutas sociais, foram funcionais para o avanço de um regime democrático exclusivista, elitista, isto é, um regime democrático blindado, de acordo com a análise que Demier (2013; 2017 e 2019) tem desenvolvido e a qual demonstraremos com mais detalhes no referido capítulo.

Após a elucidação breve desses elementos introdutórios, avancemos à exposição das principais apreensões que obtivemos ao longo do diálogo com os/as autores/as de referência, os quais contribuíram para nossa aproximação crítica aos desdobramentos e tendências postos ao nosso regime político contemporâneo.

I. A QUESTÃO DO ESTADO E SUAS FORMAS DE DOMINAÇÃO: UM RESGATE DAS ELABORAÇÕES E ANÁLISES NA “TRADIÇÃO MARXISTA”

Constituído por dois itens, que se complementam, este capítulo expressa nosso processo de aproximação e apreensão acerca do debate do Estado moderno. De modo que, ao retomarmos as principais elaborações presentes na “tradição marxista”, verificamos a natureza de classe do Estado burguês – sendo este reflexo direto das relações de produção que emanam do processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista – MPC - bem como suas formas de dominação caracterizadas pelos variados regimes políticos que emergem em distintos processos políticos.

1.1. A QUESTÃO DO ESTADO: ELABORAÇÕES E ANÁLISES NA “TRADIÇÃO MARXISTA”

O presente item tem como objetivo apresentar algumas das principais análises sobre o Estado a partir da “tradição marxista”, mas antes é importante sublinharmos que tal tradição é composta por abordagens e análises distintas, realizadas em períodos históricos e territórios diferentes, no entanto convergem por terem uma perspectiva “anticapitalista e revolucionária”. O trecho a seguir nos especifica:

A “tradição marxista”, diferenciada da “obra marxiana” (o que é de responsabilidade direta de Marx, às vezes em colaboração de Engels) deve ser vista como teoria social *rica e heterogênea* (ver Netto, 1990, p. 8-9), composta por variados autores e vertentes, debruçados sobre objetos diversos em contextos variados. No entanto, se há diferenças entre as vertentes dessa tradição – estruturalista, historicista, epistemologista, ontológica etc. – há pelo menos um aspecto que lhe confere unidade interna: *a perspectiva anticapitalista e de revolução*. Isto é, trata-se de uma teoria social diversa, rica, heterogênea que visa o conhecimento crítico da estrutura e dinâmica capitalistas para a sua superação (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p.33. Grifos do autor).

É importante ressaltarmos, também, que as elaborações sobre a questão do Estado não conformam uma teoria definitiva na tradição marxista. Vejamos:

Particularmente, em relação ao Estado, pode se dizer que não há, portanto, nessa tradição, uma teoria do Estado completa e acabada, mas determinações diversas sobre o Estado em contextos variados. Não temos assim um tratado marxista sobre o Estado, mas observações diversas das determinações que este vai assumindo (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p.34).

Posto isto, apresentaremos as análises elaboradas por Marx, Lênin e Gramsci, as mesmas consubstanciam as principais abordagens teóricas e políticas sobre o significado do Estado moderno na tradição marxista. Abarcaremos também, as análises elaboradas por Poulantzas e Mandel, que retomam essas elaborações basilares, mas avançam por terem acesso a novos elementos históricos decorrentes do aprofundamento do processo de acumulação e reprodução do capital.

As elaborações tecidas por Marx (por vezes, em conjunto com Engels) sobre a questão do Estado moderno, representam uma abordagem oposta às elaborações que vinham sendo feitas e que subsidiavam o pensamento liberal, como, por exemplo, a concepção de Hobbes sobre o surgimento do Estado. Em sua leitura, os homens se encontravam em um estado de “guerra de todos contra todos”, por isso a necessidade do Estado, pois os homens ao buscarem segurança, ordem e paz criam um pacto entre si e se associam para resguardar a vida e a propriedade. Por meio desse processo, o Estado se constitui como um poder soberano, como o “grande Leviatã”, a fim de resguardar o “bem comum a todos”.

John Locke, um dos principais ideólogos liberais¹, assim como Hobbes, compreende que a constituição do Estado é imprescindível para garantir a manutenção dos “direitos naturais” dos homens – propriedade, vida e liberdade. Sendo o “estado de natureza” passível a conflitos e guerras, a efetivação de tais direitos era inviabilizada, assim a necessidade do Estado para garantir a segurança, a paz e a liberdade da esfera privada. A defesa da propriedade é enfatizada, na elaboração de Locke, de modo que formula uma teoria de governo que abrange tal apreensão na qual a finalidade de todo o governo deveria ser conservar e resguardar o direito a propriedade Duriguetto (2007, p. 36).

Ainda na concepção de Locke, na constituição do Estado [...] a autoridade deveria ser entregue consensualmente a um corpo legislativo e a um monarca para que fossem criadas e impostas leis visando a preservação e representação dos interesses dos governados (propriedade e segurança pessoal) Duriguetto (2007, p. 36). Há também a necessidade de instituir um juiz imparcial que irá garantir a

¹ As formulações de Locke constituíram as diretrizes fundamentais do Estado liberal, inaugurando aquele que se firmaria como dos princípios e fundamentos centrais do liberalismo: “[...] o Estado existe para proteger os direitos e liberdades dos cidadãos que, em última instância, são os melhores juízes de seus próprios interesses [...]”; e que deve “[...] ter sua esfera de ação restrita e sua prática limitada de modo a garantir o máximo de liberdade possível a cada cidadão [...]” (HELD, 1987: 49) Ou seja, a essência da democracia está nos direitos individuais (DURIGUETTO, 2007, p. 36-7).

aplicabilidade, bem como a necessidade de constituir a força necessária para o cumprimento destas leis.

Hegel, de forma distinta aos pensadores contratualistas², não compreende que o Estado surja a partir da criação de um pacto entre os homens e que por meio do consenso podem criar segurança, ordem e paz. Para o autor, o Estado não é resultante da escolha dos homens, mas é expressão concreta de um certo estágio do desenvolvimento humano. Nogueira (2017, p. 41) destaca que, para Hegel, a história dos homens se desenvolveu até alcançar um momento superior evidenciado pela identidade entre razão e realidade, sendo a constituição do Estado resultante desse processo. Portanto, na perspectiva hegeliana, o Estado é a manifestação concreta da própria razão. Posto isto, Hegel considera que o homem se objetiva enquanto humano genérico por meio do Estado, ou seja, o homem só poderia alcançar esse estágio e até mesmo firmar sua individualidade reconhecendo-se como membro de um Estado.

Essas elaborações sintetizadas acima, por mais distintas que sejam, convergem em determinados aspectos e acabam legitimando o pensamento liberal sobre o Estado, o qual é tido como representação do bem comum, de que está alheio aos conflitos na sociedade e tem como tarefa prioritária manter a ordem, entre outras afirmações que são concebidas até hoje como verdades. Em Marx, temos uma crítica severa ao pensamento liberal, no entanto, o movimento feito pelo autor se deu através da análise do desenvolvimento do capital e a identificação de suas contradições, assim conseguiu demonstrar os limites concretos do pensamento liberal entendendo o mesmo como um mito. Tal como nos expressa Iasi (2009, p. 28) ao tratar sobre o pensamento liberal a partir da abordagem feita por Marx:

O liberalismo, portanto, expressava no campo da consciência social a base real constituída pelas relações capitalistas em desenvolvimento. Ao contrário de seus antecessores, Marx não criticará as ideias liberais contrapondo-as às ideias socialistas, mas procurará analisar o ser do capital, suas contradições e de que forma o desenvolvimento real deste ser produz a crise destas ideias, não por suas supostas falsidades ou verdades, mas exatamente pelo movimento do real que produz o “aumento do fosso” que separa as antigas ideias das novas conformações da realidade em movimento.

Em sua obra “Sobre a Questão Judaica”, Marx nos apresenta uma importante reflexão ao tratar criticamente o Estado moderno, considerando este como síntese

² Hobbes; Locke e Rosseau.

das contradições históricas da sociedade, e não como uma abstração que poderia promover o bem comum entre os homens, tal como os seus antecessores defendiam. Ou seja, como o próprio Marx nos afirma, é “pela via dos elementos particulares que o Estado se constitui como universalidade” Marx (2010, p.40). E complementa a seguir:

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um juguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal (MARX, 2010, p. 40-41).

A consolidação do Estado moderno possibilita a delimitação de duas esferas fundamentais para a estruturação da sociedade burguesa, a pública e a privada, e são estas que vão delimitar a intervenção do Estado e concomitantemente garantir a “liberdade individual” do homem egoísta, nos termos de Marx. O Estado moderno possibilita a “emancipação política” formal, no entanto esta é limitada e necessita ser superada através de uma “emancipação humana”, que tem como horizonte a própria superação do Estado.

[...] De acordo com Marx e Engels, o Estado surge da contradição entre o interesse de um indivíduo (ou família) e o interesse comum de todos os indivíduos. A comunidade se transforma em Estado, aparentemente divorciado do indivíduo e da comunidade mas, na realidade, baseado em relações com grupos particulares – sob o capitalismo, com as classe determinadas pela divisão do trabalho. Todas as lutas no seio do Estado são “meramente as formas ilusórias sob as quais as lutas reais das diferentes classes se travam entre si” (Marx e Engels 1964, 45). O moderno Estado capitalista é

dominado pela burguesia. ‘Através da emancipação da propriedade privada diante da comunidade o Estado se torna uma entidade separada, ao lado e de fora da sociedade civil, mas não é nada mais do que a forma de organização que a burguesia necessariamente adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses’. (Marx e Engels 1964, 78). Não se deve, porém, deduzir daí que o Estado seja um complô de classe. Em vez disso, ele evolui no sentido de mediar as contradições entre os indivíduos e a comunidade e, uma vez que a comunidade é dominada pela burguesia, assim o é a mediação pelo Estado. ‘Portanto, o Estado não existe devido à vontade dominante, mas o Estado que surge das condições materiais de existência dos indivíduos também tem a forma de uma vontade dominante’ (Marx e Engels, 1964, 358) (CARNOY, 1988, p. 68-69).

Para Marx, o Estado não é concebido como “neutro”, assim não pode ser considerado como um “curador comum”, que atende na totalidade aos interesses antagônicos das classes sociais. Contudo, o Estado burguês se caracteriza pela fetichização³ das relações de poder e domínio que são inerentes ao desenvolvimento do MPC. Ou seja, é a manipulação dessas relações, por meio da fetichização, que impedem que elas apareçam tal como são, as quais acabam sendo funcionais para a criação da ficção de um mundo de homens livres e iguais, bem como da concepção do Estado enquanto uma entidade abstrata que está alheia aos conflitos e contradições da sociedade capitalista. Osorio (2017, p. 29) destaca que, é a partir da fetichização das relações econômicas/políticas desempenhadas pelo o Estado que a exploração, o poder e o domínio desaparecem, favorecendo justamente a construção de imaginários de comunidade. Esta concepção de que Estado é “neutro” e está voltado para desenvolver o “bem comum” a uma “comunidade de homens livres e iguais”, compõe o aparato ideológico de legitimação e perpetuação da dominação burguesa, a qual detém o poder econômico que se estende e garante o poder político.

Marx (em oposição a Hegel) defendia que o Estado, emergido das relações de produção, não representa o bem comum, mas é expressão política da estrutura de classe inerente à produção. Hegel (e, como vimos, Hobbes, Locke, Rousseau e Smith) tinha uma visão do Estado como responsável pela representação da “coletividade social”, acima dos interesses particulares e das classes, assegurando que a competição entre os indivíduos e os grupos permanecessem em ordem, enquanto os interesses coletivos do

³Da mesma forma que o dinheiro, expressão da forma-valor, o Estado também se constitui como uma abstração fetichizada que se sobrepõe à sociedade e que pareceria romper com a atomização e separação de seus membros, criando um imaginário fictício de comunidade (OSORIO, 2017, p. 29).

“todo” social seriam preservados nas ações do próprio Estado. Marx veio a rejeitar essa visão do Estado como o curador da sociedade como um todo. Uma vez que ele chegou a sua formulação da sociedade capitalista como uma sociedade de classes, dominada pela burguesia, seguiu-se necessariamente a sua visão de que o Estado é a expressão política dessa dominação. Na verdade, o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes mas profundamente envolvido neles. Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio da dominação de classe (CARNOY, 1988,p. 66-67)

Marx partia da realidade concreta, do que era tangível, e por meio do processo de abstração, de elevação deste concreto ao concreto pensado, foi possível apreender as categorias que constituem a realidade e elaborar reflexões plausíveis sobre o Estado moderno, considerando impreterivelmente a forma como a sociedade burguesa se organizava. Ou seja:

[...]Marx considerava as condições materiais de uma sociedade como a base de sua estrutura social e da consciência humana. A forma do Estado, portanto, emerge das relações de produção, não do desenvolvimento geral da mente humana ou do conjunto das vontades humanas. Na concepção de Marx, é impossível separar a interação humana em uma parte da sociedade da interação em outra: a consciência humana que guia e até mesmo determina essas relações individuais é o produto das condições materiais – o modo pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas (CARNOY, 1988, p. 65).

Esta abordagem de Marx é explicitada na “A ideologia alemã” (2007, p. 74) em que temos a seguinte reflexão sobre a relação direta entre sociedade civil e o Estado:

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado. A palavra sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista.

Para Marx, o Estado moderno é reflexo da dinâmica da sociedade burguesa a qual tem como dirigente a classe que detém os meios de produção, ou seja, o

Estado se apresenta como produto, uma consequência, uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal, enfatiza Carnoy (1988, p. 65).

Portanto,

[...] Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses [...] Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realen], na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei (MARX; ENGELS, 2007, p. 75- 76).

Nessa mesma direção, Engels ratifica, [...] o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante Marx e Engels (1975, v.1, p. 111 *apud* Duriguetto e Montaño, 2010, p. 40). Para tanto, Marx considera que todo o poder que o Estado aparenta ter é reflexo das relações de produção que se desenvolvem na sociedade civil. Ou seja, é expressão política da classe dominante, mas não se constituiu através de um complô de classe. Pois o mesmo é constituído como uma instituição socialmente necessária, designada para encaminhar tarefas sociais necessárias para manutenção da ordem burguesa, portanto torna-se uma instituição de classe.

Considerando a natureza de classe do Estado, faz-se necessário ponderar que essa organização não é concebida sem conflitos entre as classes antagônicas. Marx considera esta questão e identifica os elementos que sustentam o Estado burguês e que são capazes de frear e coagir tais conflitos. Isso é possível a partir da coerção e repressão direta e institucionalizada na ação do Estado. O trecho a seguir nos alude:

A ascensão do Estado como força repressiva para manter sob controle os antagonismos de classe não apenas descreve a natureza de classe do Estado, mas também sua função *repressiva*, a qual, no capitalismo, serve à classe dominante, à burguesia. Há aqui, duas questões: a primeira se refere a uma função primária da comunidade – imposição das leis – inerente a toda sociedade, e a segunda se refere à ascensão do *Estado* e à *repressão* inerente a essa ascensão. De acordo com Marx e Engels, o Estado aparece como parte da divisão de trabalho, isto é, como parte do aparecimento das

diferenças entre os grupos na sociedade e da falta de consenso social (CARNOY, 1988, p. 70. Grifos do autor).

O trecho acima nos remete à afirmação elaborada por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1848) de que “o Estado moderno, não é mais do que um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda a burguesia” Marx e Engels (2012, p. 11-12). Ou seja, “[...] são as relações de produção de uma sociedade, os interesses de classe daí oriundos, sua correlação de forças, que determinam o Estado (suas normas, leis, autoridades, instituições) e não o contrário” Duriguetto e Montañó (2010, p.37).

Sendo o Estado determinado diretamente pelas relações de produção na sociedade burguesa, com a intensificação das contradições entre as classes antagônicas é possível incidir no aspecto dominante do Estado provocando a abrangência, ainda que relativa, de uma autonomia da esfera estatal diante dos conflitos entre as classes, o que por sua vez não constrange sua essência de classe. De modo que,

[...] O aparelho de Estado não é uma garrafa vazia e transparente, que ganhará a cor do líquido que a preencha – conforme formulado por diversas correntes reformistas –,mas sim um território carregado de interesses de classes, com labirintos e armadilhas prontas para obstruir os projetos de forças sociais e políticas que rejeitem ou questionem a ordem existente (OSORIO, 2017, p. 38).

A questão da autonomia relativa do Estado, bem como a condensação deste enquanto centro do poder político das classes detentoras e suas frações, é apreendida na análise marxiana no contexto francês ao longo do império de Luís Bonaparte (1852-1870). Vejamos a elaboração de Carnoy (1988, p. 74-5) ao retomar essa reflexão:

Em “tempos excepcionais”, as possibilidades de autonomia podem aumentar: em sua análise do império de Luís Bonaparte (1852-1870), Marx volta à sua concepção original, argumentando que há exemplos históricos, quando nenhuma classe tem poder suficiente para governar através do Estado. Nesses exemplos é o próprio Estado (executivo) que domina. Que fatores permitem que isso aconteça? Marx escreveu que a burguesia, nesse exemplo, “confessa que seus próprios interesses ditam que ela deve ser livrada do perigo de seu próprio domínio; que, a fim de restituir a tranquilidade ao país, seu parlamento burguês deve, em primeiro lugar, ser extinto; que, a fim de preservar intacto seu poder social, seu poder político deve ser quebrado” (Marx e Engels, 1979, 143). Engels, por sua vez, enfatizou que Bonaparte somente foi capaz de tomar o poder depois que todas as classes sociais mostraram sua incapacidade de dominar e se esgotaram no processo de tentar fazê-lo. Ao pedir votos à classe

mais numerosa, a dos camponeses, e ao usar o poder militar (os filhos dos camponeses), ele ganhou o controle inquestionado do Estado e foi capaz de prosseguir nos seus projetos (Draper, 1977, 406). Ele jogou as diferentes classes umas contra as outras e nenhuma delas tinha forças para reconquistar o poder.

A abrangência da “autonomia relativa” do aparelho estatal, em “tempos excepcionais”, não significa a diluição do aspecto de classe do Estado burguês, a experiência bonapartista demonstra essa questão, vejamos:

[...] o Estado bonapartista tinha que modernizar a economia a fim de alcançar seu próprio engrandecimento, a capacidade econômica necessária para a realização das aspirações imperiais e militares. Bonaparte não mudou as relações de produção, ainda que a burguesia não controlasse o Estado, Bonaparte serviu a seus interesses econômicos – eles acumularam grandes somas de capital, durante seu governo. Esse arranjo, porém, continha as sementes de importantes contradições; a burguesia, na França, cada vez mais abastada, logo começou a sentir os grilhões do Estado autônomo e a se movimentar para reconquistar o controle do aparelho do Estado. Ao mesmo tempo, o proletariado urbano também se expandiu e se fortaleceu. Finalmente, o imperador se comprometeu com a burguesia e o fim de seu regime se caracterizou pela mais importante revolta trabalhadora do século, a Comuna de Paris (CARNOY, 1988, p. 75).

A experiência bonapartista demonstrou uma expansão da autonomia relativa do Estado frente às classes antagônicas, todavia sem incidir na estrutura organizacional da sociedade burguesa. Tal experiência também aponta que esse formato de intervenção estatal tende a durar pouco tempo, dada a contradição entre burguesia e proletariado. No que se refere à autonomia do Estado burguês, Carnoy (1988, p. 76) identifica dois níveis de autonomia do Estado presente na elaboração de Marx e Engels.

No primeiro – a condição “normal” – a burocracia do Estado tem alguma autonomia frente à burguesia devido a aversão inerente da burguesia em atuar diretamente no aparelho do Estado e devido aos conflitos entre os capitais individuais (exigindo uma burocracia independente que pode atuar, como executora, para toda a classe capitalista). Assim, nas condições normais do Estado burguês, a burguesia atribui a tarefa de gerenciar os negócios políticos da sociedade a uma burocracia (que não é burguesia ou os capitais individuais), mas esta burocracia – em contraposição às primeiras formações sociais – está subordinada à sociedade e à produção burguesas. Embora a burocracia, enquanto conjunto de burocratas individuais, seja autônoma frente à burguesia, está, como instituição, reduzida cada vez mais ao estado de um estrato social que atua como o agente da classe dominante.

No entanto, essa burocracia degradada ainda luta pelo poder, de acordo com Marx [...]. Atinge-se o segundo nível de autonomia quando a luta de classes é “congelada” pela incapacidade de qualquer classe em demonstrar seu poder sobre o Estado. Essa situação histórica “excepcional” permite que a burocracia ganhe autonomia frente ao controle de classes. Não é dominada por nenhuma classe dominante da sociedade civil. Mas, mesmo neste caso, o poder do Estado depende das condições políticas numa sociedade de classes.

As elaborações de Marx sobre a questão do Estado nos permite refletir a sua configuração em uma perspectiva de totalidade, partindo do que se apresenta no campo da aparência e alcançando elementos que compõem a sua essência. Na sociedade burguesa, é conveniente que o aparelho estatal se apresente como neutro, no entanto essa neutralidade não se sustenta ao identificarmos o teor de classe inerente ao Estado burguês e, mesmo em momentos excepcionais que apresenta uma autonomia relativa, a mesma não se desvincula de seu aspecto de classe. Em Duriguetto e Montaño (2010, p. 36-7) temos a seguinte síntese:

O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, o Estado tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como a classe dominante.

Compreendemos que o fato do Estado burguês expressar a relação de dominação da sociedade burguesa não representa um “complô de classe”, isto é, essa estrutura é incidida pelo grau e ritmo entre a luta das classes antagônicas e pode produzir alguns “momentos excepcionais”, como a experiência bonapartista, mas que se não põem a prova às bases estruturantes do Estado burguês, este não deixará de representar a classe que detém os meios de produção. Assim, em Marx, encontramos a necessidade de supressão do Estado burguês, sendo algo que só é possível mediante o avanço das lutas da classe trabalhadora e o ataque direto ao aparelho estatal, com a instauração de uma “ditadura do proletariado” tal como na experiência da Comuna de Paris. Nesse sentido, Marx afirma que:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não poder ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado (MARX, 1975, p. 221 *apud* DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 41).

De modo geral, são esses os elementos principais que compõem as elaborações de Marx sobre a questão do Estado, os quais dão ênfase ao seu aspecto de classe, bem como a institucionalidade da coerção e repressão da ação do aparelho estatal na organização e perpetuação da sociedade burguesa.

Avançaremos para as análises sobre o Estado a partir das elaborações de Lênin. Sua abordagem retoma os elementos trabalhados por Marx e Engels, mas em um cenário histórico totalmente diferente, mais especificamente:

[...] no processo de Revolução Soviética, sob o regime czarista, numa sociedade sem desenvolvimento capitalista-industrial significativo. A função do Estado como *aparelho repressivo da burguesia* é destacada por Lênin como o núcleo central do Estado burguês. O marxista russo enfatiza que os principais instrumentos da força do poder do Estado são o exército e a polícia, e que a revolução violenta é inevitável. “Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário” (Lênin, 1961, p.29-30) (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 41-42)

A abordagem de Lênin sobre o Estado reforçava a necessidade de seu enfrentamento considerando sua atuação como aparelho repressivo da burguesia e a necessidade de uma revolução proletária para suprimi-lo. Cabe enfatizar que, o esforço de Lênin em desenvolver uma análise sobre o Estado “centrava-se na estratégia revolucionária, numa teoria de transformação do capitalismo para o comunismo” Carnoy (1988, p. 78-79). Em sua obra “O Estado e a Revolução” Lênin faz a seguinte análise:

[...] se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é uma força que está *acima* da sociedade e “*cada vez mais se aliena* da sociedade”, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, *mas sem extermínio* daquele aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada essa “alienação” (LÊNIN, 2017, p. 31. Grifos do autor).

A revolução violenta, na elaboração leninista, pressupõe a tomada do Estado burguês pelo proletariado mediante um confronto armado, objetivando a destruição do aparelho estatal, destruição esta que é imprescindível para qualquer transformação revolucionária. Lênin enfatiza o confronto armado tendo em vista todo aparato coercitivo desenvolvido pelo Estado burguês, assim apenas um ataque frontal a esse aparato coercitivo e, sobretudo, a sua derrota, o Estado burguês poderá ser destruído, ou seja, [...] “o instrumento de opressão será eliminado e o proletariado tomará o poder, utilizando a força das suas próprias armas para proteger esse poder” Carnoy (1988, p. 80).

Considerando que a tomada do Estado burguês pelo proletariado culmine na sua extinção, erguer-se-ia um Estado proletário, conduzindo-se à revolução socialista, a qual possibilitará o “definhamento” total do Estado a partir da superação dos antagonismos entre as classes, assim, “a substituição do Estado burguês pelo proletariado é impossível sem a revolução violenta. A extinção do Estado proletário, ou seja, a extinção de todo o Estado, é impossível de outro modo senão por meio de seu “definhamento”” Lênin (2017, p.44). Essa argumentação de Lênin corrobora com a necessidade da instauração de uma ditadura do proletariado – elaborada por Marx e Engels – em detrimento da ditadura burguesa, pois:

[...] para Lenin a luta de classes continua na transição do capitalismo para o comunismo, e requer um Estado que elimine a burguesia: daí a ditadura do proletariado. O que Lenin antevia era a reação da burguesia a um regime revolucionário: uma vez que, a partir da perspectiva da classe trabalhadora, os capitalistas não são essenciais à economia proletária, a revolução para a burguesia significa o fim de sua posição privilegiada (sua única alternativa é tornarem-se trabalhadores comuns) e, desse modo, ela está disposta a lutar contra o novo regime com tudo que esteja à sua mão. Lenin argumentava que a abolição da burguesia como classe exigia um Estado operário todo-poderoso, pronto para eliminar aquele grupo coercitivamente (CARNOY, 1988, p. 80-81).

De acordo com Lênin, essa abordagem coercitiva em relação à burguesia seria inevitável para sustentar o Estado proletário e garantir o encaminhamento de sua tarefa central, possibilitar o erguimento do socialismo em direção a uma sociedade sem classes, sem a necessidade de um Estado e em que a riqueza socialmente produzida pudesse ser socializada.

A doutrina da luta de classes aplicada por Marx à questão do Estado e da revolução socialista conduz necessariamente ao reconhecimento do *domínio político* do proletário, de sua ditadura, ou seja, de um poder não partilhado com ninguém e que se apoia diretamente na força armada das massas. O derrubamento da burguesia só pode ser realizado pela transformação do proletariado em *classe dominante* capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar para um novo regime de economia todas as massas trabalhadoras e espoliadas.

O proletariado necessita do poder de Estado, de uma organização da força, de uma organização da violência tanto para reprimir a resistência dos espoliadores como para *dirigir* imensa massa da população, o campesinato, a pequena-burguesia, os semiproletários, na prática da “organização” da economia socialista. (LÊNIN, 2017, p.48. Grifos do autor).

É notório, na elaboração de Lênin, o lugar do proletário na direção da revolução, sendo esta classe responsável por conduzir as tarefas revolucionárias, pois:

O derrubamento do domínio da burguesia é possível apenas pelo proletariado, como classe específica, cujas condições econômicas de existência lhe dão a possibilidade e a força para realizar esse derrubamento. Ao mesmo tempo que a burguesia fraciona e pulveriza o campesinato e todas as camadas pequeno-burguesas, ela unifica, integra, organiza o proletariado. Só o proletariado – em razão de seu papel econômico na grande produção – é capaz de ser o chefe de todas as massas trabalhadoras e massa espoliadas que a burguesia espolia, oprime e esmaga, na maioria das vezes não com menos forças que os proletários, mas com mais, uma vez que são incapazes de uma luta *independente* por sua emancipação (LÊNIN, 2017, p. 48. Grifos do autor).

A abordagem leninista reforça as elaborações sobre a questão do Estado de Marx e Engels. Assim, mais que uma análise do aparelho estatal burguês, se expressa para “estimular uma estratégia específica para a revolução socialista” Carnoy (1988, p.80). Em síntese, a ênfase da elaboração de Lênin na questão do Estado se dá no aspecto coercitivo e repressivo do aparelho estatal, considerando que os antagonismos entre burguesia e proletariado são irreconciliáveis se faz necessário uma revolução violenta conduzida pelo proletariado para suprimir o Estado burguês.

Trabalhados esses elementos da elaboração leninista sobre o Estado, avançaremos para apresentarmos os elementos que constituem a elaboração do marxista italiano Antônio Gramsci. Nessa direção, é importante frisarmos que a abordagem do referido autor é concebida em um período diferente ao de Marx, ou seja, possui traços particulares, mas que não invalidam seu comprometimento com a “ortodoxia” marxista.

Se Marx tratou da realidade do capitalismo concorrencial, no século XIX, no elo mais desenvolvido industrialmente (a Inglaterra), tendo como objetivo central as relações de produção, Gramsci se debruça sobre o capitalismo na sua fase monopolista, do século XX, e num país da periferia europeia (a Itália), a partir de uma significativa *socialização da política* constituindo esta sua preocupação central. As distinções na produção de Gramsci em relação a Marx estão longe de significar uma ruptura com a “ortodoxia” (que não se confunde com “dogmatismo”) marxista que, conforme Lukács, radica na fidelidade com o método, de captar da realidade as (novas) determinações (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 42-43. Grifos do autor).

O momento histórico em que Gramsci se dedicou a analisar a relação da sociedade civil com o Estado possibilitou que a sua elaboração exprimisse uma proposta de ação política diante do cenário econômico, político e social que se colocava.

A maior contribuição de Antonio Gramsci ao marxismo é que ele sistematizou, a partir do que está implícito em Marx, uma ciência marxista da ação política. Porém, Gramsci fez mais do que simplesmente reconhecer que a política é uma atividade autônoma, dentro do contexto do desenvolvimento histórico das forças materiais. Para ele, a política é a atividade humana central, o meio através do qual a consciência individual é colocada em contato com mundo social e material, em todas as suas formas (HOBBSAWM, 1982, 23 *apud* CARNOY, 1988, p.89).

A ênfase de Gramsci ao aspecto político não implica um afastamento das abordagens desenvolvidas por Marx, Engels e Lênin, haja vista que o autor parte dessas elaborações, no entanto o contexto em que em viveu colaborou diretamente para essa abordagem particular⁴. Tendo em vista que Gramsci foi um líder intelectual envolvido diretamente com movimento proletário de massa durante a Primeira Guerra Mundial, o mesmo participou e presenciou na Itália, no final da guerra, da luta entre os partidos políticos de esquerda e direita, tal luta que acabou configurando na vitória do fascismo na década 1920 e no definhamento dos direitos políticos.

Carnoy (1988, p. 89-90) afirma que, ao presenciar o fracasso de um movimento revolucionário das massas trabalhadoras e a ascensão do fascismo reacionário legitimado por seguimentos da classe trabalhadora, Gramsci pôde desenvolver uma análise marxista particular do Estado. Sua elaboração problematiza todo aparato que subsidia e legitima o Estado burguês, bem como tal aparato procura conquistar o consentimento ativo entre os setores dominados e a partir dessa elaboração desenvolveu uma estratégia para a derrubada do Estado burguês e a construção do socialismo.

Gramsci considera todos os pressupostos desenvolvidos por Marx ao que tange a relação contraditória entre as classes antagônicas na sociedade burguesa, e, sobretudo do significado da luta e da consciência de classe no processo de

⁴ Como assinala Coutinho (1996), Antônio Gramsci (Itália, 1891-1937) empreenderá um desenvolvimento original a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin para pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado a partir da situação concreta e histórica, não apenas da Itália, mas também das sociedades capitalistas desenvolvidas do seu tempo. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 43).

transformação social. Ao considerar esses elementos, Gramsci resgata a noção de “hegemonia” trabalhada por Marx, expressa, por exemplo, em *A ideologia alemã - Marx e Engels (1845-1846)*. O debate sobre hegemonia possui centralidade na elaboração gramsciana no que se refere o funcionamento do sistema capitalista, e tal hegemonia, na concepção de Gramsci, evidencia a predominância ideológica dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas.

O avanço da socialização da política, considerando a relação da sociedade civil⁵ e o Estado, em tempos de capitalismo monopolista também possui centralidade da preocupação de Gramsci. É a partir desta preocupação que o autor produziu uma análise original do Estado burguês, identificando no processo de socialização da política uma ampliação do fenômeno estatal, o que em sua visão corresponde a uma “complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de *sociedade civil*” Duriguetto; Montañó (2010, p. 43).

[Um novo conceito de Estado] [...] Eu amplio a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)(COUTINHO, 2011, p.267).

O trecho acima retoma uma elaboração de Gramsci, em que fica explícito o movimento desenvolvido pelo autor, que considera as novas determinações ao conceituar o Estado burguês compreendendo que o mesmo não está restrito a desempenhar apenas uma intervenção coercitiva e repressiva, mas também a criação de um equilíbrio da relação da sociedade política (Estado) com a sociedade

⁵ Pois, [...] afirmar que o Estado é o centro do poder político não implica desconhecer que, no domínio e na gestação de sentido de comunidade, operam outras relações e entidades, as instituições da sociedade civil, escolas, igrejas, meios de comunicação (tradicionais e as novas redes sociais da internet), entre outras, criadoras de valores e interpretações da vida social [...] Estas instituições, articulada com o Estado, dão vida ao sistema de dominação, entendido como o conjunto de relações e processos por meio das quais as classes dominantes procuram perpetuar a ordem social imperante, internalizando seus valores e pretendendo, com maior ou menor êxito, que a sociedade e o mundo sejam interpretados de acordo com seus pontos de vista (OSORIO, 2017, p. 32).

civil, sendo que este equilíbrio está vinculado à socialização da política e a partir dessa:

[...] o Estado se amplia, incorporando novas funções, e incluindo no seu seio as lutas de classes; o *Estado ampliado* de seu tempo e contexto, preservando a função de coerção (sociedade política) tal como descoberta por Marx e Engels, também incorpora a esfera da *sociedade civil* (cuja função é o consenso) (DURIGUETTO; MONTAÑO 2010, p. 43. Grifos do autor).

Carnoy (1988, p. 90-91) faz a seguinte síntese da definição de sociedade civil e a sua relação com o Estado:

Foi em sua concepção da sociedade civil e sua elevação da hegemonia burguesa a um lugar de destaque na ciência política que Gramsci foi além de Marx, Engels, Lenin e Trotski. Ao fazê-lo, ele enfatizou de forma muito mais aguda que os teóricos precedentes o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na prevenção do desenvolvimento da consciência de classe. Ele atribuiu ao Estado parte dessa função de promover um conceito (burguês) único da realidade e, conseqüentemente, emprestou ao Estado um papel mais extenso (ampliado) na perpetuação das classes. [...] Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura.

Assim, ao abordar o Estado a partir dessa ampliação, Gramsci considera que a sociedade civil juntamente com a sociedade política corresponde ao momento da superestrutura (Estado).

[...] diferentemente da formulação marxiana, que emprega a expressão sociedade civil para designar a infraestrutura econômica. Não obstante, a alteração efetuada por Gramsci não implica a negação da centralidade descoberta por Marx da base material como fator ontológico primário da socialidade. [...] O que determina a especificidade e a novidade do conceito de sociedade civil em Gramsci é a sua contribuição para o enriquecimento teórico-analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e a reprodução da superestrutura no contexto histórico em que se operou uma maior complexificação do Estado (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 44)

Gramsci abordou o redirecionamento da intervenção do Estado burguês, que historicamente atuou estritamente como um aparelho de coerção e repressão, mas que em um momento específico tem a necessidade de incorporar o consenso como meio de manter a sua legitimidade, assim [...] o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente Coutinho (2011, p.267).

A identificação do consenso no aparelho do estatal na elaboração de Gramsci, não invalida o aspecto coercitivo e repressivo do Estado burguês, mas ao contrário, pressupõe a existência e a necessidade de um equilíbrio entre consenso e coerção. Ao fazer referência a essa questão, a elaboração gramsciana enfatiza que este consenso é “educado” para garantir a legitimação dos interesses da classe dirigente no Estado burguês.

[...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importante é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes nesse sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (COUTINHO, 2011, p.270).

Os aparelhos privados de hegemonia se expressam a partir da disseminação da ideologia dominante, os mesmos compõem a esfera da sociedade civil e têm como função específica a criação do consenso. Gramsci os caracterizou como os [...] organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão Coutinho (1992, p. 76). Essa conceituação sobre os aparelhos privados de hegemonia permitiu que Gramsci, a partir de sua concepção de sociedade civil⁶, compreendesse o Estado burguês para além de um aparelho repressivo da burguesia.

[...] Para o marxista italiano, o Estado não era somente o aparelho repressivo da burguesia; ele principalmente incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. E hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos.

[...] Para Gramsci, “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”. Assim, conforme Gramsci, torna-se fundamental o entendimento do conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio e o consentimento, pois a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos é um elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classes. *A esfera da sociedade civil é a esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento* (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 45. Grifos do autor).

⁶ Gramsci compreende que a sociedade civil é portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito Coutinho (1992, p. 73).

Gramsci considerou que a potência do Estado burguês residia em sua capacidade de criação e disseminação do *ethos* burguês, ou seja, “na aceitação dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos seus dominadores” Fiori (1970, p.238 apud Carnoy, 1988, p. 94). Portanto, para o autor “[...] nem a força nem a lógica da produção capitalista podia explicar o consentimento de que goza essa produção entre as classes subordinadas. Ao contrário, a explicação para esse consentimento reside no poder da consciência e da ideologia” Carnoy (1989, p. 95). Em síntese para Gramsci,

[...] O desenvolvimento burguês não se fez apenas através do desenvolvimento das forças de produção, mas através da hegemonia na arena da consciência. O Estado está envolvido nesta extensão não apenas no reforço coercitivo do poder econômico da burguesia. Sem poder (controle) na arena da luta pela consciência, defende Gramsci, a burguesia tentará recorrer ao poder coercitivo do Estado como seu instrumento original de dominação. Caso contrário, as forças coercitivas permanecem em segundo plano, agindo como um sistema de reforço e ameaça, mas não de coerção aberta (CARNOY, 1988, p. 102-103).

A concepção de hegemonia, na formulação gramsciana, compreende que esta expressa o “predomínio das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil” Carnoy (1988, p. 93). Assim, a hegemonia se apresenta tanto entre as frações das classes dominantes – que se utilizam do seu lugar de privilégio e “exerce controle, através de sua liderança, moral e intelectual” (idem) às demais frações da sociedade civil – bem como para as classes dominadas, que vão se submeter ao pensamento hegemônico apresentando pela classe dirigente.

Ainda sobre a hegemonia, cabe salientar que a mesma [...] não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito Carnoy (1988, p. 93), ou seja, está sujeita à disputa dos interesses entre as classes antagônicas, o que implica uma vigília constante da classe dominante em manter e preservar sua hegemonia de classe em detrimento ao avanço das influências da classe subalterna. O que, na compreensão de Gramsci, conduz o Estado à constante reorganização para garantir a manutenção da ordem burguesa.

Tendo em vista que, na concepção de Gramsci, a sociedade civil e sociedade política constituem o momento da superestrutura, sua formulação compreende que estas esferas possuem funcionalidades distintas, bem como se constituem e interagem a partir de uma certa autonomia relativa e independência entre si. Assim,

a criação de consenso se dá mediante disputa entre os interesses antagônicos que constituem as classes sociais.

A dinâmica que se processa no interior da sociedade política e da sociedade civil revela uma distinção em relação à “função” que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais. Enquanto na sociedade política a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos aparelhos “coercitivos de Estado”, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Aqui, os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e o encaminhamento de suas manifestações sociopolíticas através dos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja adesão é voluntária ou “contratual” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p.46)

Cabe salientarmos que, a elaboração de Gramsci não só identifica novos elementos que constituem o Estado burguês em tempos de capitalismo monopolista, mas propõe uma ação política que possa garantir a intensificação da disputa na direção aos interesses dos setores subalternizados.

A delimitação das especificidades próprias da esfera da sociedade civil e a ligação desta com a esfera econômica e com a sociedade política constituem a base para a formulação gramsciana de uma teoria revolucionária original, quem amplia as estratégias formuladas por Marx e Engels (a tomada violenta do poder, no elo mais desenvolvido do capitalismo) e por Lênin (o assalto ao Estado, num país pré-industrial e absolutista) (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 47)

A ação política identificada na elaboração gramsciana configura uma “teoria revolucionária original” que propõe estratégias distintas das elaboradas por Marx, Engels e Lênin, no entanto sua formulação considera as elaborações dos mesmos, compreendendo suas abordagens em formações sociais diferentes, a fim de pensar o processo revolucionário a partir de uma conceituação que comporta as particularidades históricas de formações sociais diferentes, definidas por Gramsci como “sociedades do tipo *oriental*” e as “sociedades do tipo *ocidental*”.

A sociedade de tipo *oriental* (a exemplo Rússia czarista) é aquela em que não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada, sendo esta “primitiva e gelatinosa” e comandada pela sociedade política e a lógica da dominação e coerção; aqui as lutas de classes travam-se tendo em vista a conquista (pelos setores dominados) ou conservação (pela classe dominante) Estado em sentido estrito. O processo revolucionário nessas sociedades em conformidade com as concepções de Marx e de Lênin, se dá mediante a “Guerra de Movimento” (ou “guerra de manobra ou frontal”), como choque frontal, explosivo, com vistas à tomada do Estado.

No entanto, o tipo de sociedade denominada *ocidental*, é aquela em que a política sofreu significativa socialização, com uma relação equilibrada entre a “sociedade política” e a “sociedade civil”, sendo esta última terreno das lutas de classes, a partir do crescimento dos “aparelhos privados de hegemonia”. Aqui as lutas de classes podem se orientar para uma classe dar a direção social, para obtenção do consenso, para a hegemonia, mesmo antes da tomada do Estado – é necessário, afirma Coutinho (1994, p.59), “que a classe que se candidata ao domínio político já seja previamente hegemônica no plano ideológico”. Nesse caso, diferentemente do anterior, o centro do processo revolucionário dar-se-á como uma progressão de conquistas, de espaços no seio e através da sociedade civil numa “Guerra de Posição”(DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 47. Grifos dos autores).

Essa distinção é determinante para a formulação da proposta revolucionária gramsciana, que considera que um ataque frontal ao Estado burguês não garante a sua supressão, bem como a possibilidade de controle por parte do proletariado, tal como considerou Marx, Engels e Lênin.

[...] a captura do Estado – a derrubada e o controle do Estado – *de per se* não significava o controle da sociedade; *não* significava o estabelecimento de uma hegemonia proletária alternativa. Ao mesmo tempo ele considerava pouco provável que o proletariado pudesse obter o controle do Estado através de um ataque direto, como na Rússia. Uma vez que o Estado era muito mais do que as forças coercitivas da burguesia, uma vez que era parte da superestrutura ideológica (hegemônica) da sociedade civil dominada pela burguesia, ele devia ser focado como uma peça do sistema de poder, não necessariamente o elemento crucial de poder (CARNOY, 1988, p. 108. Grifos do autor).

A estratégia concebida por Gramsci, a “guerra de posição”, tem como objetivo preliminar a criação de uma contra hegemonia “criada pela organização de massa da classe trabalhadora e pelo desenvolvimento das instituições e da cultura da classe operária” Carnoy (1988, p. 110).

[...] Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz como que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (COUTINHO, 2011, p. 294).

Gramsci compreende que o avanço da contra hegemonia em direção à hegemonia burguesa criaria as condições para a conquista do Estado pelos setores dominados. Pois:

[...] Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”(COUTINHO, 2011, p. 290).

De acordo com a formulação gramsciana, a criação de uma contra hegemonia seria possível mediante a disputa da consciência da classe operária, tendo em vista que e a “relação das forças políticas numa sociedade depende dos vários ‘momentos’ ou ‘níveis’ de consciência política coletiva” Carnoy (1988, p. 111). Ou seja, a consolidação da contra hegemonia seria possível através de um processo de elevação concreta da consciência das classes subalternas⁷.

Gramsci concebe a potência dos intelectuais orgânicos como fundamental para o processo de elevação da consciência operária e na direção na criação de uma contra hegemonia. Esta elaboração e demais apresentadas, traduzem a formulação original de Gramsci constituindo uma teoria revolucionária coerente com toda a sua análise do Estado burguês e sua relação com a sociedade civil. Por fim, é importante frisar que,

Tal como Marx e Lênin, Gramsci perspectiva uma sociedade sem Estado, que denomina como “sociedade regulada”. O fim do Estado é concebido como uma “reabsorção da sociedade política na sociedade civil”, ou seja, pela ampliação da sociedade civil e, portanto, do momento da hegemonia, no interior da esfera estatal, até eliminar todo o espaço ocupado pela sociedade política (BOBBIO, 1987, *apud* DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 49).

Ao considerarmos os elementos centrais que constituem a elaboração de Gramsci, fica explícito o esforço empreendido pelo autor, principalmente em sua conceituação original sobre a sociedade civil e a relação dialética desta com a sociedade política. Ao referenciar essas duas esferas distintas – mas que conformam uma unidade na diversidade –, a elaboração gramsciana concebe essas

⁷ Para Gramsci, a constituição de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa “preparação ideológica das massas”, uma construção de uma nova concepção de mundo, de uma nova forma de pensar (“reforma intelectual e moral”). Nesse sentido, a hegemonia, como “direção intelectual e moral”, incorpora uma *dimensão educativa*, na medida em que a formação de *uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquista a hegemonia* (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2010, p. 48. Grifos dos autores).

esferas a partir de uma autonomia relativa (funcional e material) que é expressa concretamente no processo de ampliação do Estado. Assim, como supracitado, a extinção do Estado, na concepção de Gramsci, seria possível a partir da eliminação da sociedade política, que se daria através da ampliação sociedade civil sobre a sociedade política. Coutinho (1992, p. 83. Grifos do autor) ratifica:

Para Gramsci, essa extinção significa o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, a “reabsorção da sociedade política na sociedade civil”. As funções sociais da *dominação* e da *coerção* – à medida que se avança na construção do socialismo – cedem progressivamente espaço à *hegemonia* e ao *consenso*. O elemento Estado-coerção – diz Gramsci – pode ser imaginado como capaz de ir exaurindo à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil).

Em Nicos Poulantzas, verificamos uma elaboração teórica que contribui para a reflexão do Estado a partir de seu aspecto ideológico, econômico, e, sobretudo, de sua autonomia relativa. Tomamos por base a obra “O Estado, o poder, o socialismo”, em que aborda a complexificação do Estado em tempos de capitalismo monopolista, porém em um momento distinto ao analisado por Gramsci. A análise de Poulantzas retoma as elaborações precedentes que apresentamos aqui, mas adquire uma nova complexidade em função do desenvolvimento dos processos históricos decorrentes do aprofundamento do processo de acumulação e reprodução do capital.

Poulantzas considera que o Estado reflete as relações de produção da sociedade capitalista, ou seja, desempenha uma atuação que é pautada nos interesses da classe dominante, sendo o Estado uma das instâncias que reflete e expressa à contradição inerente à sociedade do capital. Contudo, sua atuação não se restringe à dominação política, pois “todo Estado não passaria neste sentido, de uma ditadura de classe. Concepção puramente instrumental do Estado que reduz, empreguemos já os termos, aparelho de Estado a poder de Estado” Poulantzas (1985, p.14-15). O autor utiliza a concepção de aparelho de Estado, tendo em vista que o exercício desse poder não está restrito ao domínio político especificamente do Estado. Vejamos:

[...] o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do

Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1985, p.17).

Tal como supracitado, o autor considera que se o aparelho de Estado reflete as relações de produção, ou seja, o Estado não é constituído apenas pelas classes dominantes, sendo assim o poder do Estado não é desempenhado exclusivamente por essas classes. Ao abordar o impacto das classes dominadas na constituição desse poder, Poulantzas faz a seguinte análise:

[...] a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. Eis aí um dado essencial, sem o qual não se pode perceber a materialidade da relação entre o Estado e as massas populares, se fosse considerado o binômio repressão-ideologia (POULANTZAS, 1985, p.36).

A permeabilidade das massas no exercício do poder do aparelho de Estado não anula a identidade de classe deste, pois a articulação da ideologia dominante possibilita a criação do consenso e a manutenção da hegemonia de classe estável, ainda que isso signifique concessões, como o autor destaca no trecho acima. Assim, através da criação de equilíbrio entre as classes sociais, o Estado cumpre uma tarefa decisiva para a perpetuação das relações antagônicas na sociedade capitalista, desempenhando uma função que não está restrita a coerção e repressão das massas.

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante (POULANTZAS, 1985, p.33).

Poulantzas considera o exercício do poder do aparelho de Estado para além do exercício da repressão física organizada, ou seja, a ação do aparelho de Estado corresponde, sobretudo, na organização da ideologia burguesa que é reproduzida na sociedade como um todo, tendo em vista a sua disseminação e perpetuação.

A distinguir de maneira quase nominalista e essencialista certos aparelhos como repressivos (agindo principalmente pela repressão) e como ideológicos (agindo principalmente pela ideologia) o que é discutível. De acordo com as formas de Estado e regime e de acordo

com as fases de reprodução do capitalismo, certos aparelhos podem deslocar-se de uma esfera a outra, acumular ou permutar funções. Exemplo característico é o exército, que em certas formas de ditadura militar transforma-se diretamente em aparelho ideológico-organizador, funcionando principalmente como partido político da burguesia. Desnecessário assinalar o constante papel ideológico de uma série de aparelhos repressivos (justiça, prisão, polícia) de tal como esta classificação taxionômica derivada do critério, aliás bem vago, de “principalmente” (principalmente repressivos ou principalmente ideológicos), tende a desaparecer (POULANTZAS, 1985, p.40).

A conceituação de Poulantzas sobre a autonomia relativa do aparelho de Estado considera esses aspectos supracitados, ou seja, é no campo das contradições inerentes às relações sociais de produção - desempenhadas na articulação constante entre coerção e consenso -, que é possível identificar uma autonomia relativa do aparelho de Estado.

[...] o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado (POULANTZAS, 1985, p. 152).

Ao conceber a autonomia relativa do aparelho de Estado nesses moldes, o autor não perde de vista o caráter de classe do Estado, mas amplia esse debate da constituição e exercício do poder do Estado, considerando a complexificação das relações de produção do modo de produção capitalista e o quanto estas impactam em todos os âmbitos da vida social.

A política do Estado se estabelece, assim, por um processo efetivo de contradições interestatais, e é precisamente por isso que, num primeiro nível e a curto prazo, em suma do ponto de vista da

fisiologia micropolítica, ela parece prodigiosamente incoerente e caótica. Se uma determinada coerência se estabelece ao fim do processo, a função de organização que cabe ao Estado é bem marcada por limites estruturais. Esses demonstram o caráter especialmente ilusório das concepções de um atual capitalismo “organizado”, ou seja, que consegue superar suas contradições na perspectiva do Estado; ilusões que se imbricam com as referentes às possibilidades reais de uma planificação capitalista. Esses limites do papel organizacional do Estado não lhe são impostos somente do exterior. Eles não se referem unicamente às contradições inerentes ao processo de reprodução e acumulação do capital, mas igualmente à estrutura e ossatura material do Estado que, ao mesmo tempo, fazem dele o lugar de organização do bloco no poder e lhe permitem uma autonomia relativa em relação à tal ou qual de suas frações (POULANTZAS, 1985, p. 155).

De modo algum a perspectiva de autonomia relativa do aparelho de Estado se confunde com neutralidade. Poulantzas faz essa abordagem considerando a relação contraditória entre as classes antagônicas e como o exercício da ideologia dominante atua na criação de consenso e na manutenção da hegemonia de classe, sobretudo, como a constituição e exercício do poder do Estado exprimem essa relação.

Essa autonomia não é, assim, uma autonomia do Estado frente às frações do bloco no poder, ela não advém da capacidade do Estado de se manter exterior a elas, mas a resultante do que se passa dentro do Estado. Essa autonomia se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma dessas classes e frações, pela estratégia específica de sua presença no Estado e pelo jogo de contradições que resulta disso, conseguem introduzir na política estatal, mesmo que sob medidas em favor de outras frações do bloco no poder [...]. Essa autonomia do Estado em relação a tal ou qual fração do bloco do poder existe, pois, concretamente como autonomia relativa de tal o qual setor, aparelho ou rede do Estado em relação aos outros (POULANTZAS, 1985, p. 155-156).

Como já pontuamos, a autonomia relativa do aparelho de Estado relaciona-se com o desenvolvimento de seu aparato ideológico. Quanto a este desenvolvimento, Poulantzas considera que:

[...] Estando as relações político-ideológicas desde já presentes na formação das relações de produção, desempenham um papel essencial em sua reprodução, e desse modo o processo de produção e de exploração é ao mesmo tempo processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política e ideológica. Deste dado fundamental decorre a presença, o qual concentra, materializa e encarna as relações político-ideológicas nas relações de produção e sua reprodução (POULANTZAS, 1985, p.32).

Assim posto, as influências ideológicas atravessam a estrutura da sociedade capitalista em seus diversos patamares buscando o reforço e manutenção a sua hegemonia de classe. Ainda nessa direção, o autor explicita que o aparelho de Estado não está alheio ao campo econômico, pois “o político-Estado, embora sob formas diferentes, sempre esteve constitutivamente presente nas relações de produção, e assim em sua reprodução” Poulantzas (1985, p.20).

[...] A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado como as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua estrutura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo (POULANTZAS, 1985, p.30)

O autor compreende que o Estado nunca esteve alheio às relações de produção, ao contrário, seu desenvolvimento e exercício estão intrinsecamente relacionados a essas relações. Vejamos:

Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, interviesse na economia. Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção. A separação do Estado e da economia e a presença-ação do Estado na economia, que não passam de uma única e mesma figura das relações do Estado e da economia sob o capitalismo, atravessam, embora modificadas, toda a história do capitalismo, todos os seus estágios e fases: pertencem ao duro cerne das relações de produção capitalistas (POULANTZAS, 1985, p.23).

Assim, o autor considera que há uma relação determinante do Estado com a economia e se concentra em demonstrar “o papel do Estado na superacumulação – desvalorização do capital e na gestão – reprodução da força de trabalho” Poulantzas (1985, p.188)

Poulantzas aborda a função econômica do Estado como um campo necessário a considerar ao analisar o seu exercício de poder.

A análise do Estado (e do poder) capitalista não pode então resumir-se, em suas relações constitutivas, à economia, ao seu relacionamento com as relações de produção e com a divisão social capitalista do trabalho no sentido geral. Elas se traduzem, em sua reprodução, conforme as fases e estágios do capitalismo, como funções econômicas deste Estado: o conjunto de sua ação – quer se trate da violência repressiva, da inculcação ideológica, da normalização disciplinar, da organização do espaço e do tempo ou da criação do consentimento – está em relação com essas funções

econômicas, desta vez no sentido mais preciso do termo (POULANTZAS, 1985, p. 187-188).

Notamos que nesta abordagem do papel econômico do Estado, o autor considera que a intervenção do Estado na economia vai acompanhar as mudanças das relações de produção, identificando que os pontos de impacto do Estado na economia se alteram.

[...] É na exata medida em que (em razão de modificações nas relações de produção, na divisão do trabalho, na reprodução da força de trabalho, na extração da mais-valia e na exploração), uma série de domínios, por “marginais” que fossem anteriormente (qualificação da força de trabalho, urbanismo, transportes, saúde, meio-ambiente, etc.), se integram diretamente, ao expandir e modificá-lo, no espaço-processo de reprodução e valorização do capital, que o papel do Estado nesses domínios ganha um novo sentido. É esta transformação do espaço-processo econômica que modifica os pontos de impacto do Estado e faz com que ele opere cada vez mais no núcleo da reprodução do capital. Paralelamente, o espaço do Estado se expande e se modifica na medida em que setores inteiros de valorização do capital e de reprodução da força de trabalho (capital público e nacionalizado entre outros) se inserem daí em diante no Estado: se o Estado tem atualmente esse papel econômico, é também porque não se trata mais do mesmo Estado que outrora (POULANTZAS, 1985, p. 191-192).

O avanço do papel econômico do Estado na concepção de Poulantzas não está desvinculado dos outros campos de intervenção, como o da coerção ou do consenso. Pois,

Na medida em que essas ações econômicas do Estado são correlativas a uma modificação de seu próprio espaço, elas não podem se absolutamente consideradas de maneira isolada, como se viessem simplesmente implantar-se do exterior sobre uma realidade estática e ademais imutável: essas ações devem ser compreendidas em seu lugar específico no interior de uma reorganização de conjunto do Estado. Mas isso vale também no sentido inverso: o conjunto das funções do Estado, sejam elas repressivas, ideológicas ou de outra natureza, não podem, elas também, ser consideradas de maneira isolada em relação a seu novo papel econômico (POULANTZAS, 1985, p. 192).

Esta conceituação enfatiza o aspecto contraditório do aparelho de Estado em seus diversos patamares de atuação.

[...] o processo de acumulação do capital pauta doravante diretamente a ação do Estado, ele só se traduz em seu seio quando articulado e inserido na sua política do conjunto. Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica. Não apenas

as funções político-ideológicas do Estado são doravante diretamente subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante pelo tecnocratismo, pela imagem do Estado garantia do crescimento ou bem-estar, em suma, a ideologia do Estado-Providência. De tal maneira que as contradições internas do atual Estado não se localizam unicamente entre suas ações econômicas e suas operações ideológicas, mas igualmente no seio de suas ações econômicas: especialmente entre aquelas mais diretamente ligadas às necessidades da acumulação monopolista e as que visam, pela realização de compromisso instáveis, a organização do consentimento das classes dominadas. Ou seja, trata-se de uma política econômica prodigiosamente contraditória em si (POULANTZAS, 1985, p. 194).

De modo geral, a elaboração do autor problematiza os elementos que compõem o aparelho de Estado, considerando as mudanças constantes nas relações de produção e como estas refluem diretamente no exercício de poder do Estado. Poulantzas compreende que há uma complexificação das relações de produção na fase monopólica e que essa tendência tende a se intensificar. Apresentados esses elementos que compõem a elaboração de Poulantzas, abordaremos a elaboração Ernest Mandel, a qual contribui diretamente para a compreensão do exercício do poder do Estado na economia, principalmente em se tratando em período das crises econômicas.

A análise de Mandel do Estado também se dá na fase do capitalismo monopolista, ou como designado por ele, na fase do capitalismo tardio. Sua concepção de Estado parte do suposto de que este é produto da divisão social do trabalho, ou seja, reflexo das relações de produção do modo de produção capitalista, tendo como funções superestruturais a “proteção e a reprodução da estrutura social (as relações de produção fundamentais), à medida que não se consegue isso com os processos automáticos da economia” Mandel (1982, p.333). Mas, o autor ressalta que nem todas as funções do Estado são superestruturais, sendo esta uma particularidade candente ao Estado no modo de produção capitalista e classifica as principais funções do Estado a partir dos elementos a seguir:

- 1) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em

consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, o que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL, 1982, p.333-334).

Mandel reconhece o esforço da tradição marxista em difundir o debate do Estado por meio do aspecto da coerção e do consenso, mas destaca a necessidade de avançar em abordagens que considerem as condições gerais de produção e como estas incidem no exercício do poder do Estado.

A função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, polícia, lei, sistema penal) foi a dimensão do Estado mais intimamente examinada pelo marxismo clássico. Mais tarde, Lukacs e Gramsci colocaram ênfase maior à sua função integradora, que atribuíram essencialmente à ideologia da classe dirigente. É obvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente. Nos diferentes modos de produção ou formações sócio-econômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, lei e política, embora em certa medida cada uma dessas diferentes práticas superestruturais desempenhe esse papel em toda sociedade de classes. A reprodução e a evolução dessas funções integradoras efetivam-se pela instrução, pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação – mas sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade [...] Se a teoria marxista já realizou um exame bastante completo de como as funções repressivas e integradoras do Estado tanto são mecanismos distintos como mecanismos que se entrelaçam, a análise da função compreendida pela rubrica “providenciar as condições gerais de produção” está muito menos desenvolvida (MANDEL, 1982, p. 334).

Tal como mencionado, o autor elabora uma conceituação do significado do Estado nas condições de produção no modo de produção capitalista. Ao abordar a constituição do Estado burguês faz a seguinte análise:

[...] o Estado burguês se distingue de todas as formas anteriores de dominação de classe por uma peculiaridade da sociedade burguesa que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. Assim, qualquer representação dos interesses gerais do capital por capitalistas que operam individualmente é em geral difícilíssima, quando não totalmente impossível, numa sociedade burguesa [...] A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um “capitalista total ideal”, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos

interesses conflitantes do “capitalista total real” constituído pelos “muitos capitais” do mundo real (MANDEL, 1982, p.336).

Mandel enfatiza que o Estado não pode ser visto “nem como um simples instrumento, nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência social do capital ‘ao lado, mas fora da concorrência’” Altvater *apud* Mandel (1982, p.336). Essa ênfase reforça o processo de autonomização do aparato estatal, o qual o autor evidencia, bem como essa tendência repercute nas condições gerais de produção.

A autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa é decorrência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista; mas essa mesma predominância impede que essa autonomização deixe de ser relativa. A razão disso é que as decisões do “capitalista total ideal”, enquanto transcendem os interesses competitivos conflitantes de capitalistas específicos, têm efeitos importantes sobre esses interesses. Toda decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influencia a redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo de capitalistas (MANDEL, 1982, p. 337).

Frente ao exposto, é notório o quanto a intervenção do Estado pode impactar nas condições gerais de produção e de reprodução do capital. Esse cenário exige aos “grupos capitalistas a se tornarem politicamente ativos, não só para articular suas concepções sobre os interesses coletivos de classe, mas também para defender seus interesses particulares” Mandel (1982, p.337). Tendo em vista essa questão o autor argumenta:

Por essa razão, a função “clássica” do parlamento na época do capitalismo concorrencial era expressar os interesses comuns à classe de forma a dar a cada grupo de capitalistas a mesma oportunidade de defender seus próprios interesses – em outras palavras, impedir que esses interesses de classe se fizessem sentir como coerção extra econômica ou simplesmente como ordens. Desse ponto de vista, a república parlamentar burguesa é incontestavelmente a “forma ideal” do Estado burguês, porque reflete da melhor maneira possível a unidade dialética e a contradição entre a “concorrência de muitos capitais” e o interesses e a natureza social do capital em sua totalidade” (MANDEL, 1982, p.337)

Mandel considera a organização da burguesia na direção do Estado, mas enfatiza, sobretudo, as alterações nessa relação a partir das mudanças na dinâmica do modo de produção capitalista. Vejamos:

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista alterou necessariamente tanto atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função

objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais. O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas. Isso produziu um aumento substancial nas despesas como armamentos e o desenvolvimento do militarismo, o que por sua vez, levou a um crescimento ainda maior do aparato estatal, envolvendo um desvio maior de rendimentos sociais para o Estado. As despesas com armamentos têm, é claro, função dupla: a de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital (MANDEL, 1982, p. 337-338).

É nesse contexto que se evidencia um fortalecimento do movimento da classe operária exigindo mudanças no padrão de intervenção do Estado burguês, mudanças que pudessem ir além da ação repressora deste. Portanto, é no processo de ascensão do capitalismo monopolista que o movimento da classe operária consegue pautar seus interesses específicos e incidir no aspecto interventivo do Estado, ou seja, a organização da classe operária, sobretudo a sua ação no cenário político, aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado. Contudo, as conquistas políticas efetivadas pelo movimento operário não se processaram sem contradições, pois as reformas incorporadas na estrutura do Estado, por meio de políticas integracionistas, culminaram na dissimulação da desigualdade inerente às relações de produção no modo de produção capitalista.

Cabe salientar, ainda, que a mudança no padrão de intervenção do Estado por meio de uma legislação social com aspecto integracionista repercutiu no processo de acumulação do capital, pois a perspectiva de ampliação do aspecto integrador do Estado correspondeu em uma redistribuição significativa do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que passou a incorporar um montante cada vez maior dos rendimentos sociais para garantir a base material no processo de ampliação do Estado.

Outra ampliação das funções do Estado se verifica no estágio tardio do capitalismo monopolista. É uma consequência de três características importantes do capitalismo tardio: a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital devido à terceira revolução tecnológica, com seu aumento correspondente de riscos de atraso ou malogro na valorização dos enormes volumes de capital necessários a esses projetos. O resultado dessas pressões é uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como

também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processo produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho (MANDEL, 1982, p. 339).

Essa refuncionalização do Estado designa uma atuação direta na economia, ou seja, a necessidade de incorporar funções que para o mercado podem parecer onerosas, mas para o Estado se apresentam como investimentos importantes para a garantia das condições gerais do processo de produção.

[...] Exemplos diretos dessa tendência são o uso crescente dos orçamentos do Estado para o financiamento de pesquisas e dos custos do desenvolvimento, e as despesas estatais destinadas a financiar ou subsidiar usinas nucleares, aviões a jato e grandes projetos industriais de todos os tipos. Exemplos indiretos são o fornecimento de matérias-primas baratas mediante a nacionalização da indústrias particulares que as produzem, subvencionando assim, de forma dissimulada, o setor privado. O capital estatal funciona, portanto, como um esteio do capital privado (e, em particular, do capital monopolista) (MANDEL, 1982, p.339-340).

É estratégico para o capital designar ao Estado tais funções, mas mesmo nesse cenário em que o Estado desempenha uma ação determinante para garantia das condições propícias para a produção, não significa que o processo de valorização do capital corresponda ininterruptamente aos interesses insaciáveis de seus detentores. Cabe destacar que, o capitalismo tardio está propenso a constante deflagração de crises econômicas e políticas, o que requisita ao Estado uma função vital no processo de contenção de tais crises, incumbindo a este um verdadeiro papel de “administrador das crises”.

O capitalismo tardio caracteriza-se por dificuldades crescentes de valorização do capital (supercapitalização, superacumulação). O Estado resolve essas dificuldades, ao menos em parte, proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos “lucrativos” desse capital na indústria de armamentos, na indústria de proteção ao meio ambiente”, na “ajuda” a países estrangeiros, e obras de infraestrutura (onde “lucrativo” significa tornado lucrativo por meio da garantia ou subsídio do Estado) (MANDEL, 1982, p. 340).

Esses elementos conduzem à argumentação de Mandel sobre o significado da influência do Estado na economia na fase do capitalismo monopolista, considerando que esta influência ultrapassa a responsabilidade em garantir as

“condições gerais de produção”, ou seja, requisita uma função fundamentalmente importante para o desenvolvimento do capital, que é zelar pela contenção dos processos deflagradores de crises econômicas e políticas, ou seja, atuar na “administração de crises”.

[...] Economicamente falando, essa “administração das crises” inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/1932. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social” ou cidadão (e, ipso-facto, sustentáculo da ordem social vigente) etc. O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia (por exemplo pela introdução de novos métodos para calcular e pagar os salários, pela promoção da rivalidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, pela invenção de grande número de organismos de participação e deliberação, pela promulgação de políticas salariais ou “contratos sociais” etc.). A pressão geral no sentido de um controle maior de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, quer diretamente exercido pelo capital ou indiretamente pelo Estado capitalista tardio, é uma consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio (MANDEL, 1982, p.340-341).

A elaboração de Mandel demonstra que mesmo com todo aparato estatal desenvolvido para intervir na economia e garantir as condições gerais de produção bem como conter e administrar as crises cíclicas do capital, não são suficientes para restringir o esgarçamento das contradições inerentes ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim:

O caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho de Estado burguês, que faz dele um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, expressa-se da forma mais clara quando essas relações de produção são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias e revolucionárias. Nessas situações, o proletariado se desvencilha periodicamente da dominação em geral maciça da ideologia burguesa. O proletariado então, de maneira característica e instintiva, faz da transformação radical das relações de produção existentes o objetivo das ações de massa em larga escala, ou mesmo a questão principal de campanhas eleitorais. Nessas conjunturas, o livre desenvolvimento de suas políticas pode constituir-se em ameaça direta ao modo de produção capitalista (MANDEL, 1982, p. 348-349).

A contenção das contradições do modo de produção capitalista é uma tarefa que exige do Estado ações cada vez mais precisas e, no curso da história, implicaram até concessões entre as classes antagônicas. No entanto, tem um limite concreto que se encontra na manutenção das relações de produção desse sistema, ou seja, respondendo de maneira incisiva ao alastramento de riscos que põem em questão a manutenção desse modo operante.

Quando se defronta com esse perigo, a classe burguesa ainda pode continuar manobrando. Pode prometer ou decretar reformas, criar uma impressão temporária de mudança fundamental, de preferência a permitir que ocorra uma verdadeira revolução social. Mas no final será obrigada a lançar mão da ultima ratio da força bruta. A verdadeira natureza do aparelho de Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca. Fundamentalmente continua sendo o que sempre foi um “grupo de homens armados” contratados para manter a dominação política de uma classe social. [...]. A transição do serviço militar para um exército profissional, justificada em grupos puramente técnicos, e a ampliação de instituições repressivas e da legislação punitiva, na maioria dos Estados imperialistas, é mais uma confirmação de que em toda parte, na fase tardia do capitalismo, a classe burguesa está se preparando e se armando para esses “casos excepcionais”, e não se entregará passivamente a crises sociais explosivas (MANDEL, 1982, p.349).

O que podemos notar, a partir do exposto, é que o equilíbrio entre consenso e coerção não é algo duradouro no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase monopólica, ainda que ambos sejam fundamentalmente necessários para o avanço do capital. Em situações de risco é perceptível a condução a um desequilíbrio na relação entre consenso e coerção no exercício de poder do aparato estatal, que se expressa na condução de regimes fascistas subsidiados pelo capital e um processo de militarização do poder. Mandel resume: “o movimento se dirige claramente a um “Estado forte”, impondo restrições cada vez maiores às liberdades democráticas que existiram no passado quando as condições eram mais propícias para o movimento organizado da classe operária”. (Idem)

A análise de Mandel abarca o período histórico no processo de acumulação capitalista conhecido como “anos dourados” do capital. Durante esse período, opera-se uma reorganização da função do Estado no processo de produção e reprodução do capital, que como elencamos ao longo do texto, caracteriza-se com a intervenção direta do Estado no âmbito econômico e social. Todavia, os finais da década de 1960, sobretudo, na entrada da década de 1970, a queda tendencial da taxa de

lucro⁸ implicará um processo designado por uma reestruturação produtiva, que também exigiu mudanças significativas na intervenção do Estado. Ao se atentar à essas transformações no padrão de acumulação, o autor aborda o impacto e a necessidade da classe operária se colocar frente a esse cenário:

[...] a classe operária pode potencialmente usar sua força organizada, por meio de ações populares diretas e greves gerais, para resolver os enormes problemas sociais criados pelas contradições internas do capitalismo tardio. Mas o exercício do poder proletário opõe-se cada vez mais a outra tendência inerente ao capitalismo tardio, a subordinação de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo ao controle direto do capital monopolista e de seu Estado. As lutas por aumento de salário realizadas pelos sindicatos e os direitos irrestritos de greve, as liberdades “normais” e liberais de imprensa, de reunião e de organização, o direito a manifestações – tudo isso está se tornando cada vez mais intolerável ao capitalismo tardio. Portanto, o Estado precisa restringí-las, enfraquecê-las e abolí-las legalmente. A luta para preservar e ampliar esses direitos não desenvolve apenas uma compreensão mais profunda da verdadeira natureza de classe do Estado capitalista tardio e da democracia parlamentar burguesa, e também da superioridade de democracia proletária dos conselhos dos trabalhadores como forma social de liberdade genuína; também proporciona mais energia para a luta decisiva pelo poder entre capital e trabalho, por meio da demonstração constante de que a classe operária não pode romper a dominação do capital em cada fábrica separadamente, mas apenas na sociedade como um todo. O pré-requisito dessa emancipação é a conquista do poder político e a dominação do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados (MANDEL, 1982, p. 349-350).

Compreendendo que as contradições entre as relações de produção do modo de produção capitalistas são irreconciliáveis, Mandel evidencia que - a partir de uma constante queda tendencial da taxa de lucro- a possibilidade de diálogo entre as classes antagônicas vai se esvaindo, recolando na ordem do dia a necessidade de se conquistar o poder político em direção à destruição do Estado.

As elaborações, aqui apresentadas, nos permitiu aproximarmos aos elementos determinantes sobre a questão do Estado tratadas no pensamento marxiano e em autores significativos da tradição marxista. Verificamos que essas distintas abordagens sobre o Estado burguês possuem aspectos e ênfases

⁸ A crise do capital a partir da década 1970 é resultado do fim dos “anos dourados” do capital e a queda constante da taxa média de lucro impulsionada pela superprodução que vigorou no curso do Welfare State. Ao analisar esse período, Mandel considera que a *onda longa de crescimento econômico* que prenominou no pós-segunda Guerra Mundial cedeu espaço para *uma onda longa de recessão* a partir da década de 1970.

particulares no que se refere à sua função repressiva e integradora, isto é, a relação contraditória entre coerção e consenso, a observância de autonomia relativa e funcionalidade desses elementos na garantia das condições gerais de produção no processo de acumulação do capital. Contudo, as abordagens apresentadas convergem ao considerarem que o Estado moderno possui um caráter de classe e que a superação desse caráter será possível apenas com destruição do próprio Estado.

No próximo item avançaremos na abordagem sobre as formas de dominação do Estado burguês, ou seja, os regimes políticos e como estes expressam as incidências conferidas à própria constituição do Estado no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

1.2. NOTAS SOBRE REGIMES POLÍTICOS A PARTIR DA “TRADIÇÃO MARXISTA”

O presente item tem como objetivo abordar alguns elementos que constituem o debate sobre regimes políticos em alguns autores da tradição marxista. Tais elementos estão imbricados na própria elaboração e análise sobre a questão do Estado a qual nos atemos no item anterior. No entanto, se faz necessário complementar essa abordagem e explicitar as análises específicas sobre a caracterização dos regimes políticos, que se desenvolveram no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do seu Estado correspondente.

Para abordarmos tais elementos, elencamos algumas indagações que podem nos permitir apreendermos como se dão as análises e discussões sobre os regimes políticos na tradição marxista. Destacamos as seguintes indagações: Quais são os regimes políticos que se desenvolveram no processo de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista? O que estes precisam assegurar? Quais são os aspectos que os distinguem? Quais os momentos que evidenciam mudanças significativas nesses regimes? Como os elementos econômicos incidem na organização desses regimes políticos?

Como ressaltamos, a discussão dos regimes políticos perpassa a estruturação do Estado moderno, sobretudo, as mudanças designadas a este ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa direção, Paulo Netto (1990,p.71-2) demonstra como as relações de produção incidem na estrutura política;

[...]1º) há relações pluricausais e determinantes entre a estrutura econômica e o ordenamento político de uma sociedade historicamente situada; 2º) estas relações não se põem abstratamente, como se a estrutura econômica, em si mesma, constituísse um dado ontologicamente excludente, mas operam numa totalidade sócio-histórica cuja unidade não elide a existência de níveis e instâncias diferentes e com legalidades específicas; e, 3º) no interior desta totalidade sócio-histórica, a rede multívoca e contraditória de mediações concretas que articula os processos sociais abre um leque de possibilidades para a emergência e a compatibilização de ordenamentos políticos com a estrutura econômica. Em suma, o que a pesquisa contemporânea, direcionada pela teoria social e controlada no tratamento de vasto material empírico pode assegurar é que, numa dada sociedade, uma determinada estrutura econômica pode imbricar-se congruentemente com ordenamentos políticos alternativos, cuja pluralidade, contudo, não é ilimitada.

As relações de produção incidem diretamente na esfera política, no entanto, para além das determinações econômicas, as determinações histórico-sociais também são cruciais para o direcionamento do ordenamento político, o que confere uma pluralidade e diversidade aos regimes políticos ao longo dos processos históricos das diferentes formações econômico-sociais. Considerando esses elementos, Paulo Netto (1990, p. 72) problematiza:

[...] Segundo me consta, não é objeto de polemização séria o fato de evolver destas sociedades comportar a sincronia entre estruturas econômicas essencialmente idênticas e ordenamentos políticos bem diversos [...] ninguém contesta que o sistema capitalista tem produzido e articulado distintos regimes políticos, compatibilizando, é verdade que diferencialmente, seus mecanismos estritamente econômicos com formas políticas muito variadas.

Os distintos regimes políticos que se apresentam tanto a partir da democracia parlamentar burguesa como em formas de ditaduras militares, bonapartismo⁹ e fascismo são formas concretas de tentativas de legitimação e preservação do Estado burguês. Quanto às diversidades desses regimes políticos Demier (2012, p.37) elucida:

[...] entendemos que nos regimes democrático-burgueses, podem ter lugar, entre tantas outras modalidades, governos liberais, conservadores (ambos mais ou menos reacionários), social-democratas e de *frente popular* (todos mais ou menos reformistas),

⁹ [...] Indicamos em nossa síntese conceitual do bonapartismo que tal fenômeno deve ser apreendido fundamentalmente como um regime político que o Estado burguês pode vir a adotar em determinadas conjunturas da luta de classes [...] portanto, o bonapartismo seria uma espécie específica de arranjo político-institucional, uma formatação particular das engrenagens do Estado burguês surgida quando os meios de dominação política de tipo oligárquico ou democrático burguês mostram-se insuficientes e perigosos para a manutenção da ordem capitalista (DEMIER, 2012, p. 35).

assim como governos de aspirações aberta ou veladamente bonapartistas (os quais intentam, normalmente por intermédio de um golpe de Estado, promover uma mudança de regime). Já sob os regimes bonapartistas, observam-se governos que, pelas próprias características da conjuntura política em que se encontram (“crise de hegemonia”) e da formatação político-institucional na qual se inserem (especialmente, a hipertrofia do Poder Executivo, a fraqueza ou inexistência do Legislativo, e o forte peso político das FFAA e da burocracia), tendem a segui-lo e a buscar reforçá-lo, sendo, portanto, governos *arbitrais*, nitidamente bonapartistas.

Nos países de capitalismo tardio, tendo em vista o agudizamento das relações antagônicas entre as classes sociais, evidencia-se o erguimento de distintos regimes políticos. Tais regimes, ora são marcados pela abrangência do aspecto coercitivo/repressivo, ora nota-se a criação de um equilíbrio entre o consenso e coerção. Essas modificações não ocorrem de forma mecânica, mas expressam o grau e a intensidade da luta entre as classes fundamentais¹⁰, e, sobretudo o que esse processo implica diretamente para as relações de produção e de reprodução do capital. Portanto, esses aspectos estão intrinsecamente relacionados à dinâmica econômico-social.

As modificações, mesmo as mais profundas, ocorrentes nas estruturas econômicas capitalistas, bem como o aparecimento de novas relações entre elas e os ordenamentos políticos, reforçam empiricamente esta linha de argumentação. Por exemplo: o que muitos denominam capitalismo monopolista de Estado (CME) é algo e diferente do capitalismo concorrencial de um século e pouco atrás, sem deixar, apesar disto, de enquadrar-se no modelo teórico do modo de produção capitalista; em face dele, o ordenamento político que era coroado pelo parlamento de corte liberal aparece como pouco viável; no entanto, mesmo esta nova estruturação econômica tanto engendra ordenamentos políticos tendencialmente autocráticos (culminando, por vezes, na instauração de formas políticas inteiramente fascistas) quanto pode integrar ordenamentos outros que não sacrifiquem necessária e substancialmente aquele elenco de direitos e garantias que foram formalizados no pensamento e na prática política da cultura ocidental desde a culminação da revolução burguesa – e que abrem a etapa da institucionalização da moderna democracia política, cujo traço distintivo é a fundamentação jurídica de liberdade. [...] No caso do chamado capitalismo monopolista de Estado, esta pesquisa põs em relevo que o fenômeno estatal (o problema do Estado em toda a sua extensão) adquire uma

¹⁰ [...] é precisamente o confronto político entre os sujeitos sociais que acaba por conferir ao Estado esta ou aquela modalidade de regime, este ou aquele tipo de governo. Portanto, a relação de forças entre as classes sociais – o que envolve suas diferentes capacidades mobilizatória e organizativa, o nível de disposição para a luta de cada uma delas, a viabilidade prática de seus projetos, estratégias e táticas em determinado contexto nacional/internacional, assim como a qualidade de suas direções políticas (DEMIER, 2012, p. 42).

ponderação inédita, impensável mesmo na consideração das formações econômico-sociais capitalistas menos complexas, já que, hoje, é no âmbito do Estado que se jogam decisivas questões referentes à sorte das tendências alternativas de ordenamento político contidas nas determinações postas pela estrutura econômica (PAULO NETTO, 1990, p.72-3).

A institucionalização da moderna democracia política fundamenta a consolidação jurídica da liberdade – dentro dos limites do capital – a qual evidencia a criação de um equilíbrio entre consenso e coerção no exercício do poder do Estado caracterizado, por exemplo, pela socialização política, a qual é reflexo direto do avanço da organização da classe trabalhadora por meio de partidos políticos e sindicatos bem como na conquista gradual do sufrágio universal.

Essas modificações designadas ao Estado liberal clássico¹¹ só puderam ser concebidas a partir do avanço da organização da luta das classes trabalhadoras que tencionaram a estrutura de sustentação desse Estado e exigiram mudanças, as quais podem ser verificadas nas conquistas democráticas que elencamos no parágrafo anterior. De modo que, [...] a democracia moderna só pode ser compreendida a partir das ideias e lutas da tradição democrático-socialista Losurdo (1992, p. 3 apud Duriguetto 2011, p. 290). Duriguetto (2011, p. 290) ainda ratifica:

A segunda metade do século XIX e o século XX se caracterizam pela contínua expansão de direitos políticos e sociais. As classes trabalhadoras e subalternas sempre estiveram na vanguarda da luta pela conquista e ampliação desses direitos. Foram as lutas dos trabalhadores pela extensão do sufrágio universal, pela fixação legal da jornada de trabalho, pela criação de sindicatos e pela formação de partidos políticos de massa (uma invenção das classes trabalhadoras, pois os partidos eram, no início do liberalismo, simples “correntes de opinião” de grupos parlamentares) que criaram as formas políticas democráticas que hoje coexistem (numa tensão entre integração e contradição) com as formas institucionais liberais oriundas das revoluções burguesas.

É a incorporação, pelo Estado, das pautas defendidas pelas classes trabalhadoras que corresponde ao avanço da função integracionista deste e que constitui a democracia moderna nos moldes do desenvolvimento do modo de

¹¹ O pensamento liberal, na sua origem teórica e política, esteve voltado para colocar limites ao Estado absolutista e para expandir e consolidar o poder econômico da burguesia. O liberalismo clássico tem, assim, seu conteúdo limitado ao Estado de direito (a partir da determinação de direitos considerados *individuais* e *naturais*). O liberalismo sempre defendeu um regime político que garantisse a limitação do poder político pela liberdade e pelos direitos individuais (considerados como *naturais*). Dentre esses, o direito de *propriedade* sempre foi o central (DURIGUETTO, 2011, p. 290).

produção capitalista. Todavia, tais mudanças no ordenamento político não são estáticas.

Ao longo da sua evolução, matizada a partir das exigências oriundas do seu dinamismo intrínseco, as estruturas econômicas capitalistas, no plano concreto das particularidades histórico-sociais, sempre puderam articular-se com ordenamentos políticos alternativos. A decisão em favor de um ou outro ordenamento jamais foi uma simples função das variáveis econômicas: resultou sempre da mediação política (do complexo de mediações políticas) engendrada pela concorrência de múltiplas contradições, conflitos e lutas de classes e grupos sociais, e seus agentes políticos, que se posicionavam diferentemente em face daquelas variáveis. Na medida em que os ordenamentos políticos possíveis não colocavam em risco próximo e visível o cerne mesmo do sistema, este integrava e se articulava com aquele que se impunha como expressão da correlação de forças sociais em presença, gestando logo instâncias de reconversão estatais que, acopladas a mecanismos de ação social coativos, repressivos e legitimadores, coesionadores, contínuos, reiterados e formalizados (institucionais), garantiam a reprodução das relações viabilizadoras da dinâmica da estrutura econômica (PAULO NETTO, 1990, p.73-4).

Frente ao exposto, é evidente que a existência da democracia só foi possível através da resistência e luta dos trabalhadores, diante do Estado burguês, o que resultou na conquista dos direitos sociais, civis e políticos. Contudo, Demier (2017, p. 32-33) pondera que, a democracia enquanto um regime assumido pelo Estado capitalista, não deixa de ser, nunca, uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho.

A elaboração de Lênin demonstra enfaticamente os limites intrínsecos da democracia parlamentar burguesa, a qual serve exclusivamente para o exercício da dominação da classe detentora dos meios de produção, cuja expressão é evidenciada a partir do “uso do parlamento – ostensivamente, a instituição de representação democrática – como um meio de mistificar as massas e legitimar a ordem social controlada pela burguesia; o controle burguês do parlamento” Wright (1974, *apud* CARNOY 1988).

O parlamento apresenta-se de forma mistificadora como o órgão básico do poder na sociedade, parecendo dirigir o Estado através dos representantes eleitos, quando de fato todas as decisões importantes são tomadas nos bastidores, pelos “departamentos, chancelarias e Estados-Maiores. Ao parlamento é dado tratar do objetivo específico de enganar as pessoas comuns” (Lenin 1965, 55). Além disso, o parlamento não é, na prática, nem mesmo um corpo representativo. “Se olharmos mais atentamente para o mecanismo da democracia capitalista, notaremos por toda a parte, nos ‘insignificantes’ – supostamente insignificantes – detalhes do sufrágio

(qualificações residenciais, exclusão das mulheres, etc.) na técnica das instituições representativas, nos obstáculos reais aos direitos de reunião... na organização puramente capitalista da imprensa diária, etc., - notaremos restrição atrás de restrição à democracia” (Lenin, 1965, 104). Essas restrições, acrescidas à exploração capitalista dos modernos escravos assalariados (que os torna tão esmagados que eles não podem ser molestados pela democracia ou pela política) excluem a maioria da população da participação na vida pública e na política (CARNOY, 1988, p. 82-83).

Ao ratificar os limites da democracia parlamentar burguesa, Lênin não deposita expectativas no ordenamento político vinculado ao modo de produção capitalista. Tal análise o conduz a conceber uma estratégia revolucionária que considera a necessidade de construção de uma democracia operária, a fim de suprimir os limites impostos pela democracia burguesa, ou seja, “uma democracia ampliada, além da mistificação do parlamentarismo burguês, até a participação do povo, em todas as instituições sociais” Carnoy (1988, p. 84). Assim, como abordado no item anterior, compreendemos que análise de Lênin apreende um momento específico e com particularidades próprias de um determinado período do desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como do exercício de poder do Estado burguês.

Em contrapartida, a conceituação de Gramsci quanto aos regimes políticos difere da elaboração leninista, dada a complexificação dos ordenamentos políticos. Pois, a conjuntura política, social e econômica que Gramsci apreende está marcada tanto por um processo de socialização política advinda de uma articulação entre consenso e coerção expressa pelo exercício do poder do Estado de seu tempo, quanto pela a experiência de presenciar o fracasso “de um movimento revolucionário das massas trabalhadoras e o início de um fascismo reacionário apoiado por grande parte da classe trabalhadora” Carnoy (1988, p. 89-90).

Gramsci considera que os regimes políticos expressam a contradição entre as classes sociais e mesmo contendo uma hegemonia de classe, não significa que esta não possa ser contrariada por processos contra hegemônicos. Essa tendência da análise gramsciana compõe sua estratégia revolucionária, a qual foi designada por ele como “guerra de posição”.

A argumentação gramsciana considera que as condições para uma revolução operária efetiva e que apreenda a complexificação do Estado burguês, podem ser criadas no seio da estrutura dos regimes políticos evidenciados nesse Estado, ou seja, essa estrutura pode ser utilizada para o fortalecimento dos setores

subalternizados em um momento anterior ao avanço de uma ruptura total com a hegemonia burguesa.

A partir desses elementos, compreendemos que a tradição marxista, ainda que com distinções, apreende os limites impostos aos regimes políticos de natureza burguesa, ou seja, consideram que os regimes que se desenvolveram na sociedade burguesa comportam as contradições inerentes à esta ordem e têm como principal objetivo preservar as relações de produção correspondentes à sociedade do capital. Portanto, a tradição marxista vislumbra a superação concreta dos regimes políticos desenvolvidos no bojo da sociedade burguesa.

Em caminho oposto à abordagem identificada na tradição marxista, nota-se elaborações que conceituaram o desenvolvimento da democracia a partir de prismas diferentes, que reforçam um regime democrático que legitima os princípios burgueses. De acordo com Duriguetto (2011, 292-294) destacam-se, nessas abordagens, a perspectiva *elitista*, *pluralista*, *a democracia participativa* e *democracia como a ampliação da esfera pública*. Essas elaborações definem, respectivamente, a democracia como um mecanismo estritamente procedimental, ou seja, esta limita-se à disputa entre diferentes elites renováveis periodicamente por meio das eleições; a democracia se faz pela existência de vários grupos que defendem seus interesses particulares e que adquirem influência sobre o sistema político por meio da articulação de suas demandas que são incorporadas junto aos mecanismos institucionais de representação, ou seja, incidindo na tomada de decisões políticas; a perspectiva da democracia participativa, ao opor às abordagens elitistas e pluralistas, considera que a democracia se faz por meio da participação mais efetiva dos sujeitos sociais nas diferentes instâncias políticas de discussão de assuntos públicos, isto é, a dinâmica democrática estaria centrada na influência que os sujeitos coletivos pudessem exercer sobre o aparato estatal; e por fim, a perspectiva que compreende a democracia como a ampliação da esfera pública, a partir da elaboração de Habermas, que tem como preocupação central criar uma perspectiva para a ampliação de arenas sociais participativas e solidárias face à diminuição dos espaços sociais para a prática democrática.

Em síntese, essas elaborações não põem em questão os limites impostos ao desenvolvimento da democracia na sociedade burguesa, pois não consideram as incidências estabelecidas pelas relações de produção na sociedade do capital. Nessa direção, Duriguetto (2011, p. 295-6. Grifos da autora) faz a seguinte análise:

Esses diferentes modelos de democracia, guardadas suas diferenças processuais, *despojam a democracia de qualquer dimensão econômica, ou seja, desconsideram que não há democracia substantiva onde existe desigualdade material. A democracia no capitalismo só é compatível com ordenamentos políticos democráticos formais e restritos, compatíveis com a manutenção da propriedade privada e da desigualdade social.*

Frente ao exposto, podemos considerar que a democracia possível nos moldes do modo de produção capitalista só pode ser concebida a partir de uma legalidade formal e restrita, a qual prevê sempre como prioridade a manutenção da propriedade privada e, conseqüentemente, da desigualdade social.

[...] A análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um *limite absoluto*: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção – a estrutura capitalista só é compatível com a democracia-método [...] as estruturas econômicas capitalistas só são compatíveis com ordenamentos políticos democráticos no limite restritos, e manter esta restritividade é, para elas, questão vital. Não é uma casualidade, pois, que historicamente a prática política das classes e grupos sociais para o quais a liquidação das estruturas capitalistas constitui o limiar em que se perfila a possibilidade concreta e objetiva de um exercício pleno e real da participação social e política tenha sempre apontado para a ultrapassagem da limitação política da democracia moderna pela via mesmo da luta pela universalização do ordenamento democrático (PAULO NETTO 1990, p.76-77).

Considerando que a estrutura capitalista só é compatível com a democracia-método, tal estrutura apenas comporta formas concretas de regimes que não desempenham um risco para o processo de produção e reprodução do capital, ou seja, que possuam um limite de restritividade¹². Todavia, esse limite reflete as relações antagônicas entre as classes sociais, o qual pode ser evidenciado em momentos distintos que demonstram a incidência de maior ou menor grau de restritividade da democracia-método.

[...] o espaço social que os ordenamentos políticos democráticos articulados a estruturas econômicas capitalistas viabiliza é preenchido e ocupado por complicados movimentos através dos quais os agentes políticos das classes e grupos sociais empenhados na manutenção do sistema manipulam os mecanismos sociais de forma a sempre poder garantir a passagem destes ordenamentos a

¹² Assim, a democracia é aceita e promovida pelos grupos hegemônicos desde que permita a manutenção dos interesses do capital, legitimando as estruturas dominantes (DURIGUETTO, 2011, p. 291).

outros, como maior ou menor grau de restritividade, desde que compatíveis com as exigências elementares da estrutura econômica. Isto significa que quando a democracia política se torna obstáculo para a manutenção (ou reconversão) do sistema, os seus beneficiários articulam respostas restauradoras e/ou reacionárias (que podem chegar ao limite historicamente conhecido da restritividade sob o capitalismo monopolista: o fascismo). O mesmo espaço é ocupado também pela movimentação das classes e grupos sociais empenhados na liquidação do sistema, que apostam na universalização dos institutos democráticos porque é a sua consolidação generalizada que, além de outras implicações fundamentais, conduz os agentes políticos das classes e grupos sociais dominantes ao impasse: a universalização e a consolidação dos institutos democráticos tornam cada vez mais onerosas, em termos de médio e longo prazos, as respostas restauradoras e/ou reacionárias – e isto porque a validação societária destas respostas, em contextos de democracia política consolidada, torna-se progressivamente problemática. Em síntese, a universalização e a consolidação dos institutos democráticos permitem às classes e grupos sociais anticapitalistas reduzir substancialmente a legitimidade e a viabilidade das respostas tendentes a acentuar os graus de restritividade (PAULO NETTO, 1990, p.77-8).

Tal como supracitado, a democracia-método é essencialmente limitada, no entanto, as contradições inerentes à sociedade burguesa possuem significativo efeito sob esta, o que pode repercutir tanto em avanços concretos para os interesses dos setores subalternizados quanto em manobras para a manutenção e fortalecimento das relações de produção do modo de produção capitalista. Contudo, embora a democracia-método se apresente como um espaço de disputa entre as classes antagônicas, a possibilidade de supressão desses elementos restritivos pressupõe a superação dessa democracia-método, constituindo uma democracia-condição social, pois esta

[...] não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento *societário* em que *todos*, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; tem iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social. Esta distinção, por mais singela que possa parecer à primeira, é de capital importância, e por vários motivos. Em primeiro lugar, evidencia a complexidade das conexões entre estrutura econômica e ordenamento político, na medida em que a natureza essencial do ordenamento democrático não é nem um *a priori* nem um *a posteriori*, mas resulta das mediações das lutas sócio-políticas – e tanto que a democracia-método pode não ser dada simultaneamente à democracia-condição social. Em segundo lugar, explicita nitidamente as razões que levam o pensamento socialista revolucionário, desde a sua gênese, a criticar duramente o ordenamento democrático articulado com as estruturas capitalistas: precisamente o fato de ele ser *insuficientemente* democrático, restringindo-se à democracia-método.

Em terceiro lugar, patenteia que é a conquista da democracia-condição social que organiza um ordenamento sócio-político que inaugura etapa de desenvolvimento da sociedade humana onde a promessa de felicidade contida na projeção socialista revolucionária pode realizar-se – já que a democracia-condição social leva a cabo a destruição do caráter alienado do poder político, criando as condições para a superação do Estado e o desaparecimento da separação governantes-governados (PAULO NETTO, 1990, p.85).

A configuração da democracia-condição social reside na possibilidade de conquista de uma hegemonia da classe trabalhadora, ou seja, a formação efetiva de uma contra hegemonia, ainda nos moldes de uma democracia-método, mas que ao conquistar hegemonia incide diretamente em seu aspecto restritivo e cria as condições para o avanço e efetivação de uma revolução socialista.

O pensamento socialista revolucionário situa a democracia-condição social como um *objetivo-meio*, para cuja colimação a democracia-método é um instrumento privilegiado e insubstituível. Para este pensamento, que põe como objetivo-fim do processo revolucionário a *criação de novas relações sociais*, a democracia, qualquer que seja a sua natureza, *não é degradável ao estatuto de expediente tático e permutável no bojo do processo revolucionário*, inserindo a totalidade deste processo as exigências democráticas para transformá-las, através de uma mudança qualitativa, em realidades democráticas de condição social, o pensamento socialista revolucionário atribui-lhe (à democracia) um *valor instrumental estratégico*(PAULO NETTO, 1990, p.85-6)

Assim, a democracia, independente de sua natureza ou tendência, se apresenta como uma forma concreta de criação das condições que podem conduzir à superação das relações contraditórias inerentes a sociedade capitalista. Todavia, o desenvolvimento da democracia-método apresenta aspectos particulares quando consideramos, por exemplo, a sociedades de capitalismo dependente.

A originalidade da instauração do ordenamento capitalista em nossos países em face do padrão “clássico” europeu-concorrencial responde – em cada um deles diferencialmente, segundo as suas especificidades nacionais – pela peculiaridade do desenvolvimento dos capitalismo latino-americanos (sem reformas democráticas – por exemplo, integrando o latifúndio) e pela funcionalidade singular dos Estados que nossas burguesias puderam (e quiseram) erguer: Estados que devem assegurar a heteronomia econômica (a subordinação ao imperialismo) pela exclusão das massas (a anti-democracia nas suas formas mais variadas, das puras e simples autocracias e regimes de participação restrita) (PAULO NETTO, 1990, p. 119).

Nos países de capitalismo dependente, evidencia-se a dificuldade de desenvolvimento pleno da democracia-método expresso por entraves históricos

visando à retenção máxima de uma socialização política. Ou seja, esses países possuem elementos particulares, pois estão marcados pelo fator autocrático, pelo conservadorismo, bem como e pela irrestrita neutralização constante diante de processos revolucionários.

Em síntese, entre nós, os projetos burgueses estiveram sempre divorciados do pacto democrático. A institucionalidade democrática sob dominação burguesa não passou nunca de expediente tático nos conflitos para a instauração e/ou a consolidação do ordenamento capitalista (v.g., as conjunturas de enfrentamento entre empresário urbanos e latifundiários) ou para encontrar formas de associação menos onerosas com o imperialismo (v.g., os movimentos nacionalistas hegemônicos por setores burgueses) (PAULO NETTO, 1990, p. 119).

A apreensão da particularidade do desenvolvimento da democracia nos países de capitalismo dependente é imprescindível para a garantia de uma análise fidedigna aos processos que estão imbricados nessas sociedades, sobretudo para avançar em estratégias eficazes que possam incidir na estrutura contraditória do modo de produção capitalista.

Se se leva sem conta [...] o processo histórico de formação das nossas sociedades, arrancando dos vínculos coloniais e dos padrões escravocratas e de exploração e opressão de grupos étnicos não-brancos, mas sem superá-los efetivamente, compreende-se melhor a impermeabilidade dos projetos burgueses aos valores e práticas democráticos (PAULO NETTO, 1990, p. 119).

A impermeabilidade dos projetos burgueses nos países de capitalismo dependente e reside no fato das classes detentoras perpetuarem as relações estabelecidas no período colonial/escravista, ou seja, não é verificável no curso da história dessas sociedades uma ruptura concreta com esses padrões. Diferente dos países de capitalismo tardio em que o desenvolvimento da democracia possibilitou avanços significativos para a organização dos setores subalternizados, “a democracia política, entre nós, ergue-se não a partir de componentes dos projetos burgueses, mas contra eles” Paulo Netto (1990, p.120). Assim, “o padrão de desenvolvimento do capitalismo na América Latina não propiciou a consolidação de uma tradição cultural democrática” (Idem).

Considerados esses elementos sobre os regimes políticos desenvolvidos na sociedade burguesa, bem como as suas tendências e particularidades, nos é verificável que esses regimes se desenvolveram no curso da história com especificidades vinculadas à ordem econômica, política, social e cultural. Notamos,

sobretudo, que é o grau e a intensidade da luta entre as classes fundamentais, no bojo das relações de produção e reprodução do capital, que é capaz de determinar o direcionamento ou redirecionamento desses regimes políticos que podem se expressar por meio de uma democracia parlamentar, ou por ditaduras militares, bonapartismo, fascismo, ou mesmo a combinação entre tais formas. O que tais regimes políticos, independente da forma que se expressam, objetivam assegurar é a preservação da propriedade privada.

No próximo capítulo abordaremos, especificamente, a experiência brasileira a partir de uma retomada da formação sócio histórica do país a fim de identificar os aspectos que garantem a particularidade da constituição do Estado brasileiro, bem como as nuances que residem no desenvolvimento dos regimes políticos que operaram e operam no país.

II. A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E DOS REGIMES POLÍTICOS NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

No capítulo anterior, resgatamos as elaborações presentes no pensamento marxiano e em autores da tradição marxista sobre a questão do Estado moderno e os regimes políticos que se desenvolveram no bojo da sua constituição. Verificamos que, guardadas as particularidades históricas de cada formação social, a intervenção do Estado burguês tende a se expressar em um duplo movimento: a partir da coerção e/ou a partir do consenso por meio da integração das reivindicações presentes nas lutas da classe trabalhadora. Em ambos, o Estado intervém sob a direção do capital, tanto pelo uso aberto da violência e da repressão, como através do desenvolvimento de direitos sociais, trabalhistas e a oferta de serviços sociais públicos, enfatiza Marques (2015, p. 29).

Em suma, é o equilíbrio ou desequilíbrio entre coerção e consenso que evidenciam a diversidade dos regimes políticos que emergiram/emergem no bojo do Estado moderno, sobretudo na fase do capitalismo monopolista. Tal processo é condicionado pela correlação das forças antagônicas em disputa na sociedade burguesa. É a partir desta compreensão que objetivamos, neste capítulo, fazer um enfoque aos processos políticos que se evidenciaram na formação econômico-social brasileira e que conformaram e conformam a base constitutiva do Estado e de seus regimes políticos. O capítulo está dividido em dois itens que se completam e que abrangem os principais processos políticos entre as décadas 1930 e 1980.

2.1. CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: ESTADO E FORMAS DE DOMINAÇÃO ENTRE 1930-1964

Neste item, vamos nos ater, com maior ênfase, nos elementos que constituem o processo de intensificação da industrialização e urbanização, que correspondeu à expansão do capitalismo no Brasil sob um desenvolvimento desigual e combinado Trotsky (1967, p. 24-5 apud Lemos, 2014, p. 112), bem como a sua inserção no sistema capitalista em sua fase monopolista/imperialista e os processos característicos de uma contrarrevolução burguesa que os acompanhou¹³.

¹³O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é *produto*

Considerando os efeitos deste período na dinâmica política, econômica, social e cultural do país.

Contudo, o nosso enfoque a estes processos não significa que estamos menosprezando os processos anteriores, ou seja, o período que vai do Brasil Colônia (1500) à superação da República Velha (1930). Nos referimos, a predominância do colonialismo e do escravismo no Brasil, os quais corresponderam mais que momentos da estrutura produtiva (forças produtivas/relações de produção específicas¹⁴), mas configuram e forjam de maneira particular os elementos superestruturais da formação sócio histórica brasileira. Ou seja, é a incidência da base colonialista e escravista e, sobretudo, a não ruptura efetiva com a mesma, que determina historicamente o desenvolvimento do Estado brasileiro. Desse modo, o Estado que emergiu na realidade nacional expressa todos os elementos contraditórios que permeiam a sua base, os quais delineiam as tendências que historicamente se apresentaram como parte deste Estado, tais como o conservadorismo (que pode ser expresso como reacionário); o aspecto autocrático; contrarrevolucionário; conciliador, eclético e sincrético.

Ao que tange ao aspecto contrarrevolucionário, cabe salientar que este é um elemento constitutivo das formações dos países de capitalismo dependente e hipertardio, como é o caso do Brasil¹⁵, diferente de uma revolução popular, realizada

antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores “atrasados” e “moderno”. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante (OLIVEIRA, 2003, p. 59-60. Grifos do autor).

¹⁴ A incidência do colonialismo e do escravismo nos países da América Latina é determinante para a compreensão do lugar que, historicamente, os países latino-americanos ocuparam no processo de desenvolvimento, consolidação e sustentação do modo de produção capitalista em suas fases. Essa constatação é fundamental para avançar e adensar em uma perspectiva crítica que considere a característica dos processos que imperam nesse território, principalmente para romper com análises que tentam, ao longo da história, nivelar a realidade da América Latina aos países de capitalismo tardio. Em síntese, a condição histórica do capitalismo dependente na América Latina não é acidental, mas possui uma racionalidade concreta e determinante para o capital. É toda a experiência de invasão e tomada deste território pelos europeus bem como a consolidação das colônias, que culminou na estruturação do colonialismo e do escravismo o que particulariza os processos econômicos, sociais, políticos e culturais dos países latino-americanos. Ver Marini (1973).

¹⁵ Instalada a república em 1889, as diversas frações das classes dominantes não viveram conflitos fundamentais em torno de projetos políticos. A despeito de algumas divergências teóricas acerca do melhor rumo a ser dado à economia, que se traduziram, por exemplo, nas discussões entre “agrarismo” e “industrialismo”, não se cristalizou no país um conflito entre setores urbanos e rurais. Esta ausência se explica por vários fatores, entre os quais se destacam a dependência das rendas geradas pela agricultura de exportação e a origem agrária do capital industrial. A identidade básica de interesses materiais facilitou a construção de uma prática política que se pode caracterizar como uma frente única permanente de combate às ameaças – reais ou potenciais – à ordem social e política, àquela época já associadas a propostas anticapitalistas, vinculadas, principalmente, ao anarquismo e ao socialismo. Paulo Sérgio Pinheiro localizou aí as primeiras manifestações do “estado de exceção

a partir “de baixo”, como a experiência das revoluções burguesas clássicas que se forjaram nos países de capitalismo central. O que é predominante nos processos políticos no Brasil é a tendência contrarrevolucionária vinculada a um processo de revolução passiva. Coutinho (1992, p.122) sintetiza dois momentos que constituem episódios que caracterizam os processos de revolução passiva tal como os conceituam Gramsci: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o de “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e posta em prática pelas velhas camadas dominantes).

Tal tendência, contudo, é elevada a novos patamares a partir da vinculação à estratégia internacional dos países de capitalismo central no pós-primeira Guerra Mundial e o desvelamento do sucesso da Revolução Russa de 1917. Em suma, é era possibilidade aberta de uma revolução que não fosse burguesa, tal como foi a experiência russa, que implicou a conformação de uma estratégia contrarrevolucionária internacional.

Diante desse cenário, o aspecto contrarrevolucionário se evidenciou como uma regra em todas as formas de dominação que se desenvolveram no Brasil expresso, sobretudo, pela capacidade do Estado em antecipar/precipitar ações preventivas a fim de impedir que as expressões das contradições vinculadas ao desenvolvimento desigual e combinado do MPC alcançassem níveis que ultrapassassem uma crise política e tornassem uma crise de Estado. As medidas preventivas expressas por esse processo transitam entre a coerção e o consenso, contudo, no caso brasileiro, tais medidas se expressaram majoritariamente mais pela via da coerção do que pela via do consenso. De modo que, em situações em que há um desequilíbrio entre consenso e coerção, a configuração de regimes políticos ditatoriais, ou até mesmo fascistas é uma possibilidade concreta.

As tendências que conformam a superestrutura brasileira e que citamos acima, não se concretizaram de maneira autônoma e abstrata, mas expressam as relações de produção que se desenvolveram na estrutura econômica do país. A constituição da burguesia brasileira, bem como a sua atuação no curso da história é

republicano” (Pinheiro, 1991). A sanha que marcou a repressão aos movimentos de pobres rurais em Canudos (BA, 1896- 1897) e na região do Contestado (PR-SC, 1912-1916) é indicativa de como os grupos controladores do Estado zelavam pela propriedade privada no campo. A não menos feroz reação a movimentos de pobres registrados na cidade do Rio de Janeiro, como as revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910), mostrou a frente única permanente em ação contrarrevolucionária urbana (LEMOS, 2014, p.115).

fundamental para apreendermos a funcionalidade de tais tendências na constituição do Estado brasileiro. A classe burguesa que se constituiu no Brasil carrega todos os traços que correspondiam à aristocracia agrária do período colonial, pois não houve uma ruptura com a estrutura econômica e política desse período. Isto é

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003, p.60. Grifos do autor).

Assim, o que é constatado na experiência brasileira é a adequação do mandonismo senhorial com a paulatina incorporação e institucionalização dos preceitos liberais na realidade brasileira. De acordo com Marques (2015, p. 31-2) em diálogo com Fernandes (1974), três momentos correspondem à constituição da burguesia nacional:

[...] dividimos em três os momentos de análise da evolução dessa classe, da sua gênese à maturidade, todos envoltos por uma correspondente forma de dominação externa: o seu irromper na pós-emancipação política nacional, ainda na condição de “espírito burguês” sob as bases de um capitalismo competitivo de origem colonial e neocolonial; a sua entrada ao estágio ‘maduro’ da condição de classe através da expansão do mercado interno, a propugnância da revolução urbano-comercial e da produção industrial; e, como terceiro e último momento, a sua plenitude de poder sob a fase tardia do capitalismo monopolista, através do recrudescimento do subdesenvolvimento, das disparidades sociais e da dependência.

Nos distintos períodos da nossa formação sócio histórica pós Proclamação da República, é possível identificarmos a incorporação paulatina de princípios liberais em sua estrutura administrativa, mas que vão se consolidando conjuntamente com os princípios arcaicos de base colonialista e escravista, o que configura a “subsunção do novo pelo velho” Mazzeo (2015) em nossa formação social. Apreender as especificidades de cada um desses períodos é o guia para compreendermos as principais tendências e como estas determinaram/determinam as características particulares do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro.

Ao que tange ao período da República Velha (1889-1930), em que predominou o arranjo político “café com leite” expresso pela aliança entre burguesia cafeeira paulista e burguesia pecuarista mineira, tal arranjo teve respaldo do setor

militar que, lado a lado, contribuiu para seu processo de legitimação. Nesse período, fica evidente a incorporação de princípios liberais na estrutura administrativa, a destacar a divisão de poderes, o presidencialismo como forma de governo e a laicidade do Estado. No entanto, as incorporações desses princípios liberais não significaram uma superação do “arcaico” pelo “novo”, mas sim uma convivência entre ambos.

Quanto à economia, a abolição do trabalho escravo em 1888 conferiu à República Velha a consolidação do trabalho livre e assalariado, o que possibilitou o avanço do desenvolvimento do MPC. Este momento significou a integração do Brasil ao capitalismo internacional, todavia com o reforço dos moldes estabelecidos pelo colonialismo/escravismo, ou seja, com a consolidação de uma economia agroexportadora e subjugada aos impactos do capital.

Ainda no curso deste período, podemos observar mudanças significativas na intensidade das lutas das classes antagônicas que se conformaram na sociedade burguesa brasileira. Já nos anos de 1917 e 1918, verifica-se a ascensão dos setores subalternizados no cenário político, que a partir do incipiente modo de produção que se estruturava no país, se mobilizaram e denunciaram, por meio de greves, as contradições vinculadas aos espaços ocupacionais que atuavam. Tais ações foram fortemente reprimidas pelo Estado. Contudo, nos anos subsequentes, sobretudo a partir da década 1920, nota-se um agudizamento nos processos contestatórios, os quais atrelados à conjuntura internacional configurariam uma “crise de hegemonia” que comprometeria a legitimidade do Estado burguês. Ou seja,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será uma forma política, e essa é uma das ‘especificidades particulares’ da expansão do sistema. (OLIVEIRA, 2003, p. 63).

De acordo com Lemos (2014, p. 118) Florestan Fernandes¹⁶ (1976) considera o período que antecede a Era Vargas, bem como o período que a sucede, isto é,

¹⁶Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do

entre 1920 e 1964 como “potencialmente pré-revolucionário”, pois a dificuldade de conformação de uma hegemonia coesa, por parte da burguesia e suas frações, articuladas às transformações advindas do desenvolvimento do MPC provocou uma instabilidade constante, que deflagrou momentos de constantes acirramentos e antagonismos. Assim,

As greves gerais de trabalhadores (Rio de Janeiro, São Paulo e outros locais), ocorridas em 1917 e 1918, os levantes tenentistas de 1922, 1924, e 1925-1927 (Coluna Prestes), e a aparição, mais substantiva, das chamadas “dissidências oligárquicas” durante os até então insossos processos eleitorais (Reação Republicana, em 1921-1922, e Aliança Liberal, em 1929-1930) indicavam que “os de cima já não podiam governar como antes”, para usarmos aqui uma expressão de Lênin. Os anos 20, carregados de novidades políticas e culturais (exemplificadas, por exemplo, na fundação do PCB e na realização da Semana de Arte Moderna, ambas em 1922), assistiram ao início do processo histórico de *massificação* da sociedade brasileira (na qual 80% da população ainda residia no campo, em condições médias próximas da miséria). O *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, atingiu em cheio uma economia essencialmente agro-exportadora, precipitando o que corretamente se chamou de uma “crise de hegemonia”. Foi a partir dessa crise, dessa *falta de hegemonia*, por assim dizer, que a classe dominante no Brasil se deparou historicamente com o difícil problema da *direção* política. Foi, portanto, “pela negativa” que, pela primeira vez na história do país, teve lugar a incontornável questão da “hegemonia”(DEMIER 2012, p. 370. Grifos do autor).

Neste contexto, é a emergência da “questão social” particularizada pelos processos engendrados pós-independência e na constituição da República em concomitância o avanço do MPC, que demanda um redirecionamento da intervenção do Estado brasileiro, que vai se expressar, mais concretamente, no decorrer das décadas 1930 e 1940. Considerando a “crise de hegemonia”, ou a falta dela – nos dizeres de Demier (2012) – com o golpe de Estado encaminhado na década de 1930 e a deflagração do governo provisório de Vargas, verifica-se a concretização de uma alternativa necessária para conter os entraves vinculados às pressões populares bem como aos estranhamentos entre as frações das classes dominantes para assim garantir o avanço do desenvolvimento do MPC no país.

Naquelas condições já mencionadas de “crise de hegemonia”, em que nenhuma dos setores da classe dominante possuía capacidade de *dirigir* politicamente uma nação burguesa agora potencialmente ameaçada pela aparição das massas populares, o novo grupo governante, encabeçado por Vargas, se colocaria acima dos diversos

interesses particularistas das frações dominantes, com o objetivo primeiro de assegurar a preservação da ordem capitalista. Para além das supostas “independência”, “coragem” e “sabedoria” da equipe governamental varguista, essa *descolagem* dos novos chefes políticos nacionais de suas bases sociais originárias exprimia, na verdade, o início de um processo de *autonomização relativa do aparelho estatal* em face das classes e frações de classe em presença. Com o início do Governo Provisório de Vargas (1930-1934), manifestava-se, assim, pela primeira vez na história brasileira, o fenômeno político do bonapartismo. Tinha início, portanto, uma forma de dominação política *indireta* da burguesia sobre o restante da nação. Expressando, ao nível do Estado (regime e governo), uma “revolução passiva” em curso, verificou-se, entre a “Revolução” de 1930 e a implantação do Estado Novo em 1937, um processo que pode ser compreendido, *mutatis mutandis*, à luz da descrição feita por Gramsci sobre a evolução política italiana da década de 1920: um “movimento político-histórico em que diversas gradações de cesarismo [bonapartismo] se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente, embora também esta não imóvel e estática” (DEMIER, 2012, p. 378. Grifos do autor).

Assim, a Era Vargas se estabeleceu como uma “ditadura sem hegemonia¹⁷”, reforçando os princípios nacionalistas, centralizadores e intervencionistas. O regime político que se constituiu durante este período se estabeleceu a partir da autonomização relativa do aparelho estatal em relação às disputas das classes antagônicas e aos interesses particulares dos setores dominantes, tal como supracitado, o que correspondeu à ascensão de um regime político de linha bonapartista. Nessa mesma direção, Coutinho (1992, p. 126) pondera:

[...] o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonista dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes [...] o resultado desse processo, no caso brasileiro, tem fortes analogias com a situação que Gramsci descreve para a Itália, quando afirma: “É um dos casos em que esses grupos têm a função de ‘domínio’ e não de ‘direção’: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não deste sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicalizá-lo” (COUTINHO, 1992, p. 126).

¹⁷Quando Gramsci fala de “ditadura sem hegemonia” como uma manifestação da revolução passiva, indica uma das características fundamentais das formações sociais que seguem essa modalidade de desenvolvimento histórico. Se o instrumento da transição “pelo alto” é o Estado, isso significa que há uma tendência, em tais formações, ao fortalecimento do que Gramsci [...] chama de “sociedade política” (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção), enquanto permanece subalterna a “sociedade civil” (o conjunto dos aparelhos “privados” através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral) (COUTINHO, 1992, p. 128).

Esta tendência é expressa concretamente no pós-1930, Oliveira (2003, p.35) enfatiza que a revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e início de outro na economia brasileira, em que são criadas as condições para a predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial em detrimento da hegemonia agrário-exportadora. De modo que,

[...] no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. Mas essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia não tenha levado a cabo sua “revolução”: fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva, que tomou entre nós a forma – para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes – de uma “contrarrevolução prolongada”, que é outro modo de dizer “ditadura sem hegemonia” (COUTINHO, 1992, p. 126).

Assim, o período que correspondeu o pós-1930 foi extremamente funcional para o desenvolvimento do MPC na realidade brasileira. Verifica-se, nesse contexto, a ampliação da intervenção do Estado na esfera econômica, o que foi fundamental para a criação das bases para acumulação capitalista que vislumbrava consolidar o mercado industrial. Assim, a ação do Estado vai além da regulação do trabalho, ou seja, passa a influenciar diretamente no processo de produção e reprodução do capital, através da fixação de preços, do controle da distribuição de ganhos e perdas entre as distintas frações da classe detentora, bem como na garantia de subsídio a atividades produtivas significativas para esse processo.

[...] tendo que ajustar suas estruturas constitutivas ao alargamento de sua base social no pós-1930, o Estado brasileiro se modernizou celeremente, criando novos ministérios, secretarias, autarquias, empresas e órgãos públicos em geral. Por outro, impelido a reposicionar a economia nacional em um mercado internacional em crise, esse mesmo Estado passou a fazer uso de instrumentos mais fortes de intervenção econômica, podendo, assim, funcionar não só como um agente regulador do mercado, mas também como sujeito econômico direto. Concentrando cada vez mais recursos, e decidindo com relativa liberdade sobre sua distribuição, o novo aparelho estatal brasileiro – em sintonia com a nova “economia política” mundial, defensora do intervencionismo estatal, do planejamento e das teorias anti-cíclicas – intensificou o uso dos seus expedientes de política econômica, como as carteiras de investimento, as taxas de câmbio, a política fiscal etc. Muitas vezes, como no caso da criação de companhias estatais e das obras de infra-estrutura urbana, foi o

próprio Estado o responsável direto pelo desenvolvimento das forças produtivas. Caberá a ele, portanto, conduzir o processo de inflexão da agrária e mercantil economia brasileira para um modelo industrial em tempos de capitalismo monopolista – e a própria burguesia industrial defendia ser o Estado o responsável pela execução dessa tarefa. Assim, nesse processo de modernização econômica e social do país, o Estado brasileiro teve sua musculatura tonificada e seu raio corporal dilatado, passando a contar com uma burocracia pública, civil e militar, de características modernas. Foi a formação desse “exército de funcionários”, desse “corpo de parasitos” (Marx), que permitiu ao Estado preservar e desenvolver sua “autonomia relativa” face à classe dominante naquelas condições de “crise de hegemonia”. Dialeticamente, portanto, esse fenômeno social de burocratização foi, simultaneamente, causa e efeito da própria *autonomização relativa* do aparelho estatal (DEMIER, 2012, p. 380. Grifos do autor).

A ampliação do aparelho estatal verificada nesse período propiciara pela primeira vez uma *articulação entre coerção e consenso*. Assim, os elementos consensuais e/ou integracionistas passam a compor o exercício de poder do aparelho estatal. Isso pode ser constatado, por exemplo, na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)¹⁸. Contudo, o consenso enquanto novo ingrediente para o exercício de poder do Estado não invalida o exercício da repressão e coerção, mas ao contrário, é a combinação entre coerção e consenso que perdura no regime político que se constituiu no pós 1930. Nessa direção Demier (2012) nos chama atenção para o fato que, no mesmo regime político em que se tem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – ainda que com sua dupla funcionalidade – há também a limitação de direitos políticos, caracterizado, por exemplo, pela eliminação da autonomia sindical e política dos trabalhadores e criminalização e perseguição do recém-criado Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cabe salientar, que o Estado, mesmo exercendo uma autonomia relativa, não constrangeu o seu caráter de classe, ou seja, o que sempre prevaleceu foram o interesses da burguesia, ainda que contraditoriamente esta autonomia foi propícia para que algumas conquistas para os setores subalternizados fossem efetivadas.

A partir dessas considerações entre consenso e coerção evidenciados no bonapartismo brasileiro, é importante abordarmos a funcionalidade contraditória da

¹⁸Segmentos expressivos das correntes políticas que tomaram o poder em 1930 tinham no anticomunismo uma perspectiva prioritária. Vale citar, entre as medidas preventivas de longo alcance a partir de então tomadas, a criação, em novembro daquele ano, do MTIC. Apresentado por seu organizador e primeiro titular, Lindolfo Collor, como o Ministério da Revolução e vendido aos trabalhadores e empresários, como um antídoto para a luta de classes, muito mais apropriado seria chamá-lo Ministério da Contrarrevolução (LEMOS, 2014, p.115).

consolidação das leis trabalhistas para o processo do desenvolvimento no MPC na particularidade brasileira. Nessa direção, Oliveira (2003, p. 38-39. Grifos do autor) explicita:

[...] O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequando à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio, para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* convertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre”, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a.

A partir desses elementos, é notório o quanto as mudanças que se processaram no curso da Era Vargas foram funcionais para o desenvolvimento do MPC. Ou seja, o regime político bonapartista que se constituiu nesse período colaborou diretamente na criação das condições para continuidade do desenvolvimento do MPC. Destaca-se, nesse processo, o significado e sentido das intervenções do Estado no âmbito econômico, pois a intervenção deste na esfera econômica transcendeu a de “mero regulador”, o que foi fundamental para a criação das condições propícias para o avanço e consolidação do MPC.

[...] a intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir [...] o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia *se inclinava naturalmente*, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. Nesse sentido, substituíam-se os preços do “velho mercado” por “preços sociais”, cuja função é permitir a consolidação do “novo mercado”, isto é, até que o processo de acumulação se

oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio. Os “preços sociais” podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia. Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos das classes capitalista, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganho para empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 2003, p. 40-1. Grifos do autor).

Essa “função econômica” desempenhada pelo Estado nesse contexto foi fundamental para impulsionar o avanço do desenvolvimento do MPC em um patamar que paulatinamente vai incorporando novos elementos, mas que contraditoriamente convive com elementos arcaicos que predominaram historicamente na organização produtiva brasileira. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se processa por meio de uma intensa concentração de renda e concomitante superexploração do trabalho para a realização do lucro e coube ao Estado prover e sustentar as condições para consolidação do MPC.

A partir desses elementos, é importante considerarmos que o fenômeno do bonapartismo não se caracteriza por ser um processo de longa duração¹⁹. O aspecto não hegemônico que compõe este modelo de regime político em algum momento é posto em questão pelas classes e forças antagônicas que conformam a sociedade burguesa. Demier (2012, p. 397) enfatiza que, no Brasil a primeira experiência de um regime político bonapartista se desenvolveu em duas fases complementares (1930-1937 e 1937-1945) atingindo seu ápice na segunda fase com um golpe e a instituição do Estado Novo. A primeira fase do regime bonapartista ocorreu com as tensões advindas das disputas entre as frações da classe dominante e os setores subalternizados, que perpassaram, por exemplo, nos debates em torno da Constituição de 1934. Contudo, a Constituição de 1934 teve apenas três anos de vigência, pois em 1935, quando o governo instituiu a Lei de Segurança Nacional para a dissolução da ANL, os elementos democráticos e liberais que compunham o

¹⁹ Fizemos essa observação do capítulo anterior.

referido texto constitucional começaram a ser suprimidos. Assim, em 1937 com o Estado Novo, a constituição de 1934 pôde ser plenamente substituída por outra, com traços e objetivos bonapartistas e com forte aspecto reacionário.

Tendo iniciado, em 1930, sua saga preventivamente contra-revolucionária, o bonapartismo brasileiro, com o golpe de novembro de 1937, entrava em sua fase mais violentamente reacionária. A proeminência dos elementos coercitivos sobre os consensuais, que sempre fora nítida desde 1930, ficava agora gritante. Embora a propaganda oficial e a nascente indústria cultural produzissem para a ditadura uma forte dosagem de consenso, não há dúvidas de que o regime se apoiava fundamentalmente na aberta coerção de classe. Assim, se o regime de 1937 pode ser entendido historicamente em uma linha de continuidade com relação aos regimes de 1930 e 1934, não se deve ignorar o fato de que o significativo aumento *quantitativo* dos expedientes estatais repressivos sob a ditadura *estadonovista* fez desta um regime *qualitativamente* diferente das modalidades bonapartistas anteriores. Assumindo indiscutivelmente um sentido *regressivo* (“cesarismo regressivo”), o bonapartismo brasileiro, em 1937, tomava indisfarçavelmente a forma de uma “cerrada ditadura policial militar”, isto é, a de um *bonapartismo semifascista* (DEMIER, 2012, p. 429-430. Grifos do autor).

Assim posto, é a partir da instituição do Estado Novo que o bonapartismo alcança o ápice enquanto regime político não hegemônico em que propicia a autonomização do aparelho estatal brasileiro. Ou seja, nessa fase alinha-se uma estável e consistente solução não hegemônica para a “crise de hegemonia” Demier (2012, p.429), cuja violência e repressão estatal foi fundamental para mantê-la.

[...] O regime de força expresso pelo varguismo aparecia como uma conveniente opção burguesa tanto à “revolução democrática” apregoada pela ANL/PCB, quanto ao projeto de “Estado Integral” preconizado pelo fascismo da AIB. Em uma palavra, *nem fascismo nem democracia, e muito menos comunismo: bonapartismo!* Diferentemente de outras experiências mundiais (tanto fascistas, quanto bonapartistas), o regime *estadonovista* prescindiria de um partido oficial que representasse a *cúpula burocrático-militar dirigente* nas estruturas institucionais do Estado. Segundo Vargas, não deveriam existir “intermediários entre o povo e o governo”. Do mesmo modo, distinguindo-se dos regimes propriamente fascistas, o Estado Novo não procurou organizar uma mobilização de massas plebeias *a favor da ordem*. Não havendo necessidade de uma guerra civil contra o proletariado organizado, o capital pôde dispensar o fascismo e todas as suas imprevisíveis consequências. Construído sob medida para a medrosa burguesia brasileira, o regime bonapartista do Estado Novo vestiria uma indumentária neutra, técnica, burocrática e apolítica (DEMIER, 2012, p. 431. Grifos do autor).

Se os feitos encaminhados durante a primeira fase do regime bonapartista foram fundamentais para impulsionar o desenvolvimento do MPC, a partir da segunda fase, em que o regime alcança seu ápice com autonomização relativa do Estado, esse processo é intensificado. A burguesia brasileira pôde acumular em novos patamares, a indústria e o comércio se consolidam na escala produtiva do país. Ao sintetizar o significado do Estado Novo, Demier (2012, p. 431-2) evidencia:

A ditadura *estadonovista* representou, sem dúvida, um dos principais capítulos na história da retardatária modernização capitalista brasileira. Assentando-se sobre o velho “compromisso” fixado em 1930, e solidificando-o, o *bonapartismo semifascista* de Vargas remodelaria as condições para a acumulação e reprodução do capital no país. Acelerando sobremaneira os processos de urbanização e industrialização, o regime enterraria de vez qualquer possibilidade de que a “roda da história” pudesse girar para trás, tal como desejaram durante muito tempo alguns setores agraristas. O Brasil tornava-se, definitivamente, uma moderna sociedade *de massas*. A ditadura do Estado Novo pode ser vista, assim, como um claro exemplo da (trotskista) tese de Florestan Fernandes, segundo a qual, como já expusemos, a “revolução burguesa” nos países dependentes – entendida no sentido do desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais capitalistas – não só dispensaria a existência de uma revolução de tipo “democrático-burguesa”, como se faria acompanhada de formas políticas cada vez mais ditatoriais e autocráticas.

O regime bonapartista semifascista contribuiu para a passagem da “função hegemônica” à fração burguesa industrial. Tal tendência pode ser observada pela participação de empresários em “órgãos técnicos” no Executivo por meio da composição de diversos conselhos vinculados aos setores de infraestrutura e economia. De acordo com Demier (2012, p. 432) o modelo corporativista que vigorou na ditadura bonapartista se mostrou útil para burguesia industrial, seja para controlar a classe trabalhadora bem como as outras frações da burguesia.

Ao que tange à conjuntura internacional e a sua incidência na particularidade brasileira, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial e após um período de indecisão quanto a que lado tomar partido, em 1942 o Brasil se alia a ala estadunidense²⁰ e declara guerra a Alemanha.

²⁰ Depois de funcionar como um indeciso peão no polarizado tabuleiro geopolítico mundial, o Estado brasileiro finalmente, em agosto de 1942, declarou guerra à Alemanha, o que se deveu, entre outros fatores, à ameaça de invasão estadunidense do litoral nordestino, às mobilizações de sindicatos e estudantes (organizadas pela União Nacional dos Estudantes – UNE) pela entrada do Brasil no conflito ao lado dos “aliados”, e à obtenção anterior, pelo governo Vargas, de fartos recursos econômicos provenientes dos EUA (e que se materializaram, por exemplo, na construção, iniciada ainda em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN) (DEMIER 2012, p. 432).

[...] A anunciada derrota do Eixo na guerra trazia a “democracia” (burguesa) como um valor inquestionável para as sociedades, expondo abertamente a contradição do caso brasileiro: um país que lutava externamente contra as ditaduras, mas que, entretanto, mantinha internamente um duro regime ditatorial. A ideia de Getúlio, ao que tudo indica, era promover uma gradual abertura do regime aproximando-o das massas, as quais poderiam funcionar como o principal sustentáculo do aparelho estatal bonapartista em um possível cenário político dotado de expedientes democrático-eleitorais. Portanto, ainda que o *bonapartismo semifascista* tenha perdurado (cada vez mais brando) até mais ou menos abril/maio de 1945 (quando da decretação da anistia, da libertação dos presos políticos e da legalização dos partidos), o certo é que, a partir de 1942, já pode ser entrevista uma mudança de postura do regime em relação aos trabalhadores DEMIER (2012, p. 435. Grifos do autor).

A investida de Vargas em se aproximar das massas reside na ideia de encontrar nestas a legitimidade necessária na incidência de um cenário político democrático-eleitoral. Posto isso, as suas ações nessa direção corresponderam, por exemplo, na reorientação da política estatal face aos sindicatos que, ao suprimir a dimensão repressiva a este e identificando-o como “instrumento de bem-estar social e garantia dos diretos trabalhistas” Demier (2012, p. 435) demonstrava a sua estratégia de se manter à frente na direção do país, mas com o apoio das massas.

Nesse processo de reorientação do regime face à classe trabalhadora, a “mola mestra da propaganda pró-Vargas passou a ser o discurso de valorização da figura do trabalhador e do próprio trabalho. Reatualizava-se, então, mas com objetivos bem diferentes, a afirmação da dignidade do trabalhador pela qual tinham batalhado os sindicalistas do pré-1930”. Reverberado pelas máquinas sindicais oficiais, o discurso *trabalhista* procurava apresentar Vargas como o responsável pela “doação” dos benefícios da legislação social, tendo por finalidade obter dos trabalhadores uma retribuição ao grande líder benevolente, a qual poderia se manifestar tanto por meio do ordeiro empenho na produtividade do trabalho, quanto por meio do voto, quando este voltasse a ser um instrumento de participação política. Preparada pela repressão prévia aos trabalhadores – exercida, sobretudo, a partir de 1935, e que praticamente decapitara o movimento operário –, a nova política *trabalhista* logrou um inegável êxito desde o início de sua aplicação, aproximando parcela significativa dos trabalhadores ao ditador que então conduzia a transformação de seu próprio regime DEMIER (2012, p. 436. Grifos do autor).

Como efeito direto do desenvolvimento da ideologia trabalhista, é criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que agregaria desde sua criação a perspectiva da “colaboração de classes”.

[...] Buscando referendar-se no legado social de Vargas, o trabalhismo, erguido sobre a base da estrutura sindical corporativista,

apregoava abertamente uma “colaboração de classes” sob *arbitragem* estatal, procurando explorar a imagem do “Bonaparte” brasileiro como líder sábio e protetor dos mais necessitados. Trabalhando pela arregimentação eleitoral das massas populares em prol do varguismo, o PTB surgiu como um concorrente do PCB nos meios operários – e esse foi, certamente, um dos objetivos de sua criação por Getúlio, decidida depois que fracassara sua ideia de formar um só partido que conglomerasse tanto os quadros burgueses e burocráticos do Estado Novo, quanto os sindicalistas ligados ao MTIC. O trabalhismo e seu partido não nasceram, portanto, da sociedade civil brasileira, e sim das entranhas do Estado capitalista (DEMIER, 2012, p. 437).

Em 1945, encaminhando mudanças por dentro do regime, Vargas decreta a anistia a presos políticos se concomitante a esse processo observa-se a deflagração de greves de trabalhadores que denunciava o arrocho sindical. A mudança na conjuntura evidenciada por esses feitos foi propícia para a reorganização da classe trabalhadora, em que foi fundamental a atuação do PCB que impulsionou, nos meios sindicais, a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT). A tática do movimento foi orientada pelos imperativos políticos da “união nacional” antifascista designada no lema “ordem e tranquilidade”, afirmando que as greves e desordens só interessariam ao “fascismo” Demier (2012, p. 437). E, contraditoriamente, o movimento com direção do PCB compreende que a defesa da manutenção de Vargas no poder seria uma forma de combater o fascismo e, sobretudo, dar continuidade à revolução “democrático-burguesa”. Assim,

[...] Aproximando-se politicamente de Vargas, o PCB engrossaria o caldo do movimento *queremista*, que exigia a manutenção do presidente no posto de modo que o mesmo pudesse continuar como o principal condutor do processo de abertura. Ao cerrarem fileiras com aqueles que defendiam uma “Constituinte com Getúlio” (palavra de ordem não propugnada pelo PCB), os comunistas, ainda que apelando entusiasticamente à classe operária, acabaram por colaborar tacitamente com as forças políticas que aspiravam a uma transição *pelo alto* da ditadura bonapartista (DEMIER, 2012, p. 438).

A reorientação encapada por Vargas e as mudanças no ritmo da luta de classes não foram vistas com bons olhos pelas frações da burguesia brasileira. Esse processo é intensificado com o decreto da Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional (conhecida como “Lei Malalaia”). Caracterizada por um viés nacionalista e/ou até mesmo anti-imperialista, fez aflorar a oposição declarada das frações da burguesia mais vinculadas ao capital estrangeiro e, com o apoio direto da embaixada americana, a oposição liberal-burguesa articulou a deposição de Vargas, enfatiza Demier (2012, p. 440).

Embora, a incorporação das medidas integracionistas pelo Estado, isto é, do consenso, ao longo desse período, não tenha se equilibrado aos aspectos coercitivos presentes no aparato estatal, os efeitos dessas alterações implicaram mudanças na dinâmica das frações da burguesia, bem como na relação estabelecida entre os setores organizados da classe trabalhadora com o regime bonapartista dirigido por Vargas. Essas alterações se intensificam no bojo da ditadura varguista, ao passo que, a desagregação entre as frações da burguesia se mantinha e através de mais uma intervenção pelo alto se encaminha a deposição de Getúlio Vargas e a supressão de seu regime político, uma das principais causas que implicaram esta deposição, foi a aproximação de Vargas aos setores organizados dos trabalhadores e o “suposto o risco” ao comunismo que esta ação conferia.

A deposição de Vargas reedita mais uma “revolução passiva” no contexto brasileiro, ou seja, uma revolução pelo alto – *uma contrarrevolução* –, com o mesmo teor do que esteve inscrito nos processos de Independência política e da Proclamação da República no país. Como salientamos, esta é uma tendência inerente à constituição do Estado brasileiro²¹ e recorrentemente expressa em suas formas de dominação, como veremos nos processos posteriores ao encerramento da Era Vargas e de seu regime bonapartista semifascista.

Como salientamos o fim da Era Vargas foi acompanhado pelos efeitos do pós-segunda Guerra Mundial e a disputa internacional entre capitalismo e socialismo através da Guerra Fria. O bloco capitalista vinculado à estratégia contrarrevolucionária reforçou a pauta anticomunista, sobretudo, nos países que o constituiu como foi o caso do Brasil. Após a queda de Vargas as forças que vinham se dinamizando no bojo da ditadura estadonovista, assumem novo patamar de

²¹[...] o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma “revolução democrático-burguesa” ou de “libertação nacional” segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do País. Por um lado, gradualmente e “pelo alto”, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular (COUTINHO, 1992, p. 121).

organicidade expresso por dois campos políticos civil-militares que se constituíram nesse processo Lemos (2014, p. 120).

De acordo com Lemos (2014, p. 120) um campo nacional-popular articulado ao varguismo e ao populismo, composto pelo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o PCB, segmentos militares oficiais e subalternos nacionalistas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre outras frentes. Este campo foi marcado pelo nacionalismo em suas diversas matizes²² em articulação ao reformismo, vinculado à estratégia pecebista. O outro campo, constituindo a oposição, vinculado ao setor liberal e associacionista e pautado no antivarguismo se articulou com a União Democrática Nacional (UDN), a partidos menores e segmentos da oficialidade militar. Neste campo, a requisição de um liberalismo articulou-se ao anticomunismo defendendo uma reforma democrática de caráter elitista e antipopular, isto é, uma democracia restrita tal como a Escola Superior de Guerra (ESG -1949), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD -1959) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES -1961).

Essas forças se expressaram por todo o período Republicano democrático (1946-1964). A partir da retomada das eleições presidenciais em 1946, houve um acirramento entre ambos os campos, que resultou em consecutivas derrotas para as forças políticas do campo liberal associacionista, tais derrotas não passaram sem questionamentos, este é um elemento que marca a constante instabilidade política desse período, dado as ressonâncias do populismo evidenciadas nos governos que vigoraram nesse lastro temporal.

Contudo, Lemos (2014, p. 120) nos chama atenção para o fato que, aliam-se neste contexto político os efeitos da inserção da economia brasileira em um novo estágio do processo de acumulação do capitalismo mundial, isto é, a da fase monopolista/imperialista que operou uma transformação na divisão internacional do trabalho dirigida pelo EUA. O significado dessa vinculação do Brasil na dinâmica internacional do capitalismo conferiu uma aceleração da industrialização do país a partir da vinda de grandes corporações oligopolistas, que em busca de ampliação de lucros deslocaram unidades produtivas para o Brasil ou se fundiram a partir de

²²[...] Dando a tônica do período no país, ao anticomunismo se articularam, harmônica ou conflituosamente, dois outros eixos políticos: o nacionalismo – em seus vários matizes, do autoproclamado “sadio” pela retórica da Escola Superior de Guerra (ESG), ao anti-imperialista, sustentado pelo PCB, passando pelo “terceiro-mundista” – e o reformismo – igualmente matizado, do burguês ao comunista (LEMOS, 2014, p. 119-20).

investimentos com capitais nacionais. Essas transformações no campo econômico incidem na estrutura social e na forma de dominação política do país.

De acordo com Lemos (2014, p. 122), nesse quadro se configurou uma assimetria entre poder econômico e poder político, e que se intensificou no decorrer do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a partir do impulso da industrialização e da abertura da economia brasileira ao capital monopolista/imperialista, conformando tal como Dreifuss definiu (1981 apud Lemos, 2014) uma fração da “burguesia multinacional e associada” que dinamizou a economia brasileira com a chegada dos grandes oligopólios industriais. Assim, essa fração da burguesia alçava ampliar sua influência política, contudo, esta função permanecia nas mãos da burguesia industrial mais antiga em coalizão com setores da classe trabalhadora, ou seja, uma base política com fortes traços do populismo e da política trabalhista inaugurada na Era Vargas.

É a partir dessa cisão entre poder econômico e poder político que reside o elemento central que culminou no golpe de 1964, pois considerando as consecutivas tentativas frustradas desempenhadas pelo campo liberal associacionista, nos marcos da legalidade, para exercer o poder político, o golpe se apresenta como uma medida eficaz diante do quadro de acirramento dos antagonismos que se intensificou na entrada da década de 1960.

Tais antagonismos, como serão apresentados mais adiante, vão se expressar tanto pela via da burguesia multinacional associada, que considerava insuficiente, para seus interesses particulares, a forma de dominação política que estava em vigor com fortes traços da política de colaboração de classes, quanto também por segmentos dos setores da classe trabalhadora, que ampliou sua organização para além da institucionalidade e expunham as contradições do desenvolvimento desigual e combinado do MPC em curso no país.

O período Republicado Democrático (1946-1964), ou como designado por Demier (2012) um regime político semibonapartista democrático é marcado pela abrangência da incorporação de elementos democráticos na organização política do país, a destacar a conquista do sufrágio universal²³. Este também é um período de intensificação do desenvolvimento do MPC, o qual atinge a sua terceira fase, a da

²³ O sufrágio universal foi uma conquista, mas era limitado em se tratando da realidade nacional, pois não alcançava os analfabetos, assim restringia uma parcela significativa da população no exercício político.

industrialização pesada. Tal processo é determinante para o acúmulo de força da burguesia e, sobretudo, para o exercício do seu poder no aparelho do Estado.

[...] esse é um período de constituição simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação do poder burguês. Nesse momento, constituem-se concomitantemente as bases materiais sobre as quais repousa o poder da burguesia, assim como as estruturas políticas – o Estado – através das quais a dominação e o poder burguês se expressarão e se exercitarão como um poder unificado, como interesses especificamente de classe [que], podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda comunidade nacional e tratados como se fossem os interesses da Nação como um todo (FERNANDES, 2006, p.14).

A instabilidade é constante ao longo do referido regime. Pois, considerando a autonomia relativa do Estado, adquirida ao longo da “ditadura estadonovista”, que garantiu a integração de medidas de cunho democrático na estrutura estatal, bem como a incorporação controlada das massas. Durante o período republicano democrático, a pressão dos setores dominantes legitimadas pelo setor militar foi constante. Contudo, mesmo com todos os embates dos setores dominantes no aparelho de Estado, não significa dizer que houve propriamente uma “hegemonia” de uma fração da burguesia ou de todo o conjunto desta, de certo modo podemos dizer que tais embates refletem essa não hegemonia.

Nesse período, nenhuma das frações da classe dominante logrou apresentar *seus interesses particulares como interesses gerais da nação*. Negando a luta de classes e proclamando o Estado como uma entidade *neutra, arbitral e benevolente* para com os mais humildes, a ideologia pequeno-burguesa do populismo, responsável, em parte, pelo êxito da manobra estatal das massas, mostrou-se, é verdade, extremamente funcional para a preservação da ordem burguesa. Gerando um clima de relativa “colaboração” entre as classes sociais, ela permitiu que fosse continuada e acelerada a modernização industrial retardatária do país. Essa ideologia foi, portanto, de tamanha utilidade para a burguesia brasileira (em especial para a sua fração industrial, que manteve em suas mãos a “função hegemônica” adquirida sob o Estado Novo). Não há como negá-lo. Mas essa ideologia não foi, decerto, uma ideologia burguesa. Pelo contrário, as diversas frações burguesas (inclusive a industrial), todas geneticamente antipopulares, jamais a viram com bons olhos, e procuraram sempre formular suas próprias ideologias (autoritárias, liberal-oligárquicas, liberal-autoritárias etc.). Os aspectos reformistas do ideário populista não foram formulados pelos *intelectuais orgânicos* da burguesia brasileira e, como antecipamos, não foram aceitos de bom grado por esta. Não poucas vezes, seu setor politicamente mais reacionário, em especial aquele alocado na oposição ao regime (UDN, IPES, IBAD), identificou os traços “nacional-reformistas” do populismo com o marxismo de extração mais radical. Em uma palavra, a ideologia que, no Brasil do 1946-1964, conseguiu penetrar em amplos setores populares não foi uma

ideologia nascida de nenhum segmento burguês em particular, e nem mesmo elaborada ou introjetada pelo conjunto da classe dominante. Na verdade, as ideias que, sob o recorte temporal em questão, mais perto chegaram de serem vistas como expressivas do *interesse geral da nação* foram as ideias populistas, isto é, as ideias formuladas e propagadas pelo aparelho estatal bonapartista (ou seja, um aparelho estatal relativamente autonomizado em face da classe dominante) (DEMIER, 2012, p. 454-455).

Há, nesse período, uma extensão da autonomização relativa do Estado adquirida durante o regime bonapartista semifascista, autonomia esta expressa em face dos setores dominantes e evidenciada com a predominância de aspectos democráticos na composição do regime político em ascensão. Mas, entre todas as características desse período o aspecto “democrático” é percebido, principalmente, pela abrangência das lutas da classe trabalhadora. De modo que é tido como um período de intensa massificação dos setores populares frente ao Estado. Um exemplo dessa tendência fica expresso na Carta Constitucional de 1946, que para dar continuidade ao processo de desenvolvimento do MPC, incorpora as massas na esfera pública.

[...] O binômio “repressão-reformas” continuaria como o pilar da política estatal em relação aos trabalhadores, mas a dosagem dos elementos seria visivelmente alterada em relação ao Estado Novo, sem, entretanto, chegar a ser invertida. Mantendo-se – como não poderia deixar de ser – determinantes para a vigência da dominação político-social burguesa, os aspectos coercitivos seriam, entretanto, significativamente abrandados na nova configuração bonapartista, ao passo que os aspectos consensuais seriam sensivelmente intensificados (DEMIER, 2012, 445-446).

A partir da década 1950, após de morte de Getúlio Vargas, a legitimidade e funcionalidade do regime para os setores dominantes vai esvaindo paulatinamente. Esse processo ganha outras proporções a partir das mudanças evidenciadas no governo de Juscelino Kubitschek, que através de seu programa de crescimento para o Brasil de expansão de cinquenta anos em cinco, submete o país às tendências do capital financeiro e impulsionou alterações substanciais na classe dominante brasileira.

O processo de internacionalização da economia brasileira, vertiginosamente intensificado sob a presidência de JK, alterou novamente a morfologia da classe dominante brasileira, produzindo a emergência de uma fração burguesa financeira mais intimamente vinculada ao capital estrangeiro. Conformando socialmente um bloco “multinacional e associado”, os setores mais dinâmicos da burguesia brasileira passaram a enxergar no regime vigente um óbice à adequação da economia nacional aos novos e internacionais

padrões monopolistas de acumulação e reprodução do capital. Assumindo abertamente a condição de “sócia menor” do capital estrangeiro – que agora era volumosamente investido na periferia também por meio da implantação nela das estruturas produtivas das chamadas multinacionais – a fração burguesa financeira não estava disposta – e nem via a necessidade de – barganhar com o imperialismo melhores condições para os capitalistas nacionais. Na qualidade de obediente *vassala* do grande capital internacional – qualidade essa que lhe rendia lucros oceânicos – passou a opor-se veementemente ao populismo e sua perigosa e dispendiosa política de massas. Construindo um projeto *hegemônico* a partir da sociedade civil e do próprio aparelho de Estado (sobretudo por meio dos militares), essa nova fração burguesa – que não era senão resultado das próprias contradições do desenvolvimento capitalista proporcionado por três décadas de populismo – lançou-se de cabeça na luta contra o regime *semibonapartista democrático* (DEMIER, 2012, p.460. Grifos do autor).

Ao tornar-se inviável para os interesses supremos da burguesia nesse contexto econômico, o regime “semibonapartista democrático” com a sua autonomização relativa do aparelho do Estado e, sobretudo, com a sua interlocução com as massas, deveria ser suprimido a fim de corresponder estritamente aos interesses do capital. A entrada da década de 1960 é marcada pela deflagração de uma crise econômica no país, a qual foi acompanhada pelas constantes denúncias dos setores subalternizados dos efeitos da aceleração irrestrita do MPC no país. Diante desse quadro, a burguesia demonstrava a sua ânsia de assumir ela mesma a direção do Estado. Tal cenário pode ser observado no efêmero governo de Jânio Quadros e intensificado ao longo do governo de Jango.

[...] o governo de Quadros que, tendo despertado as esperanças da direita, não se livrou da forma populista de governar – foi, portanto, resultado de um momento em que era redesenhada a “crise de hegemonia” no país [...] o caráter ambivalente de seu governo pode ser interpretado como expressão do “impasse com que as classes dirigentes no Brasil se defrontavam, uma vez que o empresariado, fortalecido pela industrialização e articulado pelo setor estrangeiro, reclamava a concentração do poder político, a fim de, resolvendo-se o problema da hegemonia, conter a emergência do movimento operário e enfrentar a crise econômica e social, com outros padrões de acumulação”. De todo modo, o fracasso de Jânio deu à fração financeira o recado de que os caminhos eleitorais seriam, para ela, invariavelmente estéreis. Mesmo se conseguisse sucesso nas urnas contra o trabalhismo e suas variantes, o programa político do bloco “multinacional e associado” seria irrealizável por meio do arranjo institucional vigente. O regime político tinha que ser substituído. E só poderia sê-lo pela força (DEMIER, 2012, p. 461. Grifos do autor).

Os anos subsequentes a renúncia de Quadros foram marcados pela constante investida da burguesia a fim de exercer a direção do aparelho do Estado.

Destaca-se, nesse processo, a tentativa de impedimento da posse Jango, porém sem sucesso, não obstante, outras investidas foram empenhadas no curso de seu governo, as quais acabaram por incidir em sua queda em 1964 com um golpe e a instauração de uma ditadura civil militar no país. Esta reedita um regime político de tipo bonapartista semifascista, contudo com maior incidência de elementos repressivos em detrimento dos elementos consensuais, significando o fim do populismo como prática política no Estado brasileiro. Ao considerar esse momento histórico Demier (2012, p. 463-464 Grifos do autor) faz a seguinte análise:

[...] Abandonado pela direita, Jango, repetindo os passos de seu mestre “Bonaparte” Getúlio, girou seu governo “à esquerda”, em uma última tentativa de salvar o regime. Em seus últimos meses, buscando uma sustentação cada vez maior na mobilização controlada de massas, o *semibonapartismo democrático* atingiu, assim, sua feição mais radical, exacerbando seus traços democráticos. O regime não pôde, entretanto, ir além dos limites do Estado do qual se originara. Não tinha mesmo como ir além. Os limites de classe mostraram-se intransponíveis para as forças políticas que comandavam o *semibonapartismo democrático*. O populismo tinha cumprido, e bem, sua missão histórica. Incapaz agora de manter a participação política dos trabalhadores nos limites exigidos pela ordem burguesa, só lhe restava sair de cena para que outra configuração política assumisse a tarefa de dar continuidade à modernização capitalista do país.

É a partir desse quadro conjuntural político, econômico e social e de particular acirramento da luta entre as classes antagônicas que se suprime o regime republicano democrático através de um golpe civil militar em 1964. Lemos (2014, p. 123) sintetiza três aspectos que, articulados, criaram as condições para a deflagração do referido golpe: o primeiro aspecto se refere à política de colaboração de classes ainda persistente na base política do regime em conjunto com a interrupção do crescimento econômico, bem como as implicações fiscais advindas do processo de expansão e de abertura da economia durante o governo de Juscelino Kubitschek. O conjunto desses elementos obstruiu a base de sustentação do regime vinculado à orientação nacional-reformista. O segundo aspecto reside nas pressões imperialistas, que questionavam a eficácia das tendências nacionalistas e reformistas. O terceiro trata-se do acirramento dos antagonismos pela via dos segmentos da classe trabalhadora organizada, que se expressaram através de grandes mobilizações reivindicatórias, que se constituíram nesse processo, e que traziam à tona pautas históricas como, por exemplo, a pauta da reforma agrária

articulada ao aprofundamento das desigualdades sociais durante o período de aceleração do desenvolvimento do MPC.

O autor também pondera que, alia-se a esse processo, a conjuntura política da América Latina com a Revolução Cubana (1959) e seu viés socialista. É nesse quadro que as proposições contrarrevolucionárias internacionais se elevam e passam a exercer um nível de maior influência em setores que já vinham se aproximando a essa estratégia nas últimas décadas, tal como a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Contudo, a disseminação das perspectivas contrarrevolucionárias no interior das Forças Armadas não ocorreu sem embates, pois segmentos subalternos, como cabos, sargentos e marinheiros, que vinham de um processo de politização, se recusavam a aderir à linha contrarrevolucionária. Esses embates provocaram fissuras de dimensão desigual no aparelho militar e tiveram força suficiente para abalar as bases do Estado brasileiro, instaurando uma instabilidade generalizada, que foi extremamente funcional para o desfecho do golpe.

Todos esses elementos supracitados reforçaram a crise do regime político que já vinha sendo gestada desde a incidência da “crise de representação²⁴” que marcou as eleições de 1960, em que Jânio Quadros fez uma campanha pautada em temas apolíticos, como a corrupção e se apresentou como um candidato acima dos partidos. A crise de representação persistiu durante o governo que, pós-renúncia de Jânio, passou a Goulart a tarefa de ter que lidar com a instabilidade que só aumentava.

Lemos (2014, p. 125-6) enfatiza que, o ápice da crise do regime se evidenciou durante as campanhas pelas Reformas de Base defendida por Goulart, as quais incorporaram as prerrogativas da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), da Ação Democrática Parlamentar (ADP) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Em síntese, as Reformas de Bases propunham mudanças na estrutura fundiária, com a necessidade de uma reforma agrária, alteração do sistema político, etc., isto é, requisitavam profundas reformas constitucionais.

²⁴É este tipo de situação que Gramsci caracteriza como traço fundamental da crise orgânica do regime, a “crise de representação”, isto é, momentos em que grupos sociais se afastam de seus partidos tradicionais, que [...] já não são reconhecidos como expressão própria de sua classe ou de uma fração dela. Quando estas crises se manifestam, a situação imediata se torna delicada e perigosa, porque o terreno é propício para soluções de força, para a atividade de obscuras potências representadas por homens providenciais ou carismáticos (Gramsci, 1972, p. 62 *apud* LEMOS, 2014, p. 125).

Portanto, a conjunção desses elementos supracitados levou segmentos dominantes a considerarem que a forma de dominação em vigor, naquele período, já não era mais conveniente aos seus interesses, pois a ativação popular nas ruas, nos campos e no Parlamento colocavam em questão o limite de restrição constitutivo do regime político democrático e que era tolerado por esses segmentos. É diante desse cenário que as classes dominantes buscaram alternativas estratégicas, requisitando outro tipo de democracia, do tipo forte e elitista, isto é, afinado aos interesses do capital multinacional e associado.

A saída para o golpe em 1964 foi articulada por forças políticas de diversas naturezas²⁵ e tinha como objetivo a criação das condições que permitissem o reordenamento da forma de dominação no país. Assim,

[...]cruzaram-se elementos de crise estrutural com outros de crise política imediata e a resultante foi a ruptura violenta da forma de dominação de classe, seguida da abertura de condições para a sua substituição por outra, mais concorde com a real correlação de forças ideológicas, políticas e militares (LEMOS 2014, p. 126).

Este processo configurou mais uma mudança “pelo alto”, na experiência política brasileira, mediante os princípios da “contrarrevolução preventiva”. A tendência contrarrevolucionária vinha em uma linha ascendente desde a Revolução Russa de 1917, pois esta demonstrava a potência que os antagonismos, inerentes à ordem do capital, poderiam alcançar em situações de acirramento. Deste modo, nos marcos da ascensão das forças socialistas, a programática contrarrevolucionária atuou para o enfraquecimento das forças antagônicas exercidas pela classe trabalhadora, com o objetivo central de preservar os privilégios do capital. No Brasil, essa tendência tem um caráter estrutural, tal como elucidado nos processos políticos mencionados anteriormente, contudo as exacerbações da crise que levou ao golpe de 1964 amplificam a estratégia contrarrevolucionária no país.

[...] Nas condições de crise da primeira metade da década de 1960, as tarefas da contrarrevolução assumiram caráter de urgência. O acirramento das contradições sociais, a crescente força do mo-

²⁵[...]todas integrantes da frente golpista que se formou contra Goulart: facções militares de variado matiz ideológico, postulantes civis à Presidência da República nas eleições previstas para 1965, entidades anticomunistas ou apenas tradicionalistas da sociedade civil, políticos udenistas historicamente frustrados em suas ambições de poder, tecnocratas e tecnoempresários (Dreifuss, 1981) carentes de acesso aos mecanismos decisórios estatais, setores das camadas médias exasperados com a inflação e o desemprego etc (LEMOS, 2014, p. 126).

vimento de massas e a crise de representação política das classes dominantes se combinaram com a agenda da contrarrevolução internacional, pautada pela Guerra Fria, para determinar uma solução violenta dos impasses vividos pelo regime democrático da Constituição de 1946, sob duplo ataque, vindo de setores capitalistas emergentes e do movimento sindical dos trabalhadores. Dreifuss (1981, p. 125) identificou esse quadro como um 'ataque bifrontal' ao populismo (LEMOS, 2014, p. 128).

O golpe 1964 produz um reordenamento da forma de dominação política, que se expressou por meio de um regime ditatorial pautado na programática contrarrevolucionária. Entre os principais aspectos que forjaram esse regime e que aliam a sua natureza contrarrevolucionária está sua vinculação com o capital multinacional e associado; a hipertrofia do aparato repressivo policial-militar no bojo do poder Executivo, proporcionada pela autonomização do Estado no que se refere aos interesses particulares das frações da burguesia; bem como a aspiração de legitimidade pautada pelo antipopulismo e anticomunismo, que posteriormente, agregou-se ao projeto modernizante-conservador inclinado a um regime democrático restrito.

O regime contrarrevolucionário, que emergiu do golpe, combinou formas terroristas e democráticas, as mesmas se expressaram conforme a correlação entre as forças sociais tanto no plano internacional quanto no nacional, destaca Lemos (2014, p. 129), e foram aplicadas a fim de estabelecer uma forma de dominação política funcional aos interesses do capital multinacional e associado. A recuperação do crescimento econômico e o cerceamento da ativação popular, que se ampliava desde o início da década de 1960, configuram o objetivo primário do regime que se forjava. Posto isto, no próximo item, apresentaremos os principais elementos que constituíram o regime político que resultou do golpe, suas tendências bem como o processo que correspondeu à sua autoreforma, que se caracterizou por ser mais uma transição pelo alto.

2.2. DITADURA CIVIL MILITAR: SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES

Neste item, abordaremos o período que abrange a imposição do regime ditatorial, resultante do golpe civil militar de 1964. Tal regime político se expressa por ser uma ditadura bonapartista, a qual conferiu uma "autonomia relativa do Estado" em face as classes antagônicas, nessa configuração de regime foi o aparato militar

representado pelas Forças Armadas que esteve na direção da ditadura civil militar. Esse momento foi marcado pela significativa hipertrofia do aparato coercitivo do Estado, o qual se ocupou em cercear a organização da classe trabalhadora para garantir a intensificação da *modernização conservadora*²⁶ e elevar o processo de desenvolvimento do MPC no Brasil.

Cabe salientar que, além da complexidade e amplitude das contradições que colocavam em questão elementos da base arcaica do Estado brasileiro na década de 1960 e que deflagraram o golpe civil militar. Somou-se a esse processo, como vimos anteriormente, a conjuntura latino-americana (Revolução Cubana, 1959) e internacional (Guerra Fria). De modo que, a Ditadura Civil Militar (1964-1985) se apresenta como uma resposta autocrática da burguesia nacional e internacional sob a direção do setor militar com o “pretexto de purificar a democracia brasileira de seus elementos subversivos” Santos (2012, p. 85).

[...] o golpe põe de manifesto: 1) o exército se afirma, definitivamente, como arbítrio nacional intervindo, mais uma vez, nas disputas políticas em torno do Estado; 2) à diferença das outras vezes em que interviu, desta feita os militares pareciam unidos contra o populismo e dispostos a exercer, eles mesmos, o poder. Prova disso foi a sua atitude nos embates com o Congresso logo nos dias que seguiram ao golpe, exigindo uma legislação que possibilitasse ao executivo um ‘limpeza ideológica’ no país, através da cassação de mandatos e demissão de funcionários públicos. Mediante a recusa do Congresso, foi publicado o primeiro Ato Institucional (AI) (SANTOS, 2012, p.86).

A forma terrorista perpassou todo o regime ditatorial, mas atuou em uma linha crescente em sua primeira década, com o objetivo central de deteriorar o movimento de massas, o populismo, o comunismo e o nacionalismo em seus vários matizes Lemos (2014, p. 130). A publicação de Atos Institucionais que comportavam as mudanças proferidas pelos dirigentes do regime em ascensão torna-se uma ação recorrente ao longo desse período. Contudo, observam-se alguns picos das tendências que atravessaram o regime ditatorial. Ao analisar as fases e tendências que vigoraram nesse período Alves (1985, p. 185) faz a seguinte sistematização:

²⁶[...] Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira (COUTINHO, 1992, p.134).

A primeira fase, abrangendo os governos Castelo Branco e Costa e Silva, lançou as bases do Estado de Segurança Nacional, corporificado na Constituição autoritária de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o Aparato Repressivo, ampliando o quadro legal da repressão e, na prática, a engrenagem de coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores do Estado concentraram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo. (ALVES, 1985, p. 185).

O primeiro momento da ditadura se caracterizou pela execução de ações que pudessem “neutralizar as forças que lhe eram hostis”, Paulo Netto (2014, p. 35-6) a “segurança nacional” foi o pano de fundo dessas ações, que podem ser caracterizadas, por exemplo, na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que coube “investigar” os ditos “atos subversivos” designados pelo regime. Nesse cenário, o movimento operário e camponês, as lideranças democráticas mais comprometidas com as frações populares e de esquerda, dentro e fora do aparelho estatal, sofreram de imediato as consequências do aparato repressivo erguido pelo regime. Além dos atos repressivos direcionados aos setores populares, os dirigentes do regime buscaram manter o consenso ativo entre seus parceiros, justificaram suas medidas no campo político como parte de um período excepcional e se comprometeram a manter o andamento formal da vida legislativa, bem como a sustentação do calendário eleitoral.

Paulo Netto (2014, p. 110-111) destaca que, ao final da década de 1960 forjaram-se forças anti-ditatoriais em uma Frente Ampla, que demonstraram que as bases de possível legitimação política do regime ditatorial estavam ruindo e, sobretudo, que estava em andamento um processo de rearticulação da oposição. Posto isso, o governo Costa e Silva providenciou ilegalizar o movimento que tentava se consolidar.

A partir de 1967 multiplicaram setores revolucionários e anti-ditatoriais, contudo, todas as formas de oposição e contestação ao regime em ascensão foram incisivamente reprimidas pelo aparelho coercitivo do Estado bem como por organizações criminosas da direita paramilitar, as quais fizeram milhares de vítimas, através de perseguições, assassinatos, torturas, sequestros, ocultamento de cadáveres, cerceamento da liberdade, entre outras ações. Em suma, a promoção do terrorismo estatal evidenciou a face notoriamente *fascista* do regime.

A edição e imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5)²⁷ configurou a legalização do terror no contexto brasileiro. O recurso dos atos institucionais foi frequentemente utilizado nesse período e, neles, a feição do Estado terrorista assumia contornos cada vez mais nítidos, sendo o Ato nº. 5 a corporificação máxima desta feição. O novo estágio do regime ditatorial ficou conhecido como os *anos de chumbo* da ditadura civil militar brasileira, em que foi erguido todo um sistema repressivo *hipertrofiado e autonomizado* que e operou deliberadamente entre 1969 e 1976 Paulo Netto (2014, p.136).

No âmbito econômico, com objetivo de retomar o crescimento econômico, a política adotada pelo regime ditatorial promoveu uma contenção do fluxo monetário através do arrocho salarial e creditício, aumentou os estímulos para a vinda de capital externo por meio de empréstimo e de investimento e criou fontes de potencialização da centralização de capitais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)²⁸.

Neste contexto se observa a ascensão do efêmero “milagre econômico”, fenômeno que fez do Brasil uma das dez maiores economias mundiais naquele período, com taxas de crescimento entre 11% e 14% ao ano. De modo que, o *Estado de segurança nacional* pôde encaminhar sua tarefa primordial de proporcionar as condições para o avanço do MPC através do processo que foi designado por *modernização conservadora*.

[...] Construiu-se um “modelo econômico” como o forte investimento do Estado em setores não lucrativos ou de baixa lucratividade inicial, mas imprescindíveis ao crescimento (energia, estradas, siderurgia, telecomunicações) e garantidores de alta lucratividade para o grande

²⁷ Ao sintetizar o AI-5 Alves (1985, p. 131. Grifos da autora) faz a seguinte elaboração: Os poderes atribuídos ao executivo pelo Ato Institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

²⁸ Este, por sinal, também servia à política contrarrevolucionária retirando aos trabalhadores a garantia da estabilidade no emprego, o que favorecia a rotatividade da mão de obra e enfraquecia os sindicatos (LEMOS, 2014, p. 131).

capital, assim como a maior abertura possível do país ao capital estrangeiro (com a inevitável *desnacionalização* da economia) Um tal “modelo” implicava instrumentos de financiamento e de poupança interna eficientes e processos de concentração de renda muito significativos, uma vez que contemplava a criação de um mercado interno dirigido fundamentalmente para os estratos sociais mais altos (a grande burguesia, seus executivos e quadros gerenciais, camadas urbanas altas e segmentos das camadas médias); no caso de um país cuja população se aproximava dos 100 milhões de habitantes, um mercado interno que cobrisse em torno de 15-20% da população já era algo adequado aos limites desse “modelo” – afinal, um contingente de quase 20 milhões de consumidores, para a época, era mais que suficiente para os objetivos do *Estado de segurança nacional* (PAULO NETTO, 2014, p. 148. Grifos do autor).

O fenômeno do “milagre econômico” na primeira década do regime ditatorial é expressão concreta da consolidação do objetivo primário que forjou essa forma de dominação, ou seja, a recuperação do crescimento econômico a partir da adesão a uma política econômica que intensificou a relação do Brasil na dinâmica do capitalismo monopolista/imperialista e o cerceamento da ativação popular via hipertrofia do aparato repressivo e coercitivo.

De acordo com Lemos (2014, 132), com o alcance desses objetivos, se abriu uma nova fase no interior do regime ditatorial a partir de 1973, pois após a retomada do crescimento econômico e a contenção das forças opositoras, os setores dos grupos dirigentes começaram a cogitar uma readequação dos meios de dominação, a fim de alcançar uma configuração compatível com os interesses da burguesia multinacional associada, isto é, um regime democrático restrito. Esta recomposição não pretendia romper com o aparato repressivo, mas objetivava tecer uma combinação que fosse progressivamente reduzindo os expedientes repressivos. Aliaram-se a esse processo elementos da conjuntura internacional que pressionaram por mudanças nos métodos de dominação que vigoravam, a exemplo, as experiências de colapso das ditaduras portuguesa, espanhola e grega, entre outros fatores vinculados a Guerra do Vietnam e que provocavam mudanças nos termos da Guerra Fria. Assim,

Um projeto de transição para um regime democrático, objeto de discussão entre políticos e intelectuais desde 1972 e anunciado pelo general Ernesto Geisel (1974-1979) quando de sua posse, foi posto em andamento, sob a iniciativa e o controle dos grupos dirigentes, que impunham a agenda e o ritmo do processo. O objetivo estratégico desta subfase foi a formação, no cenário nacional, de um centro político conservador que desse suporte e legitimidade à nova forma de dominação que se pretendia construir. Para isso, foram tomadas medidas de interesse das frações liberais democráticas da

oposição: reconhecimento da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974, suspensão progressiva da censura etc. A reivindicação de anistia política, até então apenas tolerada pelos governos do regime enquanto postulação individual, finalmente se transformou no Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975. Ainda na esteira da liberalização, ressurgiu o movimento estudantil em vários pontos do país, defendendo, no plano político, desde melhores condições carcerárias para os presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional até a convocação de uma assembleia nacional constituinte (LEMOS, 2014, p. 132-3).

O esgotamento do efêmero “milagre econômico²⁹” demarca a progressiva erosão do regime ditatorial, isto é, o avanço do projeto de “distensão”. No que se refere a este esgotamento, destacam-se, os impactos deflagrados pela crise do petróleo no curso da década de 1970. Esse processo é marcado pelo fracasso da política econômica desenvolvida no curso da ditadura civil militar, o qual é evidenciado ao longo do governo de Geisel entre 1974-1979 e estendido no governo de Figueiredo 1979-1984, os quais tiveram que lidar com os efeitos nocivos da profunda crise econômica desencadeada no país.

Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Era necessário encontrar uma nova base de legitimidade, estreitamente vinculada a instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir a obtenção do apoio clientelístico. A teoria da “distensão” pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-a a níveis mais elevados mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição. Desse modo, a ação do Estado, especialmente no primeiro período do governo Geisel, destinava-se a dismantelar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção legal, simbolizados o Ato Institucional nº 5. Além disso, dar-se-ia especial atenção ao sistema eleitoral, a fim de obter suficiente flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e ainda assim garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo (ALVES, 1985, p. 185).

Assim, a proposta de “distensão” encaminhada por Geisel se apresenta como forma concreta de institucionalização das alterações condicionadas na

²⁹[...] a superexploração da massa trabalhadora se manteve e se acentuou após 1968 – no período do “milagre”, agravou-se ainda mais a exploração predatória da força de trabalho: para comprar a ração alimentar mínima, o trabalhador que recebia salário mínimo deveria laborar, em 1967, 105 horas e 16 minutos; em 1968, 101 horas e 35 minutos; em 1969, 110 e 23 minutos; em 1970, 105 horas e 13 minutos; em 1971, 111 horas e 47 minutos; em 1972, 119 horas e 8 minutos; em 1973, 147 horas e 4 minutos; em 1974, 163 horas e 32 minutos (PAULO NETTO, 2014, p. 146).

superestrutura brasileira a partir do golpe civil militar. Posto isto, a partir daqui abordaremos as correlações das forças antagônicas que se manifestaram nesse processo bem como as tendências políticas que se expressaram no mesmo, a fim de apreendermos os fatos que corresponderam à *abertura lenta e gradual do regime ditatorial*.

Os anos de 1974 e 1979 corresponderam ao período em que [...] reduz-se fortemente a legitimação do terrorismo de Estado com o adensamento da resistência democrática, aparecem tensões e fraturas no bloco de apoio ao regime e registra-se reinserção da classe operária na cena política Paulo Netto (2014, p. 177). Como pontuamos acima, o projeto de “distensão” encaminhado pelo governo Geisel objetivava “institucionalizar” a ditadura nos moldes de uma “democracia forte”, a partir da integração de algumas bandeiras da resistência democrática. Ao propor esse projeto, Geisel partiu do pressuposto que, para a manutenção do *Estado de segurança nacional*, era necessário fazer mudanças específicas no aparato repressivo/coercitivo do regime, bem como alterações no campo da política visando um “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático” Paulo Netto (2014, p. 179). Ou seja, seria através do controle da máquina repressiva – mas, não a sua extinção – em articulação à incorporação de medidas de viés democrático que poderia haver uma institucionalização do regime ditatorial.

As eleições legislativas de 1974 foram apreendidas pelo governo Geisel como uma primeira oportunidade de incorporação de elementos democráticos, que ficaram visíveis no decorrer desse pleito. Isso se deu, pois o governo compreendeu que o cenário político era propício para tais alterações e estas seriam favoráveis para a manutenção do *Estado de segurança nacional*.

[...]a eleição de 1974 configurou a primeira grande derrota do regime ditatorial: ela se revestiu de um caráter plebiscitário (votar na ARENA era votar a favor da ditadura, votar no MDB era votar contra a ditadura) [...] – o medo estava sendo superado. Enfim, *resultou das urnas, em novembro de 1974, uma ampliação institucional muito importante*: no Congresso Nacional, a ARENA perdeu a maioria de dois terços, que permitiria ao Executivo reformar a Constituição vigente a seu bel-prazer; agora, a oposição poderia bloquear projetos de alteração da ordem político-jurídica. (PAULO NETTO, 2014, p. 180).

Essas alterações na correlação entre essas forças opostas não ocorreram sem uma resposta de Geisel que, para manter o seu projeto de “distensão” gradual, não hesitou em utilizar os expedientes de arbítrio do regime para conter as

mudanças no ritmo nas disputas políticas expressas pelas eleições de 1974 e que recairiam diretamente no domínio civil/militar, bem como no seu objetivo de institucionalização da ditadura.

[...] a repressão à “subversão” não tinha em Geisel um adversário; ela constituía mesmo um requisito para o seu projeto de distensão – aniquilar os grupos e partidos que punham radicalmente em questão o regime era uma condição para a nova “institucionalidade” que ele pretendia erguer, na direção de uma “democracia forte” [...] a sua distensão supunha um aparelho repressivo limitado, disciplinado, subordinado ao poder central, prestando inteira conta da sua atividade e, sobretudo, que não funcionasse como único e/ ou principal suporte do regime (PAULO NETTO, 2014, p.181).

Contudo, o projeto de *distensão* também teve que lidar com obstáculos internos ao regime, que podem ser verificados pela atuação *autonomizada* da máquina repressiva, a qual poderia travar o projeto de *distensão* do governo Geisel. Um exemplo desse risco foi o brutal assassinato do jornalista Vladimir Herzog, que teve repercussão nacional e internacional e foi acompanhado por uma série de ações voltadas para a defesa dos direitos humanos e denúncia das atrocidades realizadas pelos agentes do regime, exigindo o fim da ditadura civil/militar.

Outro elemento, extremamente significativo, que impactou a execução do projeto distensionista foi o avanço da crise do capital no decorrer da década de 1970 marcada por acontecimentos como a quebra do “padrão ouro” e os impactos da crise do petróleo, é neste cenário que se instaura um período de recessão generalizada ao capital em escala mundial. Esse momento corresponde o fim dos “anos dourados” do capital e a queda constante da taxa média de lucro impulsionada pela superprodução. Ao analisar esse período, Mandel considera que a *onda longa de crescimento econômico* que vigorou no pós-segunda Guerra Mundial cedeu espaço para *uma onda longa de recessão* a partir da década de 1970. No contexto brasileiro, os impactos deste processo de recessão significaram o fim do “milagre econômico” e trouxeram à tona às contradições colocadas pela política econômica desenvolvida ao longo do regime ditatorial.

Diante desse quadro de recessão do capital, na perspectiva de dar andamento ao projeto de “distensão”, o governo Geisel propôs uma estratégia desenvolvimentista para retomada de crescimento econômico, tal estratégia é

expressa pelo II Plano de Desenvolvimento/ II PND (1975-1979)³⁰. As alterações proporcionadas pelo II PND garantiram a contenção dos reflexos diretos da crise do capital na realidade brasileira, ou seja, o plano evitou que a crise do “milagre” redundasse em uma estagnação, ou hipótese pior ainda, numa recessão Paulo Netto (2014, p.192). Assim, o governo Geisel seguia com seu projeto distensionista, controlando a máquina repressiva do regime ditatorial e contendo os impactos da crise do capital.

É importante salientarmos como o projeto de distensão atuou no que tange a sua segunda linha de intervenção, ou seja, no âmbito político. Nessa direção, Paulo Netto (2014, p. 192) ao abordar ao projeto distensionista faz a seguinte análise:

Analisada em sua substancialidade, a proposta geiselista da “lenta, gradativa e segura distensão” tinha por objetivo realizar uma *autorreformado regime ditatorial*. Pretendia estabelecer um marco institucional que ativasse a vida política com a abertura de espaços que legitimassem o Estado ditatorial, com as restrições necessárias à preservação da essência do regime – ou seja: impedindo a livre organização das forças democráticas e a sua participação nos núcleo decisórios do Estado. O *Estado de segurança nacional*, compelido pela resistência democrática a buscar uma legitimação que a pura repressão não podia lhe oferecer, queria encontra-la mediante dispositivos que incorporassem seletivamente algumas demandas da oposição (PAULO NETTO, 2014, p. 192-3. Grifos do autor).

A primeira ação – porém não muito exitosa para os interesses do regime – na direção de uma *autorreforma* – se deu na organização das eleições legislativas de 1974, como vimos anteriormente. Contudo, no decorrer do governo Geisel, as ações na perspectiva de institucionalização da ditadura são reforçadas, mesmo que a contra gosto de determinadas frações da burguesia. Como apontamos, Geisel considerava que, para a manutenção do *Estado de segurança nacional*, era imprescindível encaminhar mudanças paulatinas na estrutura erguida pelo regime ditatorial.

³⁰ De modo geral, o plano previa o reforço da ação do Estado na criação das condições para a retomada do crescimento do capital a partir do fortalecimento na produção de insumos através das empresas estatais a quais poderiam, por intermédio do Estado, captar financiamento externo; previa também o reforço na produção de bens do capital e maior inserção do país na divisão internacional do trabalho. Ou seja, o plano aprofundava a relação de dependência econômica do país em relação ao capital financeiro imperialista, expandindo a criação de articulações econômicas, para além da relação com EUA Paulo Netto (2014, p.188).

[...] Geisel era franco, não pretendia enganar ninguém: ele, que já aventara a ideia de uma “democracia *relativa*”, anunciava a construção de uma “democracia *forte*” – de fato, arremedo de democracia política. E a condição da autorreforma do regime (ou, como muitos analistas a caracterizaram, da sua “institucionalização”) era que o centro do poder, o Executivo, não cedesse na sua condução nem vacilasse em utilizar os mecanismos de coerção existentes (ou outros) para travar qualquer pretensão de ser promovida pelo próprio regime: consistia mesmo numa *autorreforma* não devia passar disto (PAULO NETTO, 2014, p. 193).

Nesse quadro, o processo de distensão foi incorporando medidas que atendiam à algumas exigências da oposição democrática, Geisel colocou-se à disposição do “diálogo”, mas ao mesmo tempo sustentou, de forma controlada, a máquina repressiva que atuaria sob o seu aval a fim de manter a *lenta e gradual distensão do regime ditatorial*. Assim, [...] a cada passo no sentido de incorporar uma demanda da oposição democrática, o regime enfatizava o seu comando Paulo Netto (2014, p. 193).

É a partir desse cenário que Geisel se depara com entraves significativos para o andamento de seu projeto distensionista, pois com a ampliação dos quadros da oposição no Congresso Nacional não era possível garantir o controle deste pelo Executivo. Uma expressão concreta da dificuldade encontrada por Geisel foi à rejeição, pelo parlamento, da Emenda Constitucional que reformava o Judiciário. Diante desse quadro, Geisel não hesitou em fechar o Congresso Nacional e passou a governar por decreto, tal como previsto pelo AI-5. Contudo, o fechamento do Congresso Nacional não durou muito tempo, apenas o suficiente para por em andamento um pacote de reformas funcionais para o processo distensionista e institucionalização da ditadura, medidas que compuseram o “pacote de abril”³¹.

O caráter imperativo das reformas em curso não passou sem questionamento por parte da oposição e sua base social, que denunciavam o arbítrio que configurou o “pacote de abril”. É no bojo desses processos que, ao final da década de 1970, *um novo proletariado*³² forjado pelo próprio aprimoramento das forças produtivas

³¹ [...] composto pelas Emendas Constitucionais n. 7 e 8, de 13 e 14 de abril: a primeira reproduzindo o texto sobre a reforma do Judiciário que não passara no Congresso, a segunda alterando profundamente a legislação eleitoral, precisamente para travar as tendências que apontavam para o crescimento da oposição no plano institucional (PAULO NETTO, 2014, p. 197). Com essas alterações, Geisel impulsionava o andamento de seu projeto de “distensão”, disposto a neutralizar toda forma que pudesse frear a autorreforma do regime ditatorial, tendo em vista o ritmo das disputas entre as forças políticas em torno dos períodos eleitorais.

³² [...] este segmento operário (situado especialmente nos setores metalomecânico e petroleiro-petroquímico) dava provas de uma combatividade que o regime desconhecia. . Em geral com um

desenvolvidas pelo regime ditatorial se posiciona contra a política salarial da ditadura. As primeiras ações situaram-se no ABC paulista, mas logo se disseminaram para outras regiões do país, aglomerando outras categorias profissionais como professores, bancários, médicos, advogados, técnicos etc³³.

Nessa altura, as mudanças não eram evidenciadas apenas no bojo dos setores da classe trabalhadora, que retornou ao cenário político. Nesse processo, há também um deslocamento de setores empresariais bem como de sujeitos que não só participaram do golpe como do processo de sustentação do regime que passam a constituir a frente oposicionista na defesa da democracia. Essas mudanças apontam para uma erosão da base social do regime ditatorial

A partir dessas alterações na dinâmica da sociedade civil e no bojo do próprio regime, Geisel, antes do findar de seu mandato, encaminhou a consolidação da “institucionalização” de seu projeto de distensão expressa por um “pacote de reformas” que incorporou algumas demandas da sociedade civil³⁴. O “pacote de reformas” demonstrou nitidamente a estratégia de autorreforma do regime, porém

bom nível de formação técnica e uma instrução formal que ia muito além do perfil do operariado dos anos 1950 e 1960, estava desenvolvendo uma aguda consciência corporativa e se articulava num movimento sindical que se dispunha a enfrentar a política salarial e trabalhista da ditadura. Inserido em grandes empresas (sobretudo transnacionais e estatais), organizava-se a partir dos locais de trabalho e tinha uma pauta reivindicatória bem determinada, centrada nas condições de trabalho e nas demandas políticas relacionadas a elas (PAULO NETTO, 2014, p. 200).

³³ [...] A mobilização desse novo proletariado tinha raízes num longo e silencioso trabalho levado a cabo no interior das unidades de produção por militantes de esquerda; agora, desenvolvendo-se especialmente a partir da campanha pela reposição salarial, ganhou força com a greve dos operários da Saab-Scania (em São Bernardo), em maio de 1978, que logo se estendeu pelo cinturão industrial de São Paulo e em seguida a outras cidades do estado, configurando um inédito movimento grevista desde o 1º de abril de 1964 – entre 12 de maio e 13 de julho, em cidades paulistas, 250 mil trabalhadores, de 213 fábricas cruzaram os braços. A emersão desse proletariado na cena política arrastou mais setores assalariados para a luta: entraram em greve outros segmentos operários (químicos, têxteis, portuários) e trabalhadores – bancários, médicos e paramédicos e professores (primários, secundários e universitários) no estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Brasília (PAULO NETTO, 2014, p. 201).

³⁴ As pressões exercidas por grupos de elite no terreno da política formal obrigaram o Estado a encetar diálogo com figuras de destaque da oposição organizada. O governo do General Ernesto Geisel iniciou, em 1978, um série de encontros com os líderes do MDB, da OAB, da ABI e com representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Procurava-se, nesses encontros, identificar as questões mais prementes. O pacote de reformas deles resultante, preparado pelo governo e introduzindo sob a forma da Emenda Constitucional nº 11, continha aperfeiçoamentos significativos. 1. Regou-se o Artigo 182 da Constituição de 1969, o que significava a eliminação do Ato Institucional nº 5 e de todos os atos complementares e leis a ele apensos. Ficavam assim restaurados os direitos legais mais fundamentais: direito de *habeas corpus* para os crimes políticos e direito de não ser preso sem acusação ou mandado. Restabeleciam-se também as três garantias essenciais da independência judiciária: as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. 2. Eliminaram-se alguns dos poderes extraordinários do Executivo sobre o Legislativo. O Executivo perdeu o poder de decretar o recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais, assim como o de cassar mandatos eleitorais por decreto, sem direito de defesa ou recurso (ALVES, 1985, p. 217-8).

não extinguiu os elementos de arbítrio que foram mantidos em formato de “salvaguardas”.

Os poderes de “estado de emergência” incluídos no pacote de reformas reproduziam muitos dos que constavam dos recém-revogados atos institucionais, e redundaram em autorização para “operações-limpeza” setoriais e limitadas no tempo, visando a repressão da dissensão e da oposição. As “salvaguardas”, na tese do governo eram necessárias para defender o Estado de Segurança Nacional de ameaças à sua segurança. Desse modo, o pacote de reformas ainda refletia a Doutrina de Segurança Nacional [...] De qualquer modo, o pacote de reformas e o fim do Ato Institucional nº5 seriam decisivos para a liberalização negociada e abririam o espaço político, permitindo a formação de vínculos entre a política formal e a política de bases. Tratava-se assim, para ambos os lados, de uma vitória parcial e negociada em que ambos cederam pontos (ALVES, 1985, p. 219).

Estes fatos demonstram o avanço e consolidação do projeto de “distensão” encampado ao longo do governo Geisel, a autorreforma do regime ditatorial significou, em certa medida, um ganho para o avanço as forças democráticas, mas como vimos, não feria a essência do regime – se o fizesse, não seria a sua autorreforma Paulo Netto (2014, p. 206). A aprovação da Emenda Constitucional n. 13 foi enfaticamente questionada pela oposição democrática, que se posicionou contra a manobra de autorreforma do regime e a funcionalidade das “salvaguardas” prevista pelo “pacote de reformas”.

Para o regime, o conteúdo do “pacote de reformas” era *muito* – mais exatamente, era o máximo que poderia oferecer enquanto tal; se fosse mais além do que nele se consignava, haveria de descaracterizar-se. Para a oposição democrática, aquele conteúdo era *pouco* – mais precisamente, não passava de uma reciclagem a que o regime se viu compelido a realizar, mudando para conservar a sua essência ditatorial. Mas nem um nem outra tinha condições, naquele momento, para alterar a correlação de forças no interior da qual ambos se moviam (PAULO NETTO, 2014, p. 207).

Com a posse do general João Batista de Oliveira Figueiredo, em março de 1979, mantém-se o aprofundamento da crise econômica resultante do esgotamento do “milagre econômico”, ao passo que avança o questionamento do regime, bem como de sua *autorreforma* e observa-se a intensificação na correlação das forças opostas a este. Nesse processo, destaca-se o protagonismo do movimento dos trabalhadores que, na entrada da década 1980, alcança um grau de organização extremamente significativo e adquire uma legitimidade capaz de incidir no projeto de

autorreforma da ditadura, objetivando a instauração de um processo de democratização no país.

Indubitavelmente, a conjuntura mundial na entrada dos anos de 1980 inviabilizou a contenção da crise econômica no Brasil. Paulo Netto (2014, p. 213) pondera que, isso se deve pela recessão econômica deflagrada pelo “segundo choque do petróleo” que impactou profundamente os países de capitalismo central. O autor ainda enfatiza que, a fim de conter/reverter os efeitos da crise, as fontes que financiaram a modernização conservadora brasileira, optaram por taxar o país com um aumento dos juros que configurou uma elevação da dívida externa, que saltou de 49,9 bilhões de dólares (1979) para 91 bilhões de dólares (1984).

Nessa contextura, é notório o quanto o “modelo econômico” desenvolvido pelo regime ditatorial foi nocivo ao desenvolver uma política econômica que reforçava o aspecto de dependência do país e o tornou refém das alterações do capital financeiro e imperialista. Como resultado desse processo observa-se um aumento abissal da inflação com saltos incontroláveis em que se nota um percentual de 91,2% em 1981 chegando a 217,9% em 1985. Em 1981 o crescimento econômico do país expresso pelo PIB chegou a -4,30%.

Este cenário de recessão econômica incide diretamente sobre a massa da população brasileira, marcado pela constante queda da renda *per capita*, a qual entre 1979 e 1984 caiu em 25%; os salários também sofreram ajustes entre 1982 e 1985 e caíram 20%, o desemprego também aumentou e alcançou uma taxa de 7,5%. O arrocho salarial foi marcante durante esse período, bem como uma significativa diminuição de postos de empregos. Isso correspondeu a ampliação do subemprego. Diante de quadro de recessão, houve um crescimento abissal da pobreza, chegou a 48,39% em 1984 e a extrema pobreza que alcançou 23,70 milhões de brasileiros extremamente pobres em 1985.

No marco do avanço da crise econômica, as frações da burguesia brasileira não sentiram os impactos desse período de recessão, pois seu patrimônio permaneceu estável e a concentração da renda continuou crescendo. De acordo com índice de Gini, saltou de 0,592 em 1980, para, 0,660, em 1985 Paulo Netto (2014, p. 296). Assim, [...] mesmo no marco de uma recessão tão formidável quanto a que se manifestou no primeiro terço dos anos 1980, *a concentração da renda e da propriedade permaneceu operando com força* Paulo Netto, (2014, p. 215-6). Diante de quadro extremamente adverso [...] estavam dadas condições para rupturas e

dilaceramentos nos suportes sociais e políticos da ditadura e para que as lutas de classes ganhassem uma nova dinâmica Paulo Netto (2014, P. 216).

O governo de Figueiredo é marcado pela intensificação da *autorreforma* do regime ditatorial, ao passo que, as alterações de viés “aberturistas” na estrutura do regime, se expandem a partir de uma nítida política de liberalização. Entre as diversas medidas de liberalização, destacam-se o fim da censura da imprensa; a promulgação Lei da *Anistia*³⁵ e aprovação de uma Lei Orgânica dos Partidos Políticos³⁶, que institui o fim do bipartidarismo.

A supressão do bipartidarismo também foi funcional para o fracionamento da oposição, ou seja, o enfraquecimento da unidade que vinha sendo aglutinada no MDB. Contudo, um elemento fugiu das prospecções da transição comandada, que foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) como um reflexo da ampliação da organização da classe trabalhadora no final da década 1970. Todavia, esse imprevisto que configurou a formação do PT também contribuiu, indiretamente, com os objetivos da transição, pois [...] à medida que canalizou partidariamente correntes políticas que não encontravam espaço nos demais projetos partidários e pareciam destinadas ao lugar – confortável, para as classes dominantes – de minoria eleitoral Lemos (2014, p. 134).

Contudo, para significativa parcela da direita civil militar, as mudanças advindas do processo de autorreforma do regime não foram recebidas com bons olhos. Esta se mostrou contrariada com as primeiras ações de liberalização, ainda na década 1970, e executaram ações criminosas em respostas ao processo de

³⁵[...]Resultado da pressão democrática, ela esteve longe de ser “ampla, geral e irrestrita”, como a oposição demandava; inúmeras foram as suas limitações – por exemplo, não se estendeu àqueles a que a ditadura atribuía “crimes de sangue” e não admitiu que militares expurgados reassumissem seus postos e suas funções. *Mas a sua grande e fundamental limitação consistiu em cobrir com o mesmo “manto do esquecimento” os atos que lutaram contra a ditadura (que foram punidos duramente, sem qualquer proteção de um Estado de Direito) e os atos daqueles que a serviram nos aparelhos repressivos: os agentes públicos, civis e militares, que conduziram o terrorismo de Estado (seviciando, torturando, assassinando/“desaparecendo” os opositores) também foram anistiados, interditando-se a possibilidade da sua responsabilização criminal* (PAULO NETTO, 2014, p. 217).

³⁶ [...] a abertura avançava em movimentos contraditórios. Um de seus passos significativos deu-se no apagar das luzes de 1979, com a aprovação pelo Congresso Nacional de uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 6.767 de 20 de dezembro de 1979) – com esta legislação, suprimia-se efetivamente o bipartidarismo imposto desde o final de 1965 e se instaurava a possibilidade de construir um sistema multipartidário. O fim do bipartidarismo era, sem dúvidas, um avanço ao permitir a possibilidade de criar novos partidos; mas era também um instrumento do regime para dividir o MDB [...] precisamente por isto, a nova legislação foi aprovada com votos contrários dos parlamentares do MDB. Pela lei aprovada em dezembro de 1979, novo partidos (exceto os comunistas) já poderiam funcionar provisoriamente (PAULO NETTO, 2014, p. 221)

autorreforma³⁷. Assim, durante o governo de Figueiredo com a intensificação das políticas de liberalização, as ações terroristas da direita civil militar também se intensificam. O período que antecedeu as eleições gerais de 1982 é um momento em que as ações criminosas executadas por facções da direita alcançam patamares alarmantes.

Esses atos criminosos da direita civil militar apontavam a cisão interna que imperava no regime ditatorial. Na tentativa de solucionar as tensões que se constituíam no bojo do regime, foi proposto um acordo entre as duas tendências que despontavam em seu interior, ou seja, a que tinha a perspectiva de fortalecimento do terrorismo de Estado e a que buscava o adensamento da “institucionalização” da ditadura. Assim, foram encaminhadas negociações internas entre essas duas tendências que levaram ao vergonhoso compromisso: os responsáveis pelos atentados terroristas não seriam processados e julgados; em troca, os setores de linha-dura aceitariam a política eleitoral e deixariam de opor à realização de eleições em novembro de 1982 Alves (1985, p. 280).

Considerando o avanço da autorreforma do regime ditatorial brasileiro, um novo elemento inesperado se insere nesse processo e incide no ritmo da autorreforma do regime, nos referimos aqui à combatividade desempenhada pela massa da classe trabalhadora que desde o final da década 1970 retorna ao cenário político denunciando as contradições implicadas pela *modernização conservadora*. É a incidência da organização da classe trabalhadora nesse processo que contribui para dinamização e alteração da autorreforma da ditadura civil militar.

Como vimos anteriormente, as primeiras greves foram deflagradas no ABC paulista, mas em um curto espaço de tempo se disseminaram para outras regiões do país, abrangendo uma diversidade de segmentos de trabalhadores. Contudo, a

³⁷O tranquilo percurso da pretendida política de abertura seria perturbado, entretanto, por uma série de atividades de setores militares de linha-dura contrários à liberalização. Em 1976, dez atentados a bomba chocaram o país. Uma organização clandestina de direita, a Aliança Anticomunista do Brasil (AAB), assumiu a responsabilidade por todos eles. No caso da explosão no instituto de pesquisas CEBRAP, em São Paulo, havia fortes indícios de envolvimento de integrantes do Aparato Repressivo. No mesmo ano, o bispo de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro), Dom Adriano Hypólito, foi sequestrado. Constatou-se posteriormente que os responsáveis haviam sido membros das forças militares locais. Em 1977, grupos clandestinos de direita cometeram mais seis atentados a bomba. Em 1978, intensificaram-se as atividades terroristas, explodindo quinze bombas em todo o país, mas em especial contra membros do movimento de anistia política de Minas Gerais. Em 1979, uma bomba destruiu as instalações do jornal da oposição Em Tempo, em Minas Gerais, outra explodiu no carro de João Pires Vasconcelos, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, no mesmo Estado. Em dezembro daquele ano, mais uma bomba explodiu sob o altar principal da catedral de Nova Iguaçu, e o Bispo Dom Adriano Hypólito voltou a ser alvo de ameaças (ALVES, 1985, p. 279).

ampliação das greves configurou ações severas de cunho repressivo por parte do governo Figueiredo, que não hesitou em atacar, perseguir e executar ativistas ligados ao movimento grevista³⁸.

O grau da repressão e algumas tentativas de medidas integracionistas³⁹ incidiram, em parte, no andamento da organização da classe trabalhadora no curso da década 1980. De certo modo, o conjunto dessas medidas impactaram nos processos de mobilização, sobretudo nas greves dos segmentos proletários. Contudo, elas não impediram que estes permanecessem seu processo de organização.

[...] o exame das lutas sociais, ao longo da história e em todas as latitudes, revela que seus avanços não são lineares, como se configurassem sempre uma série ascendente e evolutiva; e é muito frequente que conjunturas fortemente recessivas limitem severamente as condições de luta e de organização dos trabalhadores (de que movimentos grevistas são apenas uma expressão). Na avaliação dessas lutas, os avanços não se medem necessária e exclusivamente pelos ganhos imediatos que propiciam aos trabalhadores diretamente envolvidos; são indicadores absolutamente importantes para o seu saldo *organizativo* o aporte que trazem ao desenvolvimento da *consciência da classe*, a contribuição que oferecem ao conjunto do movimento dos trabalhadores e o impacto positivo com que rebatem no campo das forças democráticas (PAULO NETTO, 2014, p. 231. Grifos do autor).

³⁸ [...] Os movimentos grevistas do segundo semestre não foram tomados pelo governo Figueiredo como “questão social”, mas como *caso de polícia*: a greve dos metalúrgicos de São Paulo, convocada pela oposição sindical a contrapelo dos sindicalistas oficiais, foi objeto de violenta repressão, verificando-se o assassinato do operário Santo Dias da Silva (30 de outubro), militante da Pastoral Operária – a seu velório, no dia seguinte, na catedral da Sé, compareceu uma multidão de cerca de trinta mil pessoas, que ouviram dom Paulo Evaristo Arns proclamar corajosamente: “*Quase nada estará certo nesta cidade, enquanto houver duas medidas: uma para o patrão, outra para o operário*”. A repressão da ditadura já fizera mais mortos – entre outros casos, citemos: em 31 de julho, durante a greve da construção civil em Belo Horizonte, foi assassinado o operário Orocílio Martins Gonçalves; a 20 de agosto, em Divinópolis (MG), mataram o operário Benedito Gonçalves, da Metalúrgica Pains; em finais de setembro, morre em Betim (MG) Guido Leão Santos, operário da Fiat. É óbvio que o “prendo” e “arrebento” do ditador não se dirigia exclusivamente aos operários – dirigia-se a todos os trabalhadores: os bancários em greve, por exemplo, tiveram seus sindicatos sob intervenção (São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) e dirigentes presos (em Porto Alegre, Olívio Dutra passou quinze dias na cadeia); no Rio de Janeiro, o sindicato dos professores foi interdito pelo governo e os grevistas foram duramente perseguidos. Aliás, naquele segundo semestre, cerca de 30 sindicatos, em vários estados, sofreram o peso da intervenção governamental (PAULO NETTO, 2014, p. 227. Grifos do autor).

³⁹ Dada a repercussão social positiva do movimento grevista e o apoio que ele conquistou entre a maioria da população, não bastava ao governo tão somente a resposta repressiva: a simpatia com que a luta dos trabalhadores foi vista pela maioria da sociedade exigia alguma medida que transcendesse os estreitos limites do “prendo” e “arrebento”. O governo Figueiredo, assim, viu-se obrigado a redefinir a política salarial, através da Lei n. 6.708, de 30 de outubro de 1979 – tratou-se de uma lei que, de fato, assinalava uma ruptura (que logo seria revertida) com toda a legislação salarial que caracterizava o *arrocho* imposto pela ditadura a partir de meados dos anos 1960 (PAULO NETTO, 2014, p. 227. Grifos do autor).

A partir das grandes greves dos trabalhadores que ocorreram entre o final da década 1970 e entrada dos anos 1980 observa-se um redirecionamento da organização política do movimento trabalhadores brasileiros. Reside, nesse processo, os pilares constitutivos da conformação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), bem como do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴⁰.

A organização do movimento dos trabalhadores, a partir dessas frentes supracitadas, incidiram na própria dinâmica do regime ditatorial, ao passo que a correlação entre as forças antagônicas alcançaram um grau de maior tensão e complexidade. No plano político institucional, essa tendência pode ser observada nas eleições de 1982 que, ainda que mantem o PDS como partido majoritário – ou seja, a predominância da representação da ditadura – verifica-se um crescimento da oposição em geral.

O clima de insatisfação se generalizava, pois transcende os setores do proletariado e alcança, mesmo, os setores empresariais, ao passo, que cresce a sua desconfiança em relação das ações paliativas do governo em negociação com o FMI, as quais aparentemente não estavam conseguindo reverter o quadro de recessão econômica.

A insatisfação generalizada, o descrédito da política econômica (e não somente da política salarial) do governo e os sinais de deterioração inclusive de sua base político-parlamentar levaram, ao longo de 1983 e especialmente de 1984, à acentuação do desgaste e do isolamento do regime ditatorial PAULO NETTO (2014, p. 238).

Assim, diante do quadro conjuntural, o que entrou na ordem do dia da política brasileira, ao longo de 1983 e flagrantemente em 1984, foi a sucessão do general Figueiredo. É neste contexto que o movimento democrático desempenha um papel histórico na articulação pelas “Diretas Já⁴¹”.

⁴⁰ No plano da organização dos trabalhadores, os avanços resultantes do processo de lutas que vinha de 1978 expressou-se claramente em agosto de 1981, quando se realizou, em São Paulo, a *Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras/ CONCLAT*, que reuniu 5.247 delegados, representantes de 1.126 sindicatos (entre os quais 480 urbanos e 384 rurais); dois anos depois, em agosto de 1983, em congresso fundacional realizado em São Bernardo, surgia a Central Única dos Trabalhadores/CUT. No plano político-partidário, emergiu – também resultante daquele processo de lutas – uma diferenciação que pôs em questão a atualidade da frente democrática tal como ela se articulava até 1979: com forte componente classista, o Partido dos Trabalhadores/PT se inscreveu no espectro da política institucional como partido abertamente antiburguês (PAULO NETTO, 2014, p. 232. Grifos do autor).

⁴¹ [...] a campanha empolgou o grosso da sociedade brasileira: ela configurou, já no segundo semestre, o que alguns observadores consideraram a maior mobilização cívica do Brasil no século XX, com comício e manifestações de ruas reunindo centenas e centenas de milhares de pessoas. Transformou-se numa torrente entusiástica que envolvia praticamente, numa agitação policlassista, todas as forças da sociedade civil (a OAB, a Igreja, a ABI, os sindicatos, a UNE e, ao fim, entidades

Mesmo com nítido isolamento do regime, Figueiredo – insistente em conter as repercussões em reflexo da campanha – toma duas providências: impõe novamente o “estado de emergência” em Brasília e em dez municípios de Goiás e envia ao Congresso Nacional, no dia 16 de abril, uma proposta de emenda constitucional para reestabelecer as eleições diretas em 1988. Mesmo com a não aprovação da emenda pelas “Diretas Já” (conhecida como emenda Dante de Oliveira), já estava evidente o processo de erosão do regime.

É importante ponderar, que o projeto de transição comandada ou autorreforma do regime ditatorial prosseguiu, mesmo com alguns processos que o tensionaram, como as eleições de 1982 - em que a oposição elegeu dez governadores -, a campanha política pelas “Diretas Já”, em 1984 - que aglutinou massivamente os setores oposicionistas -, bem como o processo de desagregação do campo governista, que culminou na formação da Frente Liberal durante o governo de João Figueiredo (1979-1985). Tais processos não incidiram profundamente na transição dirigida, que prosseguiu e alcançou novos patamares de legitimação com a adesão de novos setores da sociedade Lemos (2014, p. 134).

Diante do cenário, de constante desagregação do PDS, sobretudo, a partir do movimento dos dissidentes e a formação da Frente Liberal, a oposição democrática (especialmente PMDB) considerou que estavam dadas as condições para uma tentativa de conformação de uma articulação de viés democrático que pudesse ser majoritária no Colégio Eleitoral na próxima eleição para presidente da República. Obviamente, diante desses elementos, esse processo se deu permeado de contradições e apontava nitidamente para uma formação de uma política de “conciliação”. Como resultado da Aliança Democrática, sustentada pela oposição democrática e os dissidentes, foi elaborado o documento “Compromisso com a Nação”, pautado em um objetivo de coalização, o documento referendava a necessidade de consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social, Paulo Netto (2014, 246).

Em suma, a eleição presidencial de 1985 consubstanciou um passo importante em direção à transição “pelo alto”. Neste pleito, Tancredo Neves

empresariais), todos os partidos e suas lideranças [...] A campanha criou no país, num momento em que organizações populares se fortaleciam e conquistavam novos espaços de intervenção e em que os trabalhadores continuavam a demonstrar a sua combatividade, uma vibrante e imensa corrente de opinião que isolou completamente os poucos segmentos que se atreviam a contestar a legitimidade da demanda (entre os quais, naturalmente, encontrava-se o núcleo duro do regime) (PAULO NETTO, 2014, p. 240. Grifos do autor).

(candidato da oposição), vence as eleições com uma chapa que teve como vice José Sarney, ex-presidente do PDS (partido representante do regime ditatorial). A programática dessa articulação expressa pela Aliança Democrática selou uma tendência à conciliação, ou seja, reeditou mais uma revolução passiva no processo político brasileiro, Lemos (2014, p.134).

Em janeiro de 1985 em uma reunião no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves foi eleito a Presidência da República com um quantitativo de 480 votos contra 180 conferidos a Paulo Maluf (candidato representante do regime). Os votos conferidos a Tancredo foram expressos tanto pela Aliança Democrática, quanto por outros partidos⁴². A partir da vitória da oposição democrática no Colégio Eleitoral, instaura-se um período de intensificação da incorporação de medidas de cunho democrático previstas nas propostas encapadas por Tancredo no pré-eleições e no período posterior.

Contudo, devido ao falecimento de Tancredo Neves antes de tomar posse, é Sarney quem assume a presidência e foi o primeiro presidente civil brasileiro depois do golpe de 1964. Assim, [...] depois de 20 anos, 11 meses e 14 dias de vigência, com a posse de José Sarney se inicia a ultrapassagem da ditadura instaurada pelo golpe do 1º de abril de 1964 – com a “Nova República” abrindo institucionalmente a *transição democrática* no Brasil Paulo Netto (2014, p. 257. Grifos do autor).

Após este panorama dos significados e implicações da ditadura civil militar (1964-1985), no próximo capítulo vamos nos deter aos processos que atravessaram a “Nova República” e apresentar as tendências e desdobramentos que forjaram o regime político que emerge a partir desse processo.

⁴² [...] Entre os votos de Tancredo, além dos provenientes da Aliança Democrática, contaram-se 65 do PDS, 27 do PDT, onze do PTB e três do PT (PAULO NETTO, 2014, p. 251).

III. “NOVA REPÚBLICA?”: DESDOBRAMENTOS E TENDÊNCIAS DO REGIME POLÍTICO QUE EMERGE NO PÓS ANOS 1980

No capítulo anterior, retomamos alguns elementos que constituem a formação sócio histórica brasileira, assim elucidamos os principais processos políticos que conformaram a base constitutiva do Estado burguês brasileiro e as suas formas de dominação expressas pelos diversos regimes políticos que se desenvolveram no país. A partir desta retomada, verificamos que os regimes políticos que se desenvolveram no país são permeados pelos aspectos contraditórios que conformam a sua estrutura econômica, bem como a superestrutura nacional e que se expressam na conformação das correlações de forças entre as frações das classes dominantes no âmbito estatal. É notória a incorporação paulatina de elementos de cunho democrático em algumas modalidades de regimes políticos ao longo do nosso processo histórico, no entanto, estes se constituíram como altamente restritivos e sempre conviveram com os elementos autocráticos que atravessaram e atravessam toda constituição do Estado burguês brasileiro.

Podemos afirmar, que é o desequilíbrio entre consenso e coerção que marca as formas de dominação do Estado brasileiro no lastro temporal entre 1930 (pós república velha) e 1985 (“Nova República”). O que pode ser constatado nas duas experiências de ditaduras que se expressaram nesse período, configuradas por regimes políticos de tipo bonapartista (DEMIER, 2012), ainda que guardadas as suas distinções e especificidades, demonstram a incapacidade/dificuldade do Estado brasileiro em incorporar/ampliar mesmo as bases democráticas burguesas. Esse processo foi marcado por vários golpes aos setores subalternizados, aos quais foram levados a conviver com as diversas intempéries de um país marcado pela concentração do poder, da renda e profundamente desigual.

Contudo, é a partir da modernização conservadora evidenciada pela ditadura civil-militar e, sobretudo, pelo fracasso de sua política econômica, que a classe trabalhadora organizada adensa os elementos corrosivos desse regime político e fortalece a luta pela democracia, objetivando um regime político de “novo tipo”, que pudesse superar as tendências que marcaram as experiências anteriores. É nessa direção que nos propomos, neste capítulo, aproximarmos aos desdobramentos e tendências que perpassam o regime político que ascende do processo de transição, evidenciado pela instituição da “Nova República”.

3.1. “NOVA REPÚBLICA?”: ENTRE PERMANÊNCIAS E ACIRRAMENTOS

Indubitavelmente, o processo de transição “pelo alto” não significou uma ruptura com a autocracia burguesa típica da formação econômico social brasileira. Contudo, as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, advindas do processo de “modernização conservadora”, isto é, do “desenvolvimento seguro” que se efetivou no curso do regime ditatorial (1964 -1985) dão continuidade à dinamização do cenário político no curso da década 1980.

A “Nova República”, não representando uma ruptura com o “passado recente e tão pouco o remoto” Fernandes (1990, p. 52), confere um importante período de intensificação entre o acirramento da disputa das classes antagônicas frente às permanências que significaram a “transição prolongada”⁴³. Assim, nosso objetivo, neste item, é apresentar os principais elementos que configuraram este período histórico e que incidiram profundamente no regime político que se forjou deste processo.

De acordo com Coutinho (1992), o golpe civil militar de 1964, bem como o regime político que emanou deste, incidiu no processo de “ocidentalização” brasileiro visto que, ao restringir os organismos autônomos da sociedade civil e interferir na relação desta com o Estado, reforçou os elementos de uma sociedade do tipo “oriental”, sobretudo com a exacerbação da coerção a partir da hipertrofia do aparato repressivo. Contudo, o autor também destaca que, contraditoriamente, a “modernização conservadora” encaminhada pelo referido regime foi funcional para a consolidação dos *pressupostos objetivos* da “ocidentalização” da sociedade brasileira.

No entendimento do referido autor, ao por em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu profundas mudanças na base produtiva do Brasil mediante a incorporação, de forma desigual e combinada, do circuito do capitalismo monopolista/imperialista. No curso da década 1970 - com os primeiros sinais de decomposição dos efeitos efêmeros da “política econômica” do regime, a classe trabalhadora forjada pela “modernização conservadora” ocupa o cenário político denunciando os efeitos nocivos de tal processo modernizador e, concomitante, acirra a luta por um regime político que comportasse a disputa entre

⁴³ Ver Fernandes (1985 e 1990).

os interesses antagônicos das classes fundamentais, isto é, um regime democrático que pudesse superar os elementos restritivos e exclusivistas que, historicamente, marcaram as formas de dominação no Brasil.

O governo da “Nova República” (1985-1990), comprometido com o avanço da transição “pelo alto”, apresentou muitas continuidades da ditadura civil-militar. Além, de todo conteúdo conciliatório presente na programática governamental elucidada pela “Aliança Democrática”, tal como apresentamos no capítulo anterior, o processo que levou a promulgação da Constituição Federal de 1988 explicitou a disposição das frações da burguesia em garantir a institucionalização da contrarrevolução. De modo que, de acordo com Paulo Netto (2014), é o processo em torno da Constituinte na década 1980 que consagrou a travagem da transição democrática, tornando-a uma transição truncada.

[...] a possibilidade de travagem do processo de democratização converteu-se em realidade a partir da abertura dos trabalhos legislativos de 1987: a questão central de uma Assembleia Nacional Constituinte (livre, soberana e exclusiva) foi ladeada pela investidura de poderes constituintes ao parlamento recém-eleito. Nele passaram a operar descaradamente grupos de pressão (*lobbies*) em defesa dos interesses das classes dominantes e no seu interior se articulou um bloco parlamentar, com clara simpatia e o aberto apoio do presidente da República (para não mencionar o quase absoluto respaldo da chamada grande imprensa), com um objetivo expresso: impedir que o novo ordenamento constitucional abrigasse dispositivos favoráveis e transformações econômico-sociais do interesse dos trabalhadores. Esse bloco, que reuniu parlamentares do PDS e do PFL sob comando do segmento mais conservador e elitista do PMDB, ficou conhecido como *Centrão* e garantiu, nos trabalhos constituintes, que as prescrições constitucionais mais decisivas na área da economia não afetassem os interesses do grande capital (PAULO NETTO, 2014, p. 261. Grifos do autor).

A articulação das frações da burguesia em torno da Constituinte propiciou a permanência de seus privilégios, bem como possibilitou a reafirmação do autoritarismo e da autocracia. Contudo, esse processo não ocorreu sem o adensamento dos antagonismos que vinham em uma linha ascendente desde o final da década 1970 e atravessaram a década 1980. Assim, as permanências autocráticas burguesas que compuseram a CF-1988 foram, contraditoriamente, combinadas com algumas pautas encampadas pela oposição democrática.

[...] a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contra mobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a

exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã” [...] Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras) a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado em nossa paragens...): uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor de legislações complementares (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 142).

Ao combinar traços liberal-democráticos e democrático-autoritários⁴⁴, o texto constitucional tem um efeito duplo e contraditório, pois resguardou os interesses autoritários e autocráticos das frações da burguesia, mas, concomitantemente, incorporou traços democráticos que, em certa medida, foram funcionais para o avanço do acirramento dos antagonismos no bojo da “Nova República”.

Cabe salientar, que o adensamento da luta pela democracia na década 1980 ocorreu sob o contexto de crise estrutural do capital que avançava desde 1970. Assim, a classe trabalhadora organizada, por meio de frentes que se constituíram e se fortaleceram neste processo, desempenharam uma atuação significativa frente ao contexto de hiperinflação que perpetrou no país no pós “desenvolvimento seguro”. Em suma, os embates travados, neste período, incidiram no processo de institucionalização da contrarrevolução tal como objetivada pelo processo transicional controlado.

Como elucidamos anteriormente, o processo pela constituinte sintetiza este acirramento entre as forças antagônicas, contudo não se encerra nele, pois com a aprovação da CF-1988 que, combinou algumas das pautas de cunho democrático com elementos autocráticos, abre-se uma oportunidade histórica de intensificar a disputa pelo desenvolvimento de um processo de democratização. Nesta direção,

⁴⁴[...] Seu texto consagra avanços significativos em termos de ampliação da base representativa da dominação classista, como o reconhecimento do direito de voto para os analfabetos e subalternos militares, e em termos da liberdade de organização popular, com a supressão de alguns elementos da estrutura sindical corporativista herdada da ditadura do Estado Novo. Por outro lado, superdimensiona o papel das Forças Armadas, preservando muitas de suas prerrogativas. A Carta de 1988 representa, ainda, a concretização de uma reforma proposta pelos críticos da democracia liberal desde, como já foi mencionado, o início do século XX: o reforço dos poderes do Executivo. Cumpriu este papel, em especial, a instituição da Medida Provisória, pela qual o presidente da República, sob alegação de urgência e relevância, pode baixar uma medida que só depois será apreciada pelo Congresso. Durante a ditadura, bem como no Estado Novo, essa função foi cumprida pelos decretos-leis (LEMOS, 2014, p. 135).

Coutinho (1992, p.134) fez a seguinte consideração sobre o significado e as possibilidades que se apresentavam diante daquele cenário:

[...] na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares “de baixo” e de operações transformistas “pelo alto”, o seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente.

Ao considerar este período, Fernandes (1985, p.49) especifica o grau de tensão que o avanço da organização política da classe trabalhadora impunha ao “governo de transição”, em que as ações encampadas pelos segmentos da classe trabalhadora faziam a “Nova República” rodopiar e ser ridícula. Nessa direção, o autor explicita o significado das greves operárias no processo de adensamento da disputa pela democracia, visto que o eixo das ações e ambições da classe trabalhadora não colocavam como possibilidade o melhorismo, pois requisitavam objetivamente uma alteração radical da estrutura e do funcionamento da sociedade civil e, com isso, punham em questão o Estado existente e a democracia a ser constituída a partir de uma perspectiva igualitária.

Nesse processo, é expressivo o desempenho do movimento operário via “novo sindicalismo”, com destaque para a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); movimentos sociais urbanos, associações de bairro, movimento negro, movimento de mulheres; conformando uma ampla frente de luta popular que impulsionou o fortalecimento da atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) como uma das principais organizações que encampou a luta pela democracia neste período.

Demier (2019, p. 3) pondera, que o avanço organizativo da classe trabalhadora no decorrer da década de 1980 somado à significativa divisão política no interior da classe dominante impediu que, neste período, uma hegemonia burguesa se conformasse e, por conseguinte, vingasse de imediato. A tal “democracia forte”, exclusivista, restrita, isto é, uma democracia blindada aos tensionamentos antagônicos, tão desejada pelas frações da burguesa.

A atuação do PT, bem como do desenvolvimento da Estratégia Democrático Popular (EDP), possui relevância no cenário de disputa que atravessou a década 1980. Sendo o PT produto direto do avanço organizativo da classe trabalhadora, ao longo da referida década, tornou-se o principal partido que encampou a luta vinculada aos interesses desta classe. Nos é verificável, que a tarefa preliminar do

partido se dava na organização da classe trabalhadora enquanto sujeito político e, destaca-se nesse processo, a formulação da EDP, em que se apontava para a necessidade do fortalecimento da classe trabalhadora a fim de disputar e conquistar a hegemonia política ante o Estado burguês. As resoluções do V Encontro Nacional do partido demonstram os elementos que compunham a sua linha de atuação. Vejamos os seguintes trechos:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivas pela burguesia –, tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não reinterpreta a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática popular (Resoluções do V Encontro ..., op. Cit. *apud* IASI, 2012, p. 308-309).

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder do Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço (Ibidem, *apud* IASI, 2012, p.309).

O conteúdo supracitado evidencia o teor revolucionário que compunha a linha estratégica do PT, em uma perspectiva de revolução dentro da ordem bem como contra a ordem. De modo que o acirramento dos antagonismos dentro da ordem vigente prepararia a possibilidade de ruptura, isto é, de uma revolução contra a ordem. Esta perspectiva dialoga com a análise de Fernandes (1985, p.76) ao tratar da significância da atuação da classe trabalhadora nos países de capitalismo dependente, em que destaca:

O regime de classes, que nasceu e cresceu da associação da produção capitalista ao aparecimento e expansão do trabalho livre, conferiu aos proletários aquilo que as classes burguesas não puderam desempenhar: a tarefa histórica e política de levar até ao fundo a desagregação de todas as formas de opressão, de todos os antigos regimes, de todos os privilégios pré-capitalistas e sub-capitalistas estancados, que alimentaram uma acumulação capitalista

acelerada parcialmente arcaica, parcialmente moderna e parcialmente ultramoderna [...] essa classe oprimida não só herda “tarefas não cumpridas” da burguesia. Ela precisa arrostar, destruir e enterrar o que sobrou dos vários antigos regimes sucessivos, que serviram de suporte a uma variedade de burguesias (coloniais, neocoloniais, dependentes, etc.) e alimentaram os dinamismos de um desenvolvimento capitalista híbrido, em parte crescido a partir de dentro, em parte induzido a partir de fora.

No entendimento de Fernandes, seria o engajamento político dos setores subalternizados no bojo das sociedades de capitalismo dependente que poderia ser capaz de incidir na base autocrática que sustenta tais sociedades, de modo que este engajamento, ainda nos limites da ordem autocrática, seria funcional para o acirramento dos antagonismos que forjariam as condições para uma revolução contra a ordem. Nesta mesma direção, o autor reforça:

[...] É preciso operar dentro da ordem e com objetivos circunscritos. Fazer o que as classes possuidoras não fizeram, porque nunca tiveram de dividir o espaço político com as classes subalternas. Isso poderá parecer tacanho, porém é algo promissor. Ao se incluírem nesse mesmo espaço político, as classes trabalhadoras forçarão a reativação da revolução nacional e imprimirão à revolução democrática um novo padrão histórico. Em suma, começarão por liberar a revolução nacional (contida e esmagada pelo desenvolvimento com segurança para fora) e enterrarão de vez a democracia restrita, constituída sob o escravismo e imposta ao trabalho livre por uma burguesia incapaz de alimentar a revolução nacional, ligando entre si desenvolvimento com democracia (FERNANDES, 2011, p. 279).

A formulação da EDP se apresenta como uma condensação estratégica que comportava estas *duas revoluções antagônicas coexistentes* (IASI, 2012, P. 295), isto é, uma revolução dentro da ordem e contra a ordem. Nela, a luta pela democracia nas sociedades de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, adquire caráter estratégico e não apenas tático.

Tal proposição dialoga diretamente com a contribuição de Coutinho (1979) que, ao considerar o contexto histórico dos países de capitalismo dependente ou às formações sociais vinculadas a “via prussiana” e marcadas pelo aspecto autocrático, autoritário e elitista, pondera sobre o caráter estratégico da luta pela democracia nessas sociedades. De modo que a renovação democrática no bojo da sociedade brasileira,

[...] aparece, portanto, não apenas como alternativa histórica à via prussiana, como modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático – burguesa deixou abertas em nosso país, mas também – e precisamente – como

processo de criação dos pressupostos necessários para o avanço do Brasil no rumo do socialismo (COUTINHO, 1979, p.9).

Assim, a democracia é concebida mais que um campo de disputa em que a classe trabalhadora reivindica suas demandas aos dominantes, mas seria um “valor historicamente universal sobre o qual funda uma original sociedade socialista” (Berlinguer 1977 apud Iasi, 2017, p. 301). A partir deste pressuposto, Coutinho (2008, p. 48 apud Iasi, 2017, p. 305) enfatiza o teor estratégico da luta pela democracia nas formações de capitalismo dependente, a qual não poderia ser concebida como mero expediente tático. Sendo a luta pela democracia e a luta pelo socialismo duas faces solidárias da mesma moeda. Nesta direção, reforça a necessidade de fortalecimento neste processo.

O fortalecimento da sociedade civil abre a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais ‘para baixo’ o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente ‘pelo alto’ (COUTINHO, 2008, p. 454 apud IASI, 2017, p. 303).

Coutinho (1979), considera o engajamento político da classe trabalhadora como decisivo para a ampliação da democracia nos países em que predominou a “via prussiana”, sendo este engajamento necessário para o encaminhamento das chamadas “tarefas em aberto” da revolução burguesa. Assim,

[...] o processo de democratização, capaz de enfrentar as tarefas que a revolução burguesa teria deixado ‘em aberto’, teria o potencial de se articular com o horizonte estratégico dos trabalhadores, o socialismo [...] Coutinho aponta para o fato de que o centro estratégico desse processo de democratização se encontraria nas camadas populares e na formação daquilo que denominava de um ‘bloco democrático e nacional-popular’ (Iasi, 2017, p. 303).

Neste ponto da análise de Coutinho há convergência com a contribuição de Fernandes (1985), tal como salientamos acima, que ao considerar o significado da ação da classe trabalhadora, nas sociedades de capitalismo dependente, enfatiza que esta tem a *tarefa histórica e política de levar até ao fundo a desagregação de todas as formas de opressão*.

Em suma, as elaborações de Fernandes bem como de Coutinho, ainda que guardadas as suas especificidades⁴⁵ no contexto de transição da ditadura civil militar

⁴⁵ [...] em Fernandes, a possibilidade de equacionar a revolução dentro da ordem com a revolução fora da ordem é a intransigência da burguesia e a impermeabilidade do Estado burguês, para Coutinho é a superação dessa contradição, isto é, o desenvolvimento da sociedade civil que

contribuíram para a confluência da EDP. Mesmo que o objetivo de tais elaborações não fosse este, as mesmas foram profícuas para consolidação dos pressupostos que constituíram tal estratégia.

Iasi (2012, p. 309), ao analisar os conteúdos que constituíram a EDP, afirma que a radicalidade que esta expressava seria combinada com um esforço de conduzir a “ruptura” em um longo processo de acúmulo de forças, diferenciando as atividades destinadas à tomada de poder daquelas que preparam as condições para isso, diferença na qual, o autor pondera, se insere na distinção de reforma e revolução, entendidas pelos formuladores não como antagônicas.

No bojo da “Nova República”, a EDP, ao contar com o PT como dirigente, cumpriu um importante papel na dinâmica da luta de classes e significou um instrumento ímpar de mobilização, luta e organização dos trabalhadores, o que refletiu em patamares significativos na constituição de uma consciência de classe Iasi (2012, p. 310). Assim, durante o governo Sarney, com a acentuação da dinâmica da luta de classes evidencia-se o avanço dos objetivos traçados pela estratégia. Destaca-se, neste processo, a abrangência nacional do PT, sobretudo nos principais centros urbanos. Os sinais de crescimento do partido enquanto uma frente aglutinadora das pautas da classe trabalhadora pode ser constatado no curso das eleições municipais de 1988. Diante daquele cenário, Fernandes (1990, p. 149) realizou a seguinte análise:

[...] as eleições se travam em um momento histórico crucial, de crise extrema do sistema de poder montado pela ditadura e preservado no essencial sob a “Nova República” – de fermentação das greves e da mobilização popular na esfera dos assalariados, de aceleração da luta de classes nas cidades e no campo (com o polo trabalho avançando para tomar posições ofensivas) e de crise econômica e institucional, com uma Constituição que comporta tanto continuidades políticas retrógradas quanto inovações profundas na construção do futuro. Essas eleições aparecem, pois, como uma manifestação prototípica, na qual se pode observar não só os estertores do que está morrendo e o esplendor do que está nascendo (como diria Hegel).

A intensificação da luta de classes no bojo do governo Sarney incidiu nas eleições municipais de 1988 e conferiu um avanço expressivo das representações vinculadas ao PT e à EDP. Contudo, foi em torno das eleições presidenciais de 1989 que o acirramento dos antagonismos propiciou abertura da possibilidade concreta de

permitiria que um conjunto de reformas radicais, ainda que dentro da ordem capitalista, pudesse, “gradualmente”, levar à superação do capitalismo (IASI, 2017, p. 305).

uma vitória eleitoral mais cedo do que se previa, tendo em vista o longo acúmulo de forças previsto pela EDP, o qual,

[...] combinaria um braço de ação junto aos movimentos sociais e sindicais, ligados às lutas da classe trabalhadora, e outro que refletiria esse crescimento de lutas através de patamares institucionais (sindicatos, organizações da sociedade civil e espaços institucionais conquistados via eleitoral nas administrações de parlamentos), processo esse que deveria culminar na conquista do governo federal para que se desencadeassem reformas de caráter ‘anti-imperialista, anti-latifundiário e antimonopolista’” (IASI, 2012, p. 310).

Diante do quadro político, econômico e social marcado pela intensificação da luta de classes a partir do aprofundamento das desigualdades sociais nos marcos da hiperinflação. O governo Sarney, foi imobilizado por sua política conciliatória inoperante que tentava conciliar o inconciliável. Assim, as eleições presidenciais de 1989 são concebidas pela esquerda, no campo da institucionalidade, como uma possibilidade de incidir na “transição prolongada” e as permanências do regime ditatorial. Fernandes (1990, p. 52), ao considerar esse cenário, aponta:

[...] As frustrações coletivas, o agravamento da crise econômica e do colapso do Estado, a elevação em espiral da intensidade e da organização da luta de classes produziram uma situação específica – um desejo nacional ardente de “aceitar”, de ir ao fundo dos compromissos políticos, de enterrar o passado recente e remoto juntamente com o presente pela via democrática. Portanto, a “transição lenta, gradual e segura” cede lugar à ruptura incontrolável pelas chamadas forças da ordem (FERNANDES, 1990, p. 52).

Com a ida de Lula e Collor para o segundo turno das eleições presidenciais de 1989 é possível constatar o que estava em questão no país naquele momento, pois enquanto Lula representava a condensação das forças sociais e políticas que se voltavam para a demolição tardia do antigo regime, Collor emergia como o polarizador das forças sociais que buscavam reproduzir o passado no presente, redefinindo o padrão e a vigência do antigo regime Fernandes (1990, p. 28).

No entanto, Iasi (2012, p. 311) nos chama atenção ao paradoxo que se constituía no curso do referido processo eleitoral, em que o mesmo vincula-se à reestruturação produtiva implantada no país entre o final dos anos 1980 e durante a década 1990, que incidiria na força do movimento operário autônomo em sua própria base e, concomitantemente, o avanço da crise do socialismo real que entrava em rápido colapso. Esses elementos impunham desafios significativos ao amplo movimento democrático de caráter socialista que se forjava e que deveria ser a

sustentação do suposto governo democrático popular. Assim, a possível chegada de Lula ao governo federal, naquele momento, já não poderia contar com uma correlação de forças favorável à implantação das reformas democráticas e populares.

Ao ocorrer nos marcos da “Nova República” e sua “pseudodemocracia” – este primeiro pleito presidencial direto, após quase trinta anos, foi atravessado pelas contradições que recompunham a autocracia burguesa brasileira caracterizada por seu elitismo e autoritarismo. Posto isso, ainda que os acirramentos dos antagonismos tenham incidido na disputa eleitoral e propiciaram a ida de Lula ao segundo turno, tais tensionamentos, dada a conjuntura internacional e nacional, não foram suficientes para concretizar a vitória da agenda democrática popular encampada pela esquerda e aglutinada na campanha de Lula/PT. Assim, este processo eleitoral garantiu, sob uma pequena margem, a vitória de Collor e seu projeto neoliberal.

O aprofundamento da crise estrutural do capital ao longo das décadas de 1970 e 1980 provocaram alterações substantivas no padrão de acumulação do capital que, ao sintonizar-se a um regime de acumulação flexível, incidiu nas relações de produção e reprodução do capital e, concomitantemente, na intervenção do Estado burguês a partir das políticas de ajustes neoliberais. Ao especificar os elementos constitutivos do projeto neoliberal, Coutinho (2010, p. 35) explicita:

[...] O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle.

No Brasil, no bojo do governo de Sarney, os tensionamentos e os acirramentos dos antagonismos puderam conter a propagação da agenda neoliberal ainda nos marcos da década 1980. Não obstante, de acordo com Marques (2015, p. 159), diante do quadro conjuntural de crise e colapso do socialismo real, crise do “capitalismo democrático”, alteração nas relações de produção e reprodução (pautado no regime de acumulação flexível), com a vitória de Collor e a sua notória

adesão ao projeto neoliberal, estavam dadas as condições para a incorporação deste projeto no país.

[...] A vitória de Collor sobre Lula no pleito presidencial de 1989 e a decisão do conjunto da burguesia brasileira de sintonizar a dependente economia brasileira aos padrões da acumulação capitalista 'flexível' deram o start para que, em um contexto de refluxo das lutas sociais, tudo aquilo que sequer havia saído do papel fosse declarado vetusto e ultrapassado, fazendo com que *tudo aquilo que sequer era sólido começasse a ser desmanchar no ar* (DEMIER, 2019, p. 3. Grifos do autor).

Duriguetto (2007, p, 171), destaca que é no curso da década 1990 que as primeiras ressonâncias do receituário neoliberal passaram a incidir na realidade nacional, sobretudo a partir da implementação das medidas de ajuste estrutural preconizadas pelo Consenso de Washington, em correspondência com o aprofundamento dos processos de globalização. A autora ainda pondera que, com o governo Collor (fevereiro de 1990 a setembro de 1992) operou-se uma drástica redução da agenda pública, de acordo com a agenda neoliberal. Sinteticamente,

[...] A nova agenda política de ajuste passou a ser dominada por temas como refluxo do Estado e primazia do mercado através das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, desregulamentação e privatização, redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais, enfim, uma agenda que só podia ser conduzida contra as conquistas de 1988 (DURIGUETTO, 2007, p.171).

Essas alterações supracitadas impostas pelo neoliberalismo no contexto brasileiro impactaram na organização do movimento popular e sindical que, entre o final da década 1970 e década 1980, protagonizou os acirramentos dos antagonismos na direção da democracia e do socialismo, isto é, objetivando rupturas estruturais no bojo do Estado autocrático burguês. Verifica-se, nesse processo, sobretudo os efeitos da reestruturação produtiva evidenciados pela flexibilização das relações de trabalho expressa pela maximização das privatizações e terceirizações, as quais refletem na precarização das condições de trabalho com concomitante enxugamento de postos de trabalho, o que implicou um crescimento exorbitante do exército industrial de reserva. Em suma,

A flexibilização das normas contratuais (ou seja, das regras que regem a contratação, o uso, a remuneração e a dispensa da força de trabalho) expressa, também, a segmentação da organização sócio-política (representação e negociação) em seu interior, em que milhares de trabalhadores são postos numa situação de excludência no que concerne a medidas que favoreçam a formulação de direitos relacionados às suas necessidades e interesses [...] Assim, as

mudanças no mundo do trabalho vêm conformando sociabilidades, formas de organização e representação política na direção da fragmentação, despolitização e multiplicação de demandas de grupos de interesses corporativamente posicionados, ou seja, cada vez mais fechados em si mesmos (DURIGUETTO, 2007, p. 173-4).

Antes de avançarmos na apresentação das alterações no bojo das lutas sociais, sob as hostes neoliberais, cabe salientar que o receituário neoliberal teve como ponto de arranque o breve governo Collor, contudo, é sob os governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-1998 e 1998-2002) que firma-se a hegemonia burguesa e aprofunda-se a agenda neoliberal no país. Ainda cabe ressaltar, que a propagação neoliberal assentou-se na disseminação da ideia de “socialização” dos efeitos nocivos da “crise”, cujo objetivo foi ganhar consentimento dos trabalhadores acerca de novos valores políticos, sociais e éticos, que legitimassem as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação produtiva e o desmonte de mecanismos de proteção social (MOTA, 1995, p. 164 apud Duriguetto, 2007, p. 172).

Coutinho (2010, p. 29), ao retomar as categorias “grande política” e “pequena política” presente na elaboração de Gramsci, nos chama a atenção para outra tendência predominante sob a égide neoliberal. Esta tendência vincula-se a supressão das questões atreladas à grande política, isto é, às questões relacionadas à superestrutura, mas especificamente, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. E enfatiza as questões vinculadas à pequena política, ou seja, às questões do cotidiano e que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida.

Sob a égide neoliberal há uma hegemonia da pequena política e um significativo rebaixamento das pautas de disputa retendo-se as questões dentro da ordem do capital. O autor faz esta constatação ao considerar as alterações na dinâmica das disputas políticas em âmbito internacional tomando, como exemplo, o contexto europeu que outrora foi palco de disputas acirradas entre projetos distintos de cariz conservador e de cariz socialista. Contudo, sob a égide neoliberal esse cenário muda o que acaba sendo funcional para a sustentação do neoliberalismo.

É diante deste quadro, que a partir da década 1990, com o avanço do neoliberalismo, que o Brasil é marcado pelo refluxo das lutas sociais em concomitante redirecionamento das estratégias de tensionamentos e acirramentos dos antagonismos que atravessaram as décadas anteriores. As implicações da

reestruturação produtiva expressa pela flexibilização das relações de produção e reprodução do capital, incidem na organização política da classe trabalhadora ao conferir uma constante precarização do trabalho assalariado, que é tensionado pelo aumento abissal do exército industrial de reserva.

Nesse cenário, verificam-se alterações substantivas na concepção e ação do movimento que vinha se consolidando no final da década de 1970 e 1980. Destaca-se, nesse processo, a renúncia a formas de disputa, tais como as greves tidas como um importante instrumento de luta que tensionava as contradições vinculadas ao desenvolvimento desigual e combinado do MPC no contexto brasileiro e, observa-se também, o impacto na luta democrática encapada pelos segmentos subalternizados e que foi aglutinada nas frentes representativas majoritárias naquele momento, isto é, CUT e PT. Ao que tange ao redirecionamento da atuação da CUT, por exemplo, Marques (2015, p. 174-5) explicita:

[...] Abandonado o confronto direto com o modelo econômico, firmava-se a partir do IV Concut o que Tumolo (2008, p.129) avaliou como uma proposta de ‘ação sindical pautada no trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte de cidadania’. Cidadania essa fundamentada em uma concepção democrático-burguesa, distanciada da perspectiva mais radicalizada assumida inicialmente pelo movimento de massas. Aqui, participação e controle social adquirem uma face “participacionista”, de disputa por *dentro e através* dos canais institucionais se utilizando de “propostas realistas”, “tecnicamente sofisticadas”, capazes de, em torno dos interesses imediatos do trabalho, consensuar políticas sociais e acordos com a burguesia nos conselhos tripartites.

Essas tendências supracitadas, que incidem na organização política da classe trabalhadora nos marcos da abrangência neoliberal e predominância da “pequena política”, também condicionam um processo de inflexão da linha estratégica encampada pelo PT e presente na formulação da EDP. Ao abordar esse processo, Iasi (2012) retoma a categoria *transformismo*⁴⁶ presente na elaboração de Gramsci, para expressar a metamorfose da sua programática e inflexão posta a EDP.

Ainda que essa formulação tenha cumprido um papel importante na dinâmica da luta de classes e tenha significado um poderoso instrumento de mobilização, luta e organização dos trabalhadores, que refletiu em patamares significativos na constituição de uma consciência de classe (aliás, o mesmo pode ser dito da estratégia

⁴⁶ [...] Gramsci chamou a atenção para uma importante consequência da revolução passiva: a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social (COUTINHO, 2010, p.38).

democrático nacional), seu desfecho produziu algo muito distinto daquilo que se esperava. [...] nessa transformação a principal vítima foi a independência de classe. Pensada inicialmente como um longo processo de acúmulo de forças que combinaria um braço de ação junto aos movimentos sociais e sindicais, ligados às lutas da classe trabalhadora, e outro que refletiria esse crescimento de lutas através de patamares institucionais (sindicatos, organizações da sociedade civil e espaços institucionais conquistados via eleitoral nas administrações e parlamentos), processo este que deveria culminar na conquista do governo federal para que se desencadeassem reformas de caráter “anti-imperialista, antilatifundiário, e antimonopolista”; essa proposta sofreria um inflexão significativa entre o VI e o VII Encontros Nacionais do PT (IASI, 2012, p. 310).

Ao abrir mão da independência de classe como possibilidade do fomento da organização da classe trabalhadora, o PT redireciona a sua ação distanciando paulatinamente das pautas revolucionárias contra a ordem. Iasi (2012, p. 312) aponta que o transformismo que atravessa o PT e EDP reside no choque entre dois interesses que, a priori, constituíam uma unidade, isto é, os interesses da classe trabalhadora expressos nos acirramentos dos antagonismos no final da década 1970 e 1980 e os interesses de uma camada burocrática que se especializou na gestão dos espaços ocupados (partido, sindicatos, espaços governativos ou parlamentares), ou seja, no âmbito institucional.

A ênfase do PT nas disputas institucionais, isto é, aos limites da pequena política e o afastamento das ações de mobilização, greves etc. se expressaram, sobretudo, a partir das eleições presidenciais e nas sucessivas derrotas de Lula (em 1989, 1994, e 1998). Posto isso, um setor do PT passa considerar a necessidade de ampliar alianças, o que incidiria numa moderação em sua linha estratégica, criando assim as condições para ganhar as eleições, como ocorreu em 2002 consagrando a inflexão que estava em curso no partido.

Tal inflexão já ganhava uma forma mais acaba no XII Encontro Nacional do partido, tal como pode ser verificado em um trecho das resoluções do referido encontro. Vejamos:

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nestas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. *Já os empresários produtivos de qualquer porte* estarão contemplados com ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o

atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade para o capital produtivo (Resoluções XII Encontro Nacional, 2001, *apud* IASI, 2012, p.312. Grifos do autor).

Diante do exposto, é notória a inflexão do partido com relação à independência de classe, bem como a sua disposição em intervir exclusivamente nos limites da ordem burguesa, ou seja, abandonando de vez qualquer possibilidade de ruptura com esta ordem. É o grau e a intensidade dos tensionamentos e acirramentos no bojo da luta de classes que podem incidir nas formas de dominação do Estado burguês evidenciado – como já elucidamos anteriormente – em configurações diversas de regimes políticos tais como democracia parlamentar burguesa, ditaduras militares, bonapartistas, fascistas ou mesmo a combinação entre tais formas. Posto isso, podemos considerar que o transformismo que perpetrou no PT e o redirecionamento da EDP, nos marcos do neoliberalismo no Brasil aliado ao refluxo das lutas sociais, foram funcionais para o avanço de um regime democrático exclusivista, elitista, isto é, um regime democrático blindado.

Considerando esses elementos, no próximo item vamos nos deter aos processos políticos que se desdobraram nos marcos da égide neoliberal e propiciaram a elevação máxima da restrição da democracia brasileira, conferindo o que Demier (2017) tem designado por “democracia blindada”.

3.2. DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: TENDÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS

A intensidade dos acirramentos dos antagonismos no contexto brasileiro no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 apontava para possíveis mudanças substantivas na estrutura autocrática e autoritária do país. A luta democrática encampada pela classe trabalhadora, durante aqueles anos, conseguiu incidir no processo de institucionalização da autocracia burguesa, no entanto apenas provisoriamente, pois sob a égide neoliberal - com os efeitos da reestruturação produtiva aliada à contrarreforma do Estado -, a dinamização das lutas sociais foi alterada, abrindo o caminho para a efetivação de um regime político “democrático blindado”.

Verificamos, no item anterior, que a estratégia neoliberal no Brasil começa a ser implementada ao longo do governo de Fernando Collor (1990-1992), e atravessa todos os governos que o seguiram. Merece destaque, nesse processo, os governos

de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), pois é sob a sua gestão que houve o controle da inflação a partir da implantação do “Plano Real”⁴⁷, que relegou inúmeras derrotas ao movimento sindical e criou as condições para o avanço constante da revisão constitucional, que já estava em curso desde o governo de Collor. É nesse processo que foi constituído o Plano Diretor da Reforma do Estado, em que fica explícito as prioridades do Estado a partir das diretrizes preconizadas pelo Consenso de Washington. Ao abordar o conteúdo dos documentos que orientavam a contrarreforma do Estado, Simionatto (1999) afirma:

[...] as principais diretrizes dos organismos internacionais recomendam que a Reforma do Estado seja orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos, principalmente na área social. As agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, têm articulado uma "aliança tecnocrática transnacional", no sentido de racionalizar os investimentos nessa área, diminuindo o papel do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada. (SIMIONATTO, 1999, p.1).

Uma agenda de reajustes no campo social e econômico, a fim de atender aos interesses do capital, corporificou o “Plano Diretor” e implicou um período de abertura irrestrita da economia, de privatização em massa dos serviços estatais (estradas, energia, telefonia etc.), do apelo e reforço da filantropia (Programa Comunidade Solidária) em detrimento da responsabilização do Estado. Ou seja, as propostas aludidas na Carta Constitucional de 1988, que previam uma mudança no campo das políticas sociais, sofreram o impacto da estratégia neoliberal antes mesmo de serem efetivadas. Ao abordar o processo que configurou a sistematização do referido documento bem como suas tendências, Duriguetto (2007, p. 176) explicita:

A proposta desta reforma – denominada de reforma administrativa – surgiu no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) sob a gestão do ministro Bresser Pereira. Essa reforma começou a ser implementada por meio de um ‘Plano Diretor’ redigido no primeiro semestre de 1995, em que se destaca a defesa do chamado modelo gerencial. Tal modelo, em linhas gerais, objetiva dotar o aparelho estatal de mais “governança” e de mecanismos político-institucionais mais eficientes para executar suas funções. O

⁴⁷ Sete políticas compuseram o Plano Real: primeiro, a liberalização das importações; segundo, a sobrevalorização da moeda; terceiro, liberalização dos fluxos internacionais de capital; quarto, liberalização financeira doméstica; quinta, altas taxas de juros; sexta, redução dos déficits nominais do setor público; sétimo, desindexação (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.105-108).

conceito de 'governança' é aqui utilizado para referir-se à incapacidade financeira e administrativa do Estado brasileiro de concretizar suas decisões. Essa dupla incapacidade é, segundo Bresser, extremamente acentuada pelos preceitos contidos na Carta de 1988. Refere-se às conquistas sociais contidas na Constituição como 'retrocesso burocrático' (Bresser Pereira, 1998: 163), podendo, tais conquistas, se implementadas, perpetuar e agravar nossa histórica herança de uma relação Estado/sociedade marcada pelo clientelismo, patrimonialismo e pela burocracia. Dotar o Estado de amplas responsabilidades sociais também implica no agravamento da crise fiscal do Estado que, para Bresser, é a principal responsável pela crise da década de 1980.

Em um contexto de refluxo das lutas sociais e prevalência da disputa política nos limites da institucionalidade burguesa, as estratégias contrarreformistas constitutivas do projeto neoliberal não se depararam com força suficientemente capaz para barrá-las e impedir sua efetivação. Diante desse quadro de consolidação da égide neoliberal no Brasil, as eleições presidenciais de 2002 foram concebidas por parcela significativa da classe trabalhadora como um meio de reverter o enquadramento neoliberal e seus efeitos. Contudo,

[...] a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimento sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles⁴⁸ – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010, p.42).

A vitória de Lula/PT⁴⁹ nesse pleito presidencial expressou a confiança depositada pelos segmentos subalternizados. No entanto, a própria chegada de Lula/PT ao governo federal foi possível mediante inclinação prévia do partido às

⁴⁸ A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada de existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural” (COUTINHO, 2010, p. 31).

⁴⁹ A vitória de Lula/PT em 2002 inaugura um ciclo de sucessivas vitórias do partido para presidência – que vai de 2002 a 2014 - o qual foi interrompido pelo golpe parlamentar de 2016 com o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff.

medidas neoliberais (afastando-se dos aspectos revolucionários contra a ordem), e forjou um “pacto social”, como se refere Iasi (2017), ou *projeto de concertação social*, como considerou Demier (2017). Nesse sentido, a chegada de Lula/PT ao poder não significou uma ruptura com os interesses do capital, mas um aprofundamento das relações econômicas nacionais com as internacionais. Carcanholo (2010, p. 112-3) fez a seguinte síntese ao considerar o processo que possibilitou a vitória de Lula/PT em 2002.

[...] a economia política do governo Lula podia ser antevista já durante a campanha eleitoral. Em meados de 2002, durante a campanha presidencial, a candidatura de Lula lança a Carta ao povo brasileiro, na qual se compromete a manter todos os contratos estabelecidos na economia, sinalizando para a manutenção da política econômica nos mesmos moldes. Em agosto de 2002, o ainda governo de Fernando Henrique Cardoso assina um acordo com o FMI dando garantias de manutenção da política econômica. Esse acordo teve uma revisão em março de 2003, já no governo Lula, mantendo as garantias. A sinalização dada pela Carta ao “povo” brasileiro não poderia ser mais clara: o governo Lula acatou o acordo, e tudo o que está implícito nele, como a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megassuperávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical.

Indubitavelmente, o elemento central da vitória de Lula/PT reside no transformismo que se efetivou no interior do partido e em sua linha estratégica. Nessa direção, Iasi (2017, p. 319) afirma que o equívoco maior do PT e da EDP foi se render aos limites da institucionalidade e governabilidade burguesa, bem como às amarras de um presidencialismo de coalizão⁵⁰. Ao se afastar das estratégias de ativação popular, a qual possibilitaria à conformação de uma base popular que poderia dar sustentação e legitimação às investidas de um governo “democrático e popular”, o partido abdica da capacidade de luta da classe trabalhadora, ou seja, de uma governabilidade que se dirigisse contra os limites da ordem Iasi (2017, p. 319).

⁵⁰ [...] Vivemos em um presidencialismo de coalizão, isto é, o presidente governa construindo uma sustentação no Congresso (Senado e Câmara de Deputados). A sistemática política funciona no sentido de impor a necessidade de formar bancadas de sustentação entre forças no Legislativo. O meio consagrado de manter essas bancadas, condição essencial à governabilidade, é a troca de favores entre o Executivo e o Legislativo, que pode se dar na divisão de cargos no governo, na aprovação de emendas ao orçamento, no direcionamento das ações públicas para áreas de interesse dos *lobbies* que os parlamentares representam (IASI, 2017, p. 317).

Nos governos do PT, não foi possível viabilizar rupturas concretas que incidissem na estrutura autocrática, autoritária, elitista, exclusivista e restritiva que sustenta o Estado burguês brasileiro. Contudo, contraditoriamente, tal governo se sustentou em políticas de transferências de renda focalizadas e seletas, assim pode oferecer muito pouco aos segmentos subalternizados que aderiram à programática da referida gestão, esse processo culminou em uma forma ainda mais marcante de democracia restrita.

Iasi (2017, p. 6), ao se referir aos processos políticos que possibilitaram a chega do PT ao governo federal bem como a sustentação de seus governos, pondera que prevaleceu um cenário que Florestan Fernandes⁵¹ descartou em um primeiro momento: a democracia de cooptação, isto é, [...] um tipo de democracia que em troca de adesão parcial dos trabalhadores ofereceria muito pouco, levando a uma forma ainda mais marcante de democracia restrita, uma democracia de cooptação Iasi (2017, p. 4). Sobre a democracia de cooptação, o autor especifica:

A base da democracia de cooptação é a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta ao mesmo tempo que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto, para a acumulação privada, aumentando a pobreza relativa (IASI, 2012, p. 316).

De acordo com Iasi (2017, p. 322) a democracia de cooptação, que se desenvolveu no bojo dos governos do PT, foi viabilizada por um pacto entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que mediante os termos da democracia de cooptação, buscou a adesão dos segmentos da classe trabalhadora, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços. O autor ainda pondera que, o pacto se firmou em uma política de desenvolvimento econômico que deveria garantir os marcos necessários para a acumulação de capitais, o que supostamente levaria ao aumento da arrecadação e a lenta e focalizada transferência para políticas de amenização da miséria extrema. Em suma,

[...] Nos termos idealizados do pacto e da democracia de cooptação, todos sairiam ganhando: os trabalhadores, pelo aumento da oferta de emprego (ainda que achatando os salários no topo da pirâmide de assalariados e precarizando direitos e vínculos trabalhistas) e pelo

⁵¹ É importante salientar que Fernandes descarta esse cenário ao se deparar com um processo de ampla ativação popular ao final da década 1970 e que pôde incidir, em certa medida, pelo menos momentaneamente, no projeto de institucionalização da autocracia burguesa.

acesso ao consumo via facilitação de crédito; para aqueles abaixo da linha da miséria absoluta (menos de um dólar ao dia), com políticas compensatórias como a bolsa família; para os grandes empresários do capital monopolista, além das condições macroeconômicas e o saneamento do Estado, subsídios diretos e “previsibilidade” para fazer seus investimentos e garantir taxas de lucro (IASI, 2017, p. 322-3).

Iasi (2017, p. 323) chama a atenção que o meio para viabilizar o pacto seria o desenvolvimento de um “mercado de consumo de massas”, que exigiria facilidades para o capital em todos os seus setores: industrial, exportador e importador, agrário etc. O autor ainda destaca que a princípio os efeitos do pacto se fizeram sentir em níveis de crescimento econômico, de emprego e de consumo, que garantiram patamares razoáveis para a acumulação de capitais e o funcionamento da democracia de cooptação. Reside neste processo o crescimento da exportação de *commodities* em um cenário econômico internacional favorável que provocou uma estabilidade mínima ao país, mas significou o aprofundamento da dependência econômica do mesmo. Carcanholo (2010, p. 123) sintetiza:

A melhora das contas externas só ocorreu por uma eventualidade conjuntural dos seguintes fatores: (i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa os produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira; (iii) crescimento do preço das *commodities*, predominantes na estrutura exportadora do país.

É importante ponderar que a aplicabilidade do pacto culminou no apassivamento da classe trabalhadora a partir de um movimento duplo que pode ser constatado a partir da captura das lideranças de movimentos sociais e sindicais para ocupar as instâncias institucionais do governo e, concomitantemente, a abrangência de políticas sociais compensatórias e focalizadas a fim de administrar⁵², no campo do imediato, as necessidades e demandas dos segmentos subalternizados. Para tanto o pacto garantiu

[...] a inviabilização do Estado como indutor de um desenvolvimento, mesmo nos termos reformistas ou semirreformistas apontados pelo programa do PT. As políticas sociais têm que se manter nos limites

⁵² Destacam-se nesse processo a abrangência da expansão da cidadania e a inclusão social por meio de programas sociais, entre os quais a transferência de renda, o aumento do salário mínimo, programas sociais como o Bolsa Família, cotas de admissão em universidades e no serviço público, a expansão do acesso aos bens públicos, etc. Saad filho; Moraes (2018, p. 246).

das políticas compensatórias e focalizadas tal como defendidas pelo Banco Mundial; os serviços públicos não podem dar o salto necessário para enfrentar sua grave crise de sucateamento aprofundada por décadas de descaso. Mais uma vez, a solução beneficia a lógica do mercado: as parcerias público-privadas e a intensificação das privatizações (IASI, 2017, p. 324).

Ao considerar esse cenário, mais especificamente no quadro das eleições de 2006 em que Lula/PT foi eleito para seu segundo mandato, Oliveira (2010, p. 24-5) explicitou:

[...] Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas” típica da era da globalização [...] A longa “era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do apartheid. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa.

A administração da “pobreza⁵³” ganhou notoriedade no desenvolvimento do pacto social dos governos do PT. Todavia, Iasi (2017, p.348) enfatiza que o equilíbrio do governo de pacto social sempre foi difícil uma vez que supõe poder conciliar o que é inconciliável, isto é, os interesses das classes antagônicas. E pressupõe, também, uma estabilidade econômica e uma governabilidade negociada por meio de cargos no governo. Posto isto, a partir de 2008, com a mudança da conjuntura econômica externa, os anos que seguiram têm sido de aprofundamento da crise econômica do país, aprofundamento que provocou fissuras ao pacto estabelecido durante a ascensão do PT ao poder. Se nos dois mandatos de Lula

⁵³ Durante os governos do PT, houve redistribuição da renda por meio do maior acesso a aposentadorias, programas de transferência de renda e crédito ao consumidor, além de maiores ganhos no mercado de trabalho. No entanto, ao contrário do ocorrido com a social-democracia europeia do pós-guerra, o consumo de massa coexistiu com a preservação da desigualdade de riqueza e com um padrão de empregos em franca deterioração. Ou seja, à medida que os rendimentos dos mais pobres aumentavam, a pobreza diminuía e os salários tornavam-se menos desiguais; ao mesmo tempo, os ricos preservavam seus rendimentos, e empregos continuavam precários e mal remunerados (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 164).

(2003-2006; 2007-2010) tais fissuras foram sendo contidas, com os impactos da crise cada vez mais aparentes, o governo de Dilma (2011-2014; 2015-2016) teve dificuldades de se legitimar e reafirmar o pacto.

[...] a partir da segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a situação influiu visivelmente, com o desemprego aumentando e a inflação corroendo fortemente o poder de compra dos trabalhadores (que nunca foi alto, mas era significativo para os padrões nacionais das últimas décadas, sobretudo em função dos créditos consignados) e dos setores médios, estrangulados – assim como os assalariados – pela estrutura tributária do país, profundamente regressiva [...] O descontentamento social cresceu celeremente. As Jornadas de Junho de 2013 foram, de certa forma, uma expressão dessa nova situação. O alto custo de vida, o caos nos serviços públicos, e nos transportes em particular, tornou a vida quase insuportável para a maior parte da população, que iniciou vertiginosamente uma ruptura como o petismo no poder. Diante disso, até mesmo a capacidade do PT de domesticar os movimentos sociais e aplicar os ajustes tornou-se menor, diminuindo, por conseguinte, a sua serventia política ao capital (DEMIER, 2019, p. 40).

Ainda nessa direção, Iasi (2017, p. 427) pondera que a mudança do cenário econômico mundial e o conseqüente agravamento da crise na periferia do sistema fez com que as bases da democracia de cooptação e do governo de pacto social deteriorassem rapidamente. De modo que as manifestações de 2013⁵⁴ tocaram em uma das principais bases do pacto, isto é, a eficiência do apassivamento. Em suma, ao diminuir a capacidade de manter o apassivamento dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, aplicar ajustes, o governo do pacto social, sobretudo, a democracia de cooptação sustentada por este vai perdendo a utilidade para a hegemonia burguesa.

É importante salientar que o cenário político brasileiro pós jornadas de junho foi marcado por uma guinada conservadora, que acabou por ganhar ressonância - ainda no bojo do movimento - com a propagação do apoliticismo e com a

⁵⁴ Em junho de 2013 ocorreram grandes mobilizações de massa nas ruas de todas as capitais do país. Inicialmente impulsionadas pela juventude organizada pelo Movimento Passe Livre-MPL contra o aumento da tarifa dos transportes, na sequência se ampliaram com a participação de diversos segmentos dos trabalhadores e com um amplo leque de protestos como o alto custo de vida e a ausência e/ou precarização de serviços de educação, saúde e habitação. Em 2014, os gastos com a Copa do Mundo em detrimento dos gastos com a educação, saúde, transporte, habitação, reforma agrária geraram também grandes mobilizações, que foram fortemente reprimidas (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 15-6).

centralidade da pauta anticorrupção como justificativa para todos os “males” no âmbito social e econômico do país. Contudo, é em torno das eleições presidenciais de 2014, sobretudo, após o resultado desta, que a guinada conservadora acelera o processo corrosivo da democracia de cooptação e do pacto que a sustentava.

O pleito presidencial de 2014 evidenciou o recuo das frações dominantes na sustentação do pacto e foi marcado pelos acirramentos provocados, em certa medida, pela guinada conservadora. Mesmo nesse cenário, Dilma Rousseff/PT conseguiu se reeleger com uma pequena margem de votos à frente de seu adversário Aécio Neves/PSDB. Não obstante, no segundo mandato de Dilma, o aprofundamento da crise econômica conferiu o esgarçamento total do pacto social sustentado ao longo dos governos petista. De modo que a crise econômica instigou e fortaleceu uma ação conjunta das frações da burguesia para a recuperação do crescimento econômico. Tal recuperação seria subsidiada pelas medidas contrarreformistas e no constante ajuste fiscal. É importante ponderar que, para a burguesia, esta recuperação não seria possível de ser levada a cabo pelo PT no ritmo exigido pelo cenário de recessão econômica Demier (2019, p. 28). Em suma, [...] este é o foco que cimentou a *unidade de ação* das diferentes frações da burguesia para a deposição da presidente Dilma, no dia 31 de agosto de 2016 Demier e Duriguetto (2017, p. 13. Grifos dos autores).

De acordo com Iasi (2017, p. 02), o golpe expressou a superação da democracia de cooptação e cedeu espaço para uma nova forma institucional e política. Contudo, Demier (2017, p. 100) pondera que, o golpe⁵⁵ de 2016 eleva ao máximo um processo que iniciou com a “transição democrática”, se intensificou no bojo dos governos da direita neoliberal e atravessou os governos do PT, e encontra seu ápice com a investida golpista que irrompe a consagração de um regime democrático blindado sintonizado com os pressupostos do capitalismo monopolista sob a égide neoliberal. Nesta direção, Demier (2017, p. 100. Grifos do autor)

⁵⁵ Foi um golpe no governo articulado por parte dos aparelhos do Estado como o Parlamento, o Judiciário (com aval da Suprema Corte) e a Polícia Federal; pelos oligopólios da mídia, que atuaram abertamente como os grandes fomentadores e indutores do *impeachment*; e pela atuação ativa das diferentes frações das classes dominantes e dos setores médios¹⁸. Não foi um golpe no regime político, e sim – reiteramos – no governo, o que foi possível pelo próprio funcionamento da institucionalidade democrática restrita, blindada (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 13).

sintetiza alguns dos processos que conferiram a consolidação da blindagem da democracia brasileira.

As contrarreformas realizadas pelos governos de Cardoso “adequaram parcialmente a estrutura do Estado brasileiro à perspectiva neoliberal que se tornara dominante”. Durante esse duro período para o conjunto dos setores subalternos, acelerou-se um processo que se mostraria fundamental para a efetivação de uma *democracia blindada* no país: o *transformismo* das principais representações, nos planos sindical e político, das direções do movimento popular, a saber a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Abandonando suas propostas reformistas da ordem social e abdicando de um combate tenaz às políticas neoliberais, estes dois importantes bastiões da classe trabalhadora foram aderindo progressivamente à lógica que embasava a plataforma política das social-democracias europeias a partir dos anos 1980, na qual a defesa de uma regulação social do capitalismo por meio, entre outros aspectos, de direitos sociais universais, deu lugar à defesa de contrarreformas cujos resultados deveriam ser amainados por meio da expansão de políticas sociais focalizadas.

Sob a égide neoliberal, a democracia possível é a democracia blindada fundada em princípios minimalistas, restritos e funcionais à expansão e valorização do capital Demier; Duriguetto (2017, p. 8). No contexto brasileiro, esta forma de dominação aprofunda uma marca característica da particularidade do desenvolvimento desigual e combinado do MPC, isto é, a democracia restrita típica (FERNANDES, 1975 apud DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 8-9). Ao especificar as tendências que atravessam as democracias blindadas, Demier (2013, p. 7) sintetiza:

[...] Distintamente das democracias do *welfare state*, nas quais os movimentos sociais organizados conseguiam penetrar de forma mediada (majoritariamente por meio de representações políticas social-democráticas) nas instâncias institucionais do regime e pressionar pela implementação de suas posições, as tais *democracias blindadas* têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares, mesmo as de viés reformista.

Posto isto, ao considerarmos a impermeabilidade às demandas populares no bojo da democracia blindada, algumas indagações surgem: Quais são os expedientes que sustentam esse tipo de regime? Qual a relação estabelecida entre consenso e coerção em seu interior? Qual o significado e a urgência da constituição de forças de cariz popular/proletário no interior da sociedade civil para incidir na blindagem da democracia?

Ao considerar a base de sustentação da democracia blindada, Demier; Duriguetto (2017, p.11) enfatizam o processo de hipertrofia dos aparatos coercitivos

do Estado que objetiva incidir em todas as ações que se opõem à implementação da agenda contrarreformista. Tal processo pode ser constatado através da criminalização da pobreza, na judicialização do protesto social, na repressão política e na militarização. E ainda ressaltam,

[...] estes mecanismos coercitivos estão presentes desde os primórdios do capitalismo, são nas expressões contemporâneas da crise do capital e nas contraofensivas e contrarreformas para a retomada de sua expansão e valorização que se intensifica os processos de controle penal do Estado sobre os pobres e os que lutam (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 11).

No Brasil, tendo em vista a prevalência histórica do aspecto restritivo em todas as formas de dominação que aqui tem se constituído, a utilização de expedientes coercitivos e repressivos foi sempre marcante. Contudo, com a blindagem da democracia, a ação de linha coercitiva e repressiva [...] tomam forma na criminalização dos movimentos sociais (criminalização das manifestações e organizações da classe trabalhadora por meio da repressão, da prisão arbitrária de dirigentes, da ilegalidade das lutas) Demier; Duriguetto (2017, p. 15).

Ainda sobre a hipertrofia dos aparatos coercitivos e repressivos, Demier (2013, p. 4, Grifos do autor) pondera que o crescimento da repressão no bojo da democracia blindada acompanha o crescimento das resistências sociais, de modo que os expedientes coercitivos e repressivos são acionados seja de forma *preventiva*, com ameaças prévias que buscam dissuadir as organizações e movimentos a se manifestarem publicamente, seja de forma *punitiva*, com agressões físicas, violência policial, desalojamentos, indiciamentos e prisões de manifestantes que se lançam nas lutas.

É importante salientar, que no bojo da democracia blindada, a atuação do poder Executivo, Legislativo e Judiciário tende a legitimar a criminalização das tentativas de resistência dos segmentos subalternizados. No contexto brasileiro, a aprovação da Lei antiterrorismo em 2016, no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff/PT, é um exemplo plausível da institucionalização do autoritarismo e do empenho em garantir a impermeabilidade às demandas populares na democracia blindada. Duriguetto (2017, p. 112) nos chama a atenção sobre o contexto em que esta lei foi aprovada.

É nesse contexto de judicialização dos protestos sociais que surge a lei antiterrorismo, a qual emerge num contexto de retomada de grandes mobilizações de massas nas ruas. O projeto inicial, o PL n. 2.016/2015, de autoria do Poder Executivo, tipificou o crime de

terrorismo na legislação brasileira e não enquadrava na lei a conduta individual ou coletiva de movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional se eles tivessem como objetivo defender direitos, garantias e liberdades constitucionais. No entanto, as práticas definidas como terroristas possibilitam uma larga margem de subjetividade à autoridade policial, ao Ministério Público e ao juiz, uma vez que serão eles que dirão se o ato delituoso foi cometido com propósito social ou reivindicatório e, assim, será enquadrado segundo o Código Penal, ou se foi cometido com propósito terrorista [...]. Então, mesmo com a ressalva, não se impede a criminalização, porque o julgamento sempre dependerá do filtro ideológico desses atores jurídicos, muitos dos quais veem na atuação de alguns movimentos sociais uma ofensa à Lei de Segurança Nacional.

Como supracitado, os expedientes coercitivos e repressivos têm demonstrado ser uma base importante de sustentação da democracia blindada brasileira, contudo, estes não são exclusivos e a mesma, na condição de uma forma de dominação hegemônica, também se vale dos elementos mistificadores da natureza de classe do Estado burguês, ou seja, dos expedientes de consenso, mas com significativa alteração, posto que a blindagem da democracia se assenta na restrição máxima dos elementos concretos de produção de consenso, isto é, do conjunto de direitos civis, políticos e, sobretudo, sociais. De modo que, [...] quanto mais os direitos são atacados e, portanto, quanto mais o substrato real do consenso é esvaziado, maiores e mais necessárias as dosagens ideológicas Demier (2019, p. 31). É neste processo que os meios de comunicação de massa desempenham uma atuação ímpar no bojo da democracia blindada, sendo um dos pilares de sustentação desta. Assim, ainda que a prevalência dos expedientes de arbítrio seja uma constante na democracia blindada, este tende a ser apoiado no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações Demier (2019, p. 35).

Nessa direção Demier (2019, p. 30) nos chama a atenção para uma questão que a democracia blindada brasileira tem demonstrado que é o fato de seu [...] funcionamento já não ser tão dependente da chamada “legitimidade popular”, pelo menos se esta for tomada no sentido do apoio da “opinião pública”. Na pretensão de demonstrar esta tendência no interior desta forma de dominação ao considerar o governo golpista de Temer (2016-2018), o autor especifica:

[...] Não só a desaprovação ao presidente Temer por aproximadamente 97% da população brasileira não produz nenhum efeito prático no andamento da agenda governamental, na medida em que não ocasiona nenhuma ruptura das bases parlamentares

com o Executivo – o que, por si só, evidencia o tal fosso entre a vontade popular e as representações políticas, característica por excelência da democracia blindada –, como a própria impopularidade do presidente em um sistema presidencialista é vista pelos finórios ideólogos do regime não como um problema, e sim como uma virtude, já que, segundo eles, somente um presidente que não busque respaldo popular pode abdicar de posturas “populistas” e adotar medidas impopulares, “aplicando o remédio amargo que o país precisa” (DEMIER, 2019, p. 30).

Posto isto, no contexto brasileiro é notório – no curso da investida golpista, sobretudo, no pós-golpe – a atuação do judiciário bem como dos demais poderes orquestrados em conjunto com os meios de comunicação de massa na garantia da sustentação da democracia blindada. Nessa direção Demier (2019, p. 31. Grifos do autor) enfatiza que, [...] as *democracias blindadas* têm nos meios de comunicação de massa, nos grandes conglomerados empresários-midiáticos, uma das suas principais fontes de produção do consenso. Em suma,

[...] por meio do discurso ideológico, que se pronuncia normativamente sobre vários âmbitos da vida social, as corporações midiáticas ajudam a executar cotidianamente a blindagem das atuais democracias. Diferentemente de formatações anteriores da democracia liberal, a grande imprensa parece, nas *democracias blindadas*, executar uma função interna basilar do regime, e não mais apenas uma função complementar, ‘externa’, limitada a apoiar/referendar os mecanismos de dominação vigentes. Agora, ela é um dos sujeitos que engendra esses próprios mecanismos, ela é uma das próprias instituições de um regime democrático dotado de um sentido visceralmente contrarreformista (DEMIER, 2019, p. 31. Grifos do autor).

A partir da constatação do lugar em que os meios de comunicação de massa ocupam no interior da democracia blindada, enquanto um pilar de sustentação desta, é possível apreendermos como esta forma de dominação mantém sua função hegemônica ao mesmo tempo em que abdica dos elementos concretos de criação de consenso, vale-se da atuação do aparato midiático na disseminação ideológica.

[...] essas considerações sobre a dimensão midiática da *democracia blindada* brasileira para assinalar a ideia de que, a nosso ver, tal regime possui uma capacidade de produção de consenso e, por conseguinte, uma capacidade *hegemônica* maior do que se poderia supor em se tratando da já mencionada dilapidação, operada pelo próprio regime, das bases materiais sobre as quais, tradicionalmente, se assentam a construção do consenso (ou seja, a esfera dos direitos). Nesse sentido, a democracia brasileira de hoje – tal como, em geral, as demais *democracias blindadas* hodiernas – detém, em função, justamente, dos seus genes midiáticos – sendo a grande imprensa, frisamos, uma estrutura constitutiva do próprio regime – condições de apoiar-se, mais do que qualquer outra democracia de

outrora, na simples dimensão retórica da ideologia ou, se quisermos, na dimensão mais ideológica da própria ideologia, na falsa consciência per si. Assim, ainda que nada ofereça em troca, ainda que não possua nenhum momento de verdade, a ideologia contrarreformista midiática consegue conquistar subjetivamente, em uma larga e assustadora escala, trabalhadores e trabalhadoras, cuja dimensão concreta da vida será negativamente, e apenas negativamente, afetada pelas contrarreformas. A ideologia contrarreformista na atual *democracia blindada brasileira*, a ideologia só e somente de palavras, por assim dizer, parece, na atual correlação de forças do país – e esta é sempre um elemento central na análise –, poder continuar a funcionar, com êxito, apenas como pura ideologia, isto é, como uma *ideologia puramente ideológica* (DEMIER, 2019, p. 32-3. Grifos do autor).

Para apreendermos as bases constitutivas e de sustentação da democracia blindada pressupõe considerarmos que, em seu interior, há uma modificação das bases tradicionais de produção do consenso, visto que esta não se assenta mais na esfera dos direitos sociais, isto é, através da incorporação de direitos na estrutura estatal, mas através do convencimento ideológico dos setores subalternizados da necessidade de aniquilação de tais direitos. Em suma, [...] o corte de direitos sociais, o ataque aos direitos civis e políticos em geral é um traço do atual fastígio do regime *democrático-blindado*, que faz do mesmo uma democracia cada vez menos democrática, mais restritiva e, portanto, mais violenta Demier (2019, p. 33. Grifos do autor).

Demier (2019, p.42), também nos chama atenção para a funcionalidade da atuação do Poder Judiciário (hipertrofiado e, em certa medida, autonomizado) como sustentação e legitimação da democracia blindada brasileira, respaldado na agenda de “combate à corrupção”. Foi nos marcos da investida golpista, sobretudo no pós-golpe, isto é, no curso do governo golpista de Michel Temer, que esta tendência pôde ser constatada. Visto que, ao longo deste governo, de acordo com o autor, verifica-se um processo de *ruptura política entre representantes e representados*⁵⁶, o

⁵⁶ [...] ao longo do instável governo Temer, pode-se verificar um processo de *ruptura política entre representantes e representados*, no qual o grosso da burguesia brasileira, em meio à interminável crise política, parece vir abandonando pouco a pouco suas lideranças e representações político-parlamentares e aderir, ainda que timidamente, a um novo tipo de liderança, de sabor bonapartista. Tal desconexão entre uma base social e suas representações políticas tradicionais, designada por Gramsci como ‘crise orgânica’, se constitui, a nosso ver, em uma etapa da atual ‘crise de hegemonia’ que se abriu no país com o esgotamento da *concertação social* petista, e que se desenvolve celeremente na medida em que a classe dominante parece não despor de nenhum quadro eleitoral de confiança capaz de obter legitimidade eleitoral para a aplicação, ainda mais intensa, do plano contrarreformista (DEMIER, 2019, p. 42).

qual configurou uma “crise orgânica” que acabou evidenciando o [...] protagonismo do Poder Judiciário no processo político, que se verifica a partir da Operação Lava Jato, capitaneada pelo Ministério Público e pelo, então, juiz Sérgio Moro (Idem; *Ibidem*). Nessa direção, o autor sintetiza:

No processo de neoliberalização, a agenda do ‘combate à corrupção’ tem se prestado, à escala internacional, como justificativa para a chamada ‘reforma do Estado’, que na realidade se configura como a reestruturação do aparelho estatal de modo que este seja gerencialmente adequado ao regime de acumulação neoliberal – isto é, uma contrarreforma do Estado. No atual caso brasileiro, no qual também o ‘combate à corrupção’ e a plataforma contrarreformista se entrelaçam, salta aos olhos o já mencionado protagonismo assumido pelo Poder Judiciário, o qual vem adotando posturas que não só evidenciam sua seletividade política como expõem seu desrespeito aos direitos civis e a certas normas legais. Na Operação Lava Jato não faltam exemplos de tais aspectos, desde as polêmicas *conduções* coercitivas, feitas de forma irregular, até a escandalosa divulgação de conversas telefônicas privadas envolvendo a então chefe do Poder Executivo (DEMIER, 2019, p. 44. Grifos do autor).

A atuação do Poder Judiciário em sintonia com os designios da égide neoliberal e a operacionalização da sua agenda de “combate à corrupção” é extremamente funcional para a sustentação da democracia blindada. É importante salientarmos que esta atuação do judiciário desfrutou de amplo apoio dos setores médios, sobretudo, de sua ala mais conservadora, mas também contou, ainda que de forma passiva, com o respaldo dos trabalhadores. De modo que o protagonismo dessa parte da burocracia do Estado brasileiro alcança um patamar de legitimação que foi capaz de incidir no pleito presidencial de 2018, tendo em vista “os riscos” que esse processo, com a possível vitória de Lula/PT, apresentava para o andamento da “marcha contrarreformista”.

O programa do Golpe de 2016 precisa seguir sendo aplicado, porém, por meio de um governo respaldado pelas urnas. Aqui está o busílis, o x da questão. A burguesia não só considera Lula incapaz de aplicar tal programa nos moldes exigidos por ela, como não encontra nenhum candidato confiável capaz de seguramente derrotar o petista nas urnas (DEMIER, 2019, p. 51).

É nesse quadro que a investida do poder judiciário assentada na Operação Lava Jato, capitaneada pelo então juiz Sergio Moro, impactou nos rumos desse pleito presidencial ao encaminhar a condenação de Lula e decretar sua prisão. Esta foi a saída encontrada pelas frações da burguesia para sustentar a democracia blindada e a manutenção das “eleições” em seu bojo, tida como instrumento

fundamentalmente importante para a mistificação de uma “cidadania” pautada no “poder da escolha”. Ao deter sobre as ressonâncias desse processo, Demier (2019, p. 77-8) faz a seguinte análise:

Adentramos, assim, em um simulacro de processo eleitoral, no qual a *blindagem* da atual democracia liberal parece atingir seu ápice. Com Lula fora do pleito e os finórios jornalista televisivos instilando diariamente nas massas que tal exclusão é inquestionável, os homens do capital, com a sua *razão golpista*, confiam que o poder econômico, os mecanismos antidemocráticos da legislação eleitoral, a mudança do algoritmo nas redes sociais, combinados à indefectível exclusão por parte dos *mass media* dos candidatos indesejáveis, serão suficientes para que, diante das indesejadas mediações da realidade, seus desejos se efetivem o máximo possível – enquanto, com a crescente conspurcação dessas próprias mediações, é a própria realidade que vai sendo adaptada aos desejos do capital. Diante das regras do jogo, ou pelo menos daquelas que ainda foram preservadas, o que pretendem os homens do capital é alçar à Presidência da República [...] Legitimado o golpe pelas urnas, absolvida a sedição pela eleição, o caminho estará aberto para que os homens do capital possam sonhar acordados, enquanto nos conduzem ao desemprego assustador, à pobreza extrema, à violência inescapável, à desagregação social e ao neofascismo cruento (DEMIER, 2019, p. 77-8. Grifos do autor).

A partir do exposto, é possível identificarmos que a democracia blindada brasileira vinculada à agenda contrarreformista neoliberal não logrou apenas restringir direitos sociais, mas também incidiu nos direitos políticos e civis que foram garantidos na CF-1988. Possui relevância nesse processo, como elucidamos anteriormente, o protagonismo do Poder Judiciário em conjunto com os meios de comunicação de massa, tais instâncias respectivamente, sustentam a nossa democracia blindada.

De acordo com Demier (2019, p. 88), ao passo que as liberdades são cerceadas no bojo da democracia blindada, fortalece o outro pilar de sustentação do regime, isto é, os expedientes de arbítrio e repressão. Desde o Golpe 2016 esta tendência vem em uma linha crescente no Brasil, não são poucos os exemplos que demonstram esta evidência, a destacar as ações truculentas da polícia direcionada às manifestações de viés popular/proletário, intervenção militar no Rio de Janeiro, execução da vereadora Marielle Franco (PSOL), prisão de Lula e, conseqüentemente, impedimento de concorrer às eleições presidenciais de 2018, entre tantas outras ações.

Nessa mesma direção, Demier (2019, p.88-89) nos chama atenção aos efeitos provocados pela operacionalização da agenda de “combate à corrupção”

vinculada ao receituário contrarreformista neoliberal no interior da democracia blindada. De acordo com o autor, há nesse processo a conformação da ideologia anticorrupção a qual demonstrou ser extremamente funcional para essa forma de dominação.

[...] a *democracia blindada* cortou praticamente qualquer lastro, qualquer mediação minimamente representativa com as massas populares. Para estas, o regime político *democrático-blindado* passou a ser visto como não mais do que um monopólio de um bando de rapaces e corruptos, interessados apenas em suas próprias fortunas, libações e orgias financeiras [...] Por meio da ideologia anticorrupção, o conteúdo de classe, burguês, da própria corrupção foi (e é) obnubilado, e seus praticantes, ao invés de serem vistos pelas massas como políticos corruptos que, a serviço da burguesia, retiram direitos, foram (e são) enxergados como simples e autônomos corruptos, cujos atos ilegais – e não os legais, a retirada de direitos e o ajuste fiscal – seriam os principais responsáveis pela atroz degradação das condições de vida do povo (DEMIER, 2019, p. 88-89. Grifos do autor).

Demier (2019, 89) pondera que é a partir da relação desses elementos supracitados, isto é, de ampliação dos expedientes de arbítrio e de repressão, de utilização de uma ideologia anticorrupção que aprofunda e legitima o afastamento da presença das massas populares no bojo da democracia blindada, que foram criadas as condições para que o fascismo ultrapassasse as fronteiras pequeno-burguesas e alcançasse eleitoralmente uma expressão de massas. O autor ainda ressalta que o fascismo vinha se desenvolvendo desde o segundo governo Dilma com o avanço do conservadorismo/reacionário no interior dos segmentos médios hostis às políticas sociais focalizadas e afirmativas, de modo que, com a manutenção da crise econômica e política que tem perpetrado o país nos últimos anos, pôde ascender com o apoio de toda a engenharia contrarreformista neoliberal que constitui a nossa democracia blindada.

Nos marcos da democracia blindada brasileira, com a restrição máxima das pautas dos segmentos subalternizados e constante ampliação de expedientes de repressão e coerção, de ascensão do fascismo e de avanço da agenda contrarreformista, indagamo-nos quanto ao significado e a urgência da constituição de forças de cariz popular/proletário no interior da sociedade civil para incidir na blindagem da democracia.

Nessa direção, Iasi (2019, p. 438), ao fazer um balanço da EDP e do transformismo que se revelou em seu desenvolvimento, pondera que o gradualismo

presente nessa estratégia se mostrou impossível, haja vista todo aparato que estrutura o Estado burguês, expresso pelos instrumentos utilizados pelos segmentos dominantes para interferir nos processos políticos quando estes não lhes são interessantes. Outra questão destacada pelo autor é que o gradualismo presente na perspectiva de acúmulo lento e gradual das forças acabou por desarmar politicamente a classe trabalhadora para o momento inevitável de ruptura.

[...] Isso significa que qualquer estratégia de transformação, ainda que inclua gradualismos e processos longos de acúmulo de forças (como a experiência do PT demonstrou ser possível), em algum momento se verá diante de uma inevitável ruptura (como a experiência do PT também demonstrou). Nesse momento da incontornável ruptura, as classes dominantes comprovaram ter instrumentos e recursos (políticos, militares, ideológicos, midiáticos, ideológicos etc.) que permitem isolar seus inimigos e neutraliza-los, inclusive sem a necessidade de recursos extremos de uso explícito do aparato militar (IASI, 2019, p.438).

Diante desse quadro, Demier (2019, p.81-2), em uma análise particular quanto ao caráter blindado da democracia, avança e aponta algumas perspectivas políticas para o seu enfrentamento.

[...] o chamado programa democrático-popular – de conquista progressiva das instituições por parte das organizações da esquerda socialista é hoje não só infrutífera mas delirante e deseducadora. É a atual *democracia liberal blindada* que deve ser solapada para que direitos sejam garantido e aprofundados. Para tal, o centro das lutas deve estar nas ruas, nas lutas cotidianas da classe trabalhadora e dos oprimidos. Para que tais lutas, por sua vez, possam se desenvolver, se espalhar e adquirir melhor organização, elas necessitarão de confiáveis pontos de apoio, de suportes, de estrutura, de audiência, e de voz. Assim, pequenos e difíceis – porém possíveis – furos na *blindagem* devem ser feitos, não com a crença de que a atual *democracia liberal blindada* possa vir progressivamente se abrir e se metamorfosear em uma verdadeira democracia popular, mas, sim, com a esperança de que, por meio de tais furos, as lutas por direitos aqui de fora possam, ao mesmo tempo, ser alimentadas pelos defensores de direitos lá dentro e, principalmente, acelerar a corrosão das estruturas internas de uma democracia que a cada dia revela seu real conteúdo antidemocrático e antipopular (DEMIER, 2019, p. 81-2. Grifos do autor).

A partir do exposto, constatamos a significância e a urgência da constituição de forças de cariz popular/proletário no interior da sociedade civil a fim de incidir na blindagem da democracia, enfrentar o fascismo e traçar estratégias efetivas em direção da supressão da ordem vigente do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo exposto nos capítulos desta dissertação concentrou-se na investigação do processo histórico do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro a fim de apreender os seus desdobramentos e tendências na contemporaneidade. É importante ressaltarmos que, dada à limitação própria de uma dissertação de mestrado, avaliamos que esta é uma tentativa elementar, que nos propiciou aproximarmos a debates analíticos significativos a serem considerados em nossos estudos posteriores.

Nosso processo de aproximação e apreensão ao objeto em estudo, isto é, o regime que derivou da transição política pós-ditadura civil-militar, valeu-se de um resgate histórico e teórico sobre a questão do Estado burguês e as suas formas de dominação a partir das elaborações presentes no pensamento marxiano e na “tradição marxista”. Nesse estudo, pudemos apreender o Estado moderno considerando a sua natureza de classe, mas também as incidências dos acirramentos dos antagonismos em seu bojo expresso pelas variados regimes políticos que surgiram/surgem no processo de desenvolvimento do MPC.

O acesso às elaborações de Marx (por vezes em conjunto com Engels), Lênin e Gramsci, bem como Poulantzas e Mandel, mas também de outros analistas vinculados a “tradição marxista”, nos permitiu aproximarmos aos elementos determinantes sobre a questão do Estado burguês e suas formas de dominação.

Verificamos que essas distintas abordagens sobre o Estado burguês possuem aspectos e ênfases particulares no que se refere à sua função repressiva e integradora, isto é, a relação contraditória entre coerção e consenso, a observância de uma autonomia relativa e funcionalidade desses elementos na garantia das condições gerais de produção no processo de acumulação do capital. Contudo, tais abordagens convergem ao considerarem que o Estado moderno possui um caráter de classe e que a superação desse caráter será possível apenas com destruição do próprio Estado.

Ao que tange às formas de dominação explicitadas no bojo do Estado burguês, verificamos que os regimes políticos desenvolvidos na sociedade burguesa expressam as especificidades vinculadas à ordem econômica, política, social e cultural. De modo que é o grau e a intensidade da luta entre as classes fundamentais, no bojo das relações de produção e reprodução do capital, que é capaz de determinar o direcionamento ou redirecionamento desses regimes

políticos, que podem se expressar por meio de uma democracia parlamentar, ou por ditaduras militares, bonapartismo, fascismo, ou mesmo a combinação entre tais formas. O que tais regimes políticos objetivam assegurar, independente da forma que se expressam, é a preservação da propriedade privada.

Esse resgate histórico e teórico sobre o desenvolvimento do Estado burguês bem como de suas formas de dominação, foi fundamentalmente importante para avançarmos em nossa investigação no que se refere ao processo histórico do desenvolvimento do sistema democrático brasileiro e apreender os seus desdobramentos e tendências na contemporaneidade. Ao aproximarmos da experiência brasileira, considerando nossa formação sócio histórica, pudemos identificar os aspectos que garantem a particularidade da constituição do Estado brasileiro e as nuances que residem no desenvolvimento das formas de dominação que operaram e operam no país.

Verificamos que a base de sustentação do Estado brasileiro é marcada pelos elementos autocráticos, autoritários, os quais, segundo Fernandes (1990, p. 11-12) sobreviveram à desagregação do regime escravista, à implantação do trabalho livre, à traição da República e à chamada “crise da oligarquia” que foi, antes e acima de tudo, uma recomposição generalizada e global do sistema oligárquico e, principalmente, do capitalismo monopolista. Aqui, a convivência entre o arcaico e o novo atravessam todas as formas de dominação que emergiram no bojo da República.

Nessa direção, de acordo com Iasi (2017, p. 7), a abrangência de ciclos de autoritarismo e democracias restritas no Brasil não pode ser entendida como espasmos de progresso ou recaídas. Pois essas tendências são expressão de uma síntese sempre presente entre aspectos coercitivos e de formação de consenso, ciclos nos quais prevaleceu a ênfase coercitiva, pelo menos até a ditadura inaugurada em 1964. O autor ainda ressalta,

[...] entre 1889 e 1989, da proclamação da República até a retomada das eleições diretas em 1989, temos uma macabra contabilidade de 20 anos de regimes marcados por uma ‘democracia’ precária em cem anos de República e o restante submetidos a formas abertamente autoritárias e ditatoriais (IASI, 1990 *apud* IASI, 2017, p.7).

A partir do final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, com a transição política acirrada pela presença das massas encapadas pelo movimento

operário/sindicalista, colocou-se em questão a necessidade de incidir nessa base de sustentação do Estado autocrático brasileiro. Assim, a pauta pela democratização alcançou patamares significativos que ressoaram na Constituição Federal de 1988 e possibilitou algumas garantias, ainda que limitadas, mas que contribuíram, em certa medida, para o aguçamento das disputas políticas entre os projetos societários distintos que estavam em evidencia naquele período.

Contudo, esses acirramentos que avançavam no Brasil e possibilitaram alguns saldos positivos na disputa pela democracia, ocorreram em descompasso com o que estava em curso no âmbito internacional, haja vista a crise e colapso do socialismo real, crise do “capitalismo democrático”, alteração nas relações de produção e reprodução (pautado no regime de acumulação flexível) sob avanço acelerado da égide neoliberal, que colocam em questão os direitos sociais, concebidos como onerosos demais para serem mantidos.

Assim, enquanto no Brasil os segmentos subalternizados pelos efeitos do desenvolvimento desigual e combinando do capitalismo lutavam por pautas historicamente rejeitadas pelo Estado, a égide neoliberal, em curso em âmbito internacional, avançava com a prerrogativa de aniquilar e restringir ao máximo os direitos sociais a partir da imunização do Estado em face da presença e controle populares Duriguetto e Demier (2017, p. 14).

A abrangência do neoliberalismo no Brasil se dá a partir da década 1990 ao longo do governo Collor, mas perpassa todos os governos que o seguiram. Apoiado na reestruturação produtiva e na contrarreforma do Estado, a hegemonia neoliberal incidiu rapidamente no processo organizativo dos segmentos subalternizados que estava em curso desde o final da década de 1970 e a década de 1980.

A expressão máxima desse processo, sem dúvida, reside no *transformismo* que transcorreu no interior do PT e culminou na formulação da Estratégia Democrático Popular. Esse *transformismo*, no interior do referido partido, prezou por rebaixar o programa, ampliar alianças, ganhar as eleições e garantir a governabilidade (IASI, 2017, p. 367). Nos marcos do neoliberalismo no Brasil aliado ao refluxo das lutas sociais, tais processos foram funcionais para o avanço de um regime democrático blindado, de acordo com Demier (2017).

O ápice dos efeitos desse *transformismo* é constatado na chegada de Lula/PT em 2003 no governo federal, nas bases do “pacto social”, como se refere Iasi (2017), ou *projeto de concertação social*, como considerou Demier (2017). O partido se

manteve à frente do governo federal de 2003 e 2016, em quatro mandatos consecutivos, sendo último interrompido por um golpe parlamentar e midiático que culminou no afastamento da então presidente Dilma Rousseff/PT.

Quatro mandatos presidenciais demonstram a eficiência tática do caminho do pacto social, mas algo salta à vista de qualquer analista atento. A tática de permanência no governo não acumulou no sentido esperado no quadro da estratégia democrática popular; ao contrário, desarma a classe trabalhadora de sua autonomia necessária, desorganiza, despolitiza, troca o campo de luta favorável aos trabalhadores para o terreno do inimigo, seu Estado. Aí está um nó principal no grande equívoco de implementação da estratégia na situação de governo. O Estado não é neutro, nem altera sua natureza de classe pela ocupação de seus espaços por forças sociais oriundas de outras classes, segue funcionando como Estado-classe, nos termos gramscianos (IASI, 2017, p. 368).

Assentado em uma perspectiva de desenvolvimento de um capitalismo sustentável, os governos do PT incidiram profundamente nos espaços organizativos dos segmentos subalternizados, ao passo que, se a reestruturação produtiva provocou o refluxo das lutas sociais, o pacto social estabelecido ao longo desse governo provocou o desarme, o apassivamento da classe trabalhadora, que em troca de muito pouco recuou das disputas que apontavam para mudanças estruturais nas bases de sustentação do Estado brasileiro. Este cenário conformou uma *democracia de cooptação*, possibilidade levantada por Fernandes (2006) ao considerar o projeto de autorreforma do regime ditatorial, mas descartada pelo mesmo ao se deparar com a atuação do movimento operário ao final da década 1970.

De acordo com Iasi (2017, p. 7), o golpe parlamentar e midiático de 2016, que culminou no afastamento de Dilma Rousseff/PT, expressou a superação da democracia de cooptação e cedeu espaço para uma nova forma institucional e política. Demier (2017, p. 100), pondera que o golpe de 2016 eleva ao máximo um processo que iniciou com a “transição democrática”, se intensificou no bojo dos governos da direita neoliberal e atravessou os governos do PT, e encontra seu ápice com a investida golpista que irrompe a consagração de um regime democrático blindado sintonizado com os pressupostos do capitalismo monopolista sob a égide neoliberal.

No bojo da democracia blindada, verificamos o aprofundamento de uma marca característica da particularidade brasileira fundada no desenvolvimento desigual e combinado do MPC, isto é, a democracia restrita típica (FERNANDES,

1975 apud DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 8-9). O que recompõe o argumento de que a abrangência de ciclos autoritários e formas de dominação restritivas no Brasil não são episódicas, mas inerentes à nossa formação econômico social.

Podemos dizer que, nos marcos da democracia blindada, há um aprofundamento das contradições históricas que atravessam a sociedade brasileira. Contradições estas vinculadas às bases escravocrata/colonialista, patrimonialista, autocrática e autoritária. as quais jamais foram rompidas em nossa formação sócio histórica e sustentam o nosso Estado.

É diante desse cenário que, nos últimos anos, estamos acompanhando um recrudescimento de pautas conservadoras/reacionárias e com fortes tendências fascistas que atravessam todo o tecido social. Ao fazer um balanço conjuntural Demier (2019, p. 88. Grifos do autor) explicita:

[...] Depois que o sufrágio universal de 2014 foi cassado, as manifestações contra Temer forma praticamente proibidas pelas bombas e balas de borracha, a liberdade de opinião de docentes (e mesmo de reitores universitários) passou a ser uma liberdade vigiada, Marielle foi executada, Lula foi preso e os homens de toga e os de farda passaram a decidir, com as pesquisas de opinião na mão, quem poderia ou não participar do processo eleitoral [...] ao fazer o que tinha que fazer, isto é, ao avançar na instalação do que seria, a priori, “apenas” um Estado liberal sem direitos sociais, a *democracia blindada* brasileira foi obrigada a desenvolver seus componentes bonapartistas, a fortalecer o poder dos togados e blindados em detrimento do poder políticos eleitos, a tonificar sua musculatura autocrática com anabolizantes forenses e castrenses, o que faz com que, agora, ela própria se metamorfoseie celeremente em um Estado autoritário sem direitos de qualquer espécie. Das entranhas da democracia liberal blindada para nascer uma *democracia dos togados*, ou mesmo uma *democracia dos blindados*.

Diante do exposto, podemos constatar que a democracia blindada brasileira não tem refluído apenas nos direitos sociais, como pode ser verificado na aprovação da Emenda Constitucional-95 2016, que limita os gastos públicos por vinte anos; a contrarreforma trabalhista (2017), que impacta diretamente em questões como forma de contratação e remuneração, jornada de trabalho entre outros elementos, bem como a proposta de contrarreforma da previdência. Essas medidas “austericidas” nos demonstram concretamente o acionamento das contratendências⁵⁷ do capital, sobretudo da consolidação da blindagem da democracia brasileira.

⁵⁷ a) A intensificação da exploração da força de trabalho, ou seja, todos os meios que permitiriam extrair mais valor do consumo da força de trabalho, aumentando a jornada ou intensificando o trabalho; b) A redução dos salários de maneira a compensar a queda da taxa de lucro com um

A chegada de Jair Bolsonaro/PSL no executivo federal em 2018 tende a elevar a patamares cada vez mais complexos as características restritivas da democracia brasileira, direcionando para um regime político não só blindado, mas para uma democracia dos blindados, tal como afirma Demier (2019). Podemos constatar indícios dessa tendência ao considerarmos a ampliação da violência estatal notoriamente racista e antipopular; intensificação da repressão aos setores organizados da classe trabalhadora; hipertrofia e autonomização do poder judiciário. Identificamos também o avanço de projetos de lei como “Escola sem partido” e de criminalização do MST e MTST incidindo na garantia de direitos civis e políticos. De modo que,

[...] a democracia não morre apenas por manobras palacianas e parlamentares, por meio de contorcionismos e oportunismos legais. A democracia agoniza quando um pedreiro é sequestrado, torturado, assassinado e seu corpo escondido como o de Amarildo. A democracia agoniza com seu corpo arrasta por uma viatura, como o corpo de Cláudia. A democracia morre em cada jovem negro que engrossa a lista dos famigerados autos de resistência. A Justiça definha quando Rafael Braga continua preso por portar um desinfetante e militantes são processados por se manifestar contra as fraudulentas obras da Copa do Mundo da FIFA. A democracia morre com cada casa que cai na Vila Autódromo, em cada comunidade indígena atacada por pistoleiros, em cada casa arrastada pela lama das mineradoras ou a sanha de empreiteiras (IASI, 2017, p. 402).

E nós ainda completamos, a democracia agoniza e morre, quando continuamos sem saber, quem mandou matar Marielle Franco; quando uma família negra é alvejada por mais de oitenta tiros em abordagem do Exército no Rio de

aumento da mais valia. Aqui operam desde as formas diretas até formas mais sutis e muito eficientes de utilização funcional de discriminações como as de gênero, as de etnia, as relativas às regionalidades ou outras para pagar menos a um ser humano do que a outro; c) Formação de uma superpopulação relativa, literalmente dispor ao capital mais força de trabalho do que aquela que ele de fato irá usar forçando os níveis salariais para baixo; d) Barateamento dos elementos do capital constante tais como novas matérias primas, insumos diversos, o custo dos elementos estruturais necessários à produção (energia, custo da construção civil, rede de transportes, custo de maquinário, etc.); e) Ampliação do mercado externo que é visto por Marx neste momento como apenas a ampliação de mercados para os produtos de uma economia em superprodução, ou para controlar mercados fornecedores de matérias primas. Com a passagem dos monopólios ao imperialismo (LÊNIN, 1976) esta contratendência assume uma dimensão fundamental naquilo que se denominou “exportação de capitais” que levaria a constante partilha e repartilha do planeta pelos monopólios e, depois, as nações que os representam, levando à guerra como forma incontornável desta fase superior do capitalismo; f) Aumento do capital portador de juros, a aplicação do capital em mercados financeiros, títulos de bancos e do tesouro público, ações e outros meios através dos quais as taxas de juros poderiam compensar a queda nas taxas de lucro levando ao que Marx denominava de autonomização da esfera bancária (IASI, 2009, p.37).

Janeiro; quando parlamentares vinculados a partidos de esquerda são perseguidos/as, ameaçados/os e não recebem o respaldo necessário do nosso “Estado democrático de direito”; quando o governo corta abruptamente 30% do orçamento das Universidades e Institutos Federais, como punição à suposta “balbúrdia”; quando Lula continua preso e Sérgio Moro permanece à frente do Ministério da Justiça, mesmo após as denúncias que escancaram os atos inconstitucionais na Operação Lava-Jato.

Diante desse quadro Demier (2019, pgs 81-82. Grifos do autor) nos chama atenção para a necessidade de enfrentamento da atual *democracia liberal blindada*, considerando que esta deve ser solapada para que direitos sejam garantidos e aprofundados. O historiador pondera que, o centro das lutas deve estar nas ruas, nas lutas cotidianas da classe trabalhadora e dos oprimidos. Assim, mais que *estarmos atentos/as e fortes* nesses tempos, é de vital importância e urgência a constituição de forças de cariz popular/proletário no interior da sociedade civil a fim de incidir na blindagem da democracia.

Nesse cenário é preciso reconhecer algumas ações e tentativas significativas que tentam forjar frentes de disputas no interior da sociedade civil, a destacar a iniciativa de mulheres/feministas em 2018 que dirigiram um movimento histórico contra o fascismo, as iniciativas de Greve Geral em torno da contrarreforma da previdência, as organizações, mobilizações e paralizações contra a perseguição ideológica e corte orçamentários as Universidades e Institutos Federais. Contudo, nosso desafio, ainda é a constituição de uma unidade entre partidos de esquerda e movimentos sociais capaz de aglutinar o conjunto dos setores subalternizados a fim de consolidar ações contra hegemônicas efetivas e concretas que possam incidir na blindagem da democracia, enfrentar o fascismo e traçar estratégias efetivas em direção da supressão da ordem vigente do capital.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.H.M. **Estado e Oposição No Brasil (1964-1984)**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus, 1988.
- COUNTINHO, C.N. **Democracia como valor universal**, 1979. Plataforma marxists.org. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>> acesso em: 01 jul. 2019
- COUTINHO, C.N. **GRAMSCI: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- COUTINHO, C.N. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco et. al (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- COUTINHO, C.N. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
- DEMIER, F. A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- _____. Democracia blindada nos dois lados do atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil). **In: Libertas, Revista PPGSS/FSS/UFJF**. Juiz de Fora-MG, v.12 n. 2, p. 1-22, agosto, 2012.
- _____. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- _____. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Estado e Formas de Dominação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- _____; DURIGUETTO, M.L. Democracia blindada, contrarreformas e lutas de classes no Brasil contemporâneo. **In: Argumentum, Revista PPGPS/UFES**. Vitória-ES, v.9 n 2, p. 8-19, mai-ago, 2017.
- _____. **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo**

no Brasil atual. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DURIGUETTO, M.L. **Sociedade Civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DURIGUETTO, M.L.; MONTAÑO, C. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, M.L. Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista. In: **Emancipação, Revista PPGCSA/UEPG**. Ponta Grossa-PR, v. 11 n 2, p. 289-300, mai-ago, 2011.

DURIGUETTO, M.L. Criminalizações das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. In: **Serv. Soc. Soc, Revista**. São Paulo, n 128, p. 104-122, jan-abr, 2017.

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **A transição prolongada**: o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológico. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Brasil: Em compasso de espera**, pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

IASI, M.L. A crise do capital a era da hipocrisia deliberada. In: **Praia Vermelha, Revista do PPGESS/UFRJ**, Rio de Janeiro. 19v.n 1, pg. 25-40, Jan-Jun, 2009.

_____. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: BEHRING, E.R. et. al. (Orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O PT e a Revolução Burguesa no Brasil. In: IASI, Mauro Luís (Org.). **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Padro Jr, 2017.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEMOS, R.L.C.N. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. In: **Marx e o Marxismo, Revista do NIEP-MARX/UFF**. Niterói-RJ. v.2, n.2, jan-jul, 2014.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular:, 2005.

Disponível

em:<<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm#r51>>.

Acesso em: 20 jan 2018.

MARQUES, M.G. **Em busca da revolução brasileira**: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAZZEO, A.C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

NOGUEIRA, Z. **Estado**: quem precisa dele? Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: OLIVEIRA, Francisco et. al (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSORIO, J.S. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente In:

Temporalis, Revista ABEPSS. Brasília- DF, n. 34, jul-dez, 2017.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PAULO NETTO, J.P. **Democracia e transição socialista. Escritos de teoria política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 - 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

SAAD, A.F; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, J.S. **“Questão Social”**: Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMIONATTO, I. **Crise, Reforma do Estado e Políticas Públicas**: implicações para a sociedade civil e para a profissão. 1999. Disponível em:

<<https://www.acesa.com/gramsci/?id=106&page=visualizar>>. Acesso em: 01 jul. 2016.